

MÁRCIO MAURI KIELLER GONÇALVES

**ELITE VERMELHA:
UM PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DOS DIRIGENTES ESTADUAIS DO
PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO NO PARANÁ – 1945-1964**

Dissertação entregue como requisito parcial
para a obtenção do título de Mestre em
Sociologia, pelo Departamento de Ciências
Sociais da Universidade Federal do Paraná.
Orientador: Prof^o Renato Monsenff Perissinotto
Co-Orientador: Prof^o Adriano Nervo Codato

**CURITIBA
OUTUBRO DE 2004**

AGRADECIMENTOS

Quero que todos aqueles que me ajudaram sintam-se incluídos nestes agradecimentos. No entanto, não posso deixar de agradecer pessoalmente a algumas pessoas que muito me valeram durante a feitura deste trabalho.

A todos os meus entrevistados, pelo cavalheirismo com que me receberam, alguns inclusive por mais de uma vez – eles encontram-se relacionados nas referências bibliográficas –, em especial aos senhores Milton Ivan Heller e Wilson Previde. O “seu” Milton teve a oportunidade de visitar diversas vezes e travar conversas mais profundas sobre os comunistas paranaenses; sempre que precisei, ele ajudou-me prontamente e, durante o período de meu mestrado, tornamo-nos bons amigos. Também a Wilson Previde, que, além de sempre estar disposto a auxiliar-se nas dúvidas, sempre me aborda ansioso pelo resultado do trabalho.

Ao amigo e professor Renato Monseff Perissinotto, que todas as vezes em que solicitei alguma ajuda atendeu-se de maneira rápida, simpática e com solução para os meus questionamentos. Ao professor e amigo Emerson Cervi Urizzi, que me cedeu seu tempo para ensinar-me a lidar com um programa de computador que foi essencial para que o trabalho ganhasse sua forma final. E também ao meu amigo e colega de mestrado Gustavo Biscaia de Lacerda, pela rapidez e pela paciência em revisar meus textos, além das sugestões que sempre me ajudaram.

Aos professores Marcos Pansarti e Paulo Roberto Neves da Costa, pelas sugestões que apresentaram ao meu trabalho quando de sua qualificação.

A Roseli Pereira Lima, Eliane Siqueira de Oliveira, Lígia Berger Bockschat e Ana Paula Javorski, funcionárias do Arquivo Público Paranaense, pelo carinho, presteza e atenção que sempre tiveram comigo quando realizei as pesquisas e os levantamentos de dados no Arquivo.

Ao meu comrade e amigo Marcus Roberto de Oliveira. Usando um termo próprio dos bolcheviques, um camarada de todas as horas que sempre ouviu minhas angústias sobre o andamento do trabalho e sempre me incentivou a

continuar, discutindo comigo as idéias que afloravam ainda quando fazíamos os créditos do mestrado.

À minha querida companheira Elly Tryntje Leminski, mãe das minhas princesas, que, com suas cobranças, forçou-se a buscar determinação para a conclusão de mais esta etapa de meu desenvolvimento e que, apesar de sentir minha falta nesses meses, como marido e como pai, entendeu e incentivou-me a que continuasse firme. Nela sempre encontrei meu porto seguro.

Por último, mas não menos importante, agradeço ao culpado de tudo isto acontecer. Meu amigo e orientador, Professor Adriano Nervo Codato, por ter-me dado a honra de ter sido por ele orientado, assim como – espero – ter fortalecido nosso laços de amizade e companheirismo de profissão. Confesso que, desde que tive as primeiras aulas de Ciência Política I na graduação em Ciências Sociais, já desejava que ele fosse meu orientador, por seu brilhantismo; nessa ocasião, na graduação, não foi possível, pois ele estava de licença, terminando seu mestrado. Mas, depois de formado, tive a honra de ser convidado por ele para estudar os comunistas no Núcleo de Estudos em Sociologia Brasileira, que deu origem ao trabalho que hoje finalizo.

Ao professor Adriano, só tenho elogios! Folgo a dizer que tive o prazer de ser orientado por um futuro grande nome da Ciência Política brasileira, o que me enche ainda mais de orgulho.

A todos o meu “muito obrigado”.

Tudo que sou devo à minha querida tia Elizabete Miriam Kolher: a ela dedico com a mais pura gratidão e amor mais este trabalho.

Também dedico às minhas duas pequenas filhas, Marcelly Leminski Kieller Gonçalves e Isabelle Leminski Kieller Gonçalves – que ainda não têm idade para compreender as coisas da vida, mas compreendem o que, para mim, é fundamental: que eu as amo!

RESUMO

Este trabalho propõe-se a descrever o Partido Comunista do Brasil (PCB) no Paraná, seus dirigentes e sua organização no período de 1945 a 1964, a partir de três linhas. A primeira visa a realizar um breve levantamento histórico dos principais acontecimentos na vida do PCB no período: as lutas e os movimentos sociais e políticos de que participou, assim como as posições políticas dos comunistas paranaenses. A segunda linha consiste na elaboração de um perfil sócio-econômico dos dirigentes comunistas que compuseram cada uma das cinco direções estaduais que se sucederam durante os 19 anos que compreende o recorte temporal desta pesquisa; o objetivo desse perfil é determinar quem eram as pessoas que decidiam no interior da estrutura regional do Partido Comunista no Paraná, identificando características pessoais dos dirigentes (origem social, faixa etária, formação econômica, profissional, grau de instrução e religião, dentre outros aspectos) e suas atuações e trajetórias políticas (onde começaram a militar, ocupação de cargos em entidades e movimentos sociais, monitoração pelos órgãos de repressão, participação em direções partidárias intermediárias etc.). O terceiro e último ponto consiste em uma análise do jornal dos comunistas do Paraná, a *Tribuna do Povo*, que servia de instrumento organizador do coletivo partidário, na medida em que era o principal elo entre os que decidiam as políticas e orientações gerais do PCB e quem as executava nas mais diversas cidades do estado do Paraná.

PALAVRAS-CHAVE: Partido Comunista; organização; elites políticas dirigentes; elites políticas regionais; comunicação política.

ABSTRACT

This work aims to describe the Brazilian Communist Party (PCB) in the state of Paraná, its leaders and its organization, from 1945 to 1964, according to three descriptive lines. The first line consists in a brief historical recapitulation of the main events of PCB in that period: its fights and political and social movements, as well as the political perspectives of the communists of Paraná. The second line is the making of a socio-economic profile of communist leaders of every of the five PCB's director boards in Paraná between 1945 and 1964; these profiles are intended to determine who were the people within the regional structure of PCB, identifying the leaders' personal characteristics (social roots, birth periods, profession, education, religion, and some other aspects), and their political actings (where they began working for PCB, posts in associations and social movements, monitoring by repression agencies, participation in middle party directions, etc.). The third and last point consists in an analysis of communists of Paraná's newspaper – called *Tribuna do Povo*, – which served as the main instrument linking those who decided PCB's policies and those who executed them through state of Paraná.

KEYWORDS: Communist Party; organization; political elites; regional political elites; political communication.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – OS DIRIGENTES DO PCB DO PARANÁ	6
I.1. O estado da arte – discutindo com quem discute os comunistas	7
I.2. A teoria das elites – caminho para estudar a elite política dirigente no Paraná	14
I.3. Fechando a discussão sobre o que se produziu sobre os comunistas no Paraná	19
CAPITULO II – COMO SURTIU O PCB	22
II.1. Atividades comunistas no Paraná – 1930-1945.....	23
II.2. Os primeiros passos de um PCB legal.....	28
II.3. 1947 – o PCB de volta à ilegalidade.....	34
II.4. O PCB e as eleições de 1945 a 1963	37
II.5. A organização e as lutas dos comunistas no Paraná.....	49
II.6. Os comunistas e a questão da terra no Paraná.....	53
II.7. Os comunistas e a Campanha dos Partidários da Paz.....	57
CAPITULO III – OS DIRIGENTES COMUNISTAS NO PARANÁ CONSTRUINDO UM PERFIL DA ELITE POLÍTICA DIRIGENTE	61
III.1. A vida dos dirigentes.....	61
III.2. As direções do Partido Comunista no Paraná (1945-1964)	63
III.3. Os dirigentes – a vida no PCB do Paraná.....	86
III.4. Homens fortes do PCB – os cinco Secretários-Gerais do Paraná	118
CAPÍTULO IV – O ÓRGÃO DE IMPRENSA DO PCB:O JORNAL TRIBUNA DO POVO	131
IV.1. <i>Tribuna do Povo</i> – um jornal a serviço dos dirigentes comunistas	131
IV.2. Pode um jornal ser organizador do coletivo?.....	133
IV.3. A construção de um jornal operário	135
IV.4. Um jornal a serviço da construção do PCB	140
IV.5. Um jornal local ou nacionalmente centralizado?.....	141

CONCLUSÃO.....	145
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	151
ANEXO I – RELAÇÃO DE PASTAS TEMÁTICAS CONSULTADAS.....	158
ANEXO II – RELAÇÃO DE PASTAS INDIVIDUAIS CONSULTADAS	160
ANEXO III – DIREÇÃO ESTADUAL DO PCB DO PARANÁ – 1945/1947	163
ANEXO IV – DIREÇÃO ESTADUAL DO PCB DO PARANÁ – 1947 - 1950 ...	164
ANEXO V – DIREÇÃO ESTADUAL DO PCB DO PARANÁ – 1950/1954.....	166
ANEXO VI – DIREÇÃO ESTADUAL DO PCB DO PARANÁ – 1954/1957	167
ANEXO VII – DIREÇÃO ESTADUAL DO PCB DO PARANÁ – 1957/1964....	168
ANEXO VIII – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS PERSONALIDADES PO LÍ TICAS DA DIREÇÃO DO PCB NO PERÍODO 1945-1964.....	170
ANEXO IX – QUADRO DE FUNCIONAMENTO DA ATIVIDADES DOS DIRIGENTES COMUNISTAS NO PARANÁ.....	173
ANEXO X – ENTREVISTAS.....	174

LISTA DE QUADRO, ORGANOGRAMA E TABELAS

Quadro – Análise sócio-econômica dos dirigentes estaduais.....	61
Organograma – Estrutura dirigente do PCB no Paraná (1946-1964).....	64
Tabela I – Composição do Diretório por gênero.....	65
Tabela II – Estado civil.....	65
Tabela III – Local de residência dos dirigentes estaduais.....	66
Tabela IV – Local de atuação dos dirigentes.....	68
Tabela V – Residência e local de atuação dos dirigentes estaduais.....	69
Tabela VI – Naturalidade dos dirigentes estaduais.....	69
Tabela VII – Relação entre cargo no diretório x local de atuação.....	71
Tabela VIII – Ano de nascimento dos dirigentes estaduais.....	75
Tabela IX – Formação escolar dos dirigentes estaduais.....	76
Tabela X – Ano de nascimento x formação escolar.....	77
Tabela XI – Cruzamento classe social e formação escolar.....	78
Tabela XII – Profissão x ocupação dos dirigentes comunistas.....	81
Tabela XIII – Ocupação anterior x profissão dos dirigentes estaduais.....	84
Tabela XIV – Início da militância dos dirigentes estaduais.....	87
Tabela XV – Início da militância x ano de filiação.....	90
Tabela XVI – Cargo na Direção Estadual x cargos na Direção Municipal.....	91
Tabela XVII – Dirigentes com cargo no Secretariado (Presidium) do PCB.....	93
Tabela XVIII – Religião dos dirigentes.....	96
Tabela XIX – Monitoramento x prisão dos dirigentes estaduais.....	98
Tabela XX – Ano de filiação e atuação em célula de base do PCB.....	100
Tabela XXI – Período de prisão dos dirigentes.....	101
Tabela XXII – Motivo da prisão dos dirigentes comunistas.....	103
Tabela XXIII – Atuação dos dirigentes comunistas em entidades.....	104
Tabela XXIV – Atuação e função nos movimentos.....	106

Tabela XXV – Dirigentes que disputaram eleições.....	107
Tabela XXVI – Produção intelectual dos dirigentes comunistas.....	111
Tabela XXVII – Relação de dirigentes que tinham produção intelectual.....	113
Tabela XXVIII – Posição dos dirigentes no racha do PCB em 1960.....	114
Tabela XXIX – Atuação dos dirigentes comunistas em relação aos jornais do Partido.....	117

INTRODUÇÃO

O Partido Comunista do Brasil (PCB) no Paraná e seus dirigentes são nossos objetos de estudo neste trabalho. Procuraremos elucidar algumas questões do ponto de vista da organização desse partido político. Nosso enfoque teórico principal é a teoria elites¹; a partir dessa perspectiva tentaremos compreender qual foi o papel que cumpriram esses dirigentes regionais do PCB, no período compreendido entre 1945 e 1964. Além disso, procuraremos saber qual o grau de autonomia existente no Paraná e se efetivamente existia uma elite dirigente dos comunistas paranaenses – pois, se formos fiéis a autores como Leôncio Martins Rodrigues, Dulce Pandolfi, Gildo Marçal Brandão e tantos outros que escreveram sobre o PCB, veremos que as direções regionais² nunca foram tema para o desenvolvimento de trabalhos científicos e acadêmicos, exceto no que se refere aos grandes centros, como Rio de Janeiro e São Paulo. Ao contrário, os objetos escolhidos sempre foram: organização política; direção; composição social de congressos, conferências e encontros nacionais; hegemonia nos movimentos sindicais, estudantis e populares e a influência de classes externas no que tange à composição social e política de alianças do PCB, sempre a partir da perspectiva nacional da organização dos comunistas. São raros os trabalhos sobre a organização do Partido nos estados e, nos casos em que há esses trabalhos, acontece geralmente de estarem ligados à influência política que o Partido exercia em determinados setores. Estudos de dirigentes comunistas nos estados são muito poucos, apesar da importância que tem uma organização intermediária – estadual e municipal – para o bom funcionamento de uma estrutura nacional. Assim, desejamos explicar, por meio de seus dirigentes, qual era o papel que tinha essa direção estadual, principalmente em uma época da política brasileira em que quase tudo que existia em

¹ Principalmente na contribuição de Robert Michels, que considerava os dirigentes partidários uma oligarquia, com a perspectiva de que constituem um grupo com interesses comuns que se organizam para submeter uma maioria à sua vontade.

² Tratamos aqui as direções regionais como sendo elites dirigentes regionais.

termos de política³ e que não fosse identificado com as elites políticas dirigentes na sociedade era considerado como sendo de orientação comunista.

O Partido Comunista do Brasil esteve presente no Paraná desde o final da década de 1930, quando comunistas oriundos do movimento anarquista e de trabalhadores das ferrovias e do porto de Paranaguá deram início à trajetória do Partido. No início houve a atuação incipiente de alguns homens, em poucas cidades do estado, que se identificavam com as bandeiras de lutas levantadas pelo Partido e pela Internacional Comunista, sob forte influência da Revolução Russa de 1917. Somente em meados dos anos 1940 o PCB tomou forma mais definida e legal, com uma atuação organizada e catalisadora das aspirações do movimento sindical. Segundo Gildo Marçal Brandão, a exemplo do que aconteceu com o PCB no Brasil, no Paraná o PCB “começa a existir como partido” (BRANDÃO, 1997, p. 89) a partir de 1945, quando voltou a atuar legalmente, em virtude do fim do período conhecido como Estado Novo. Posteriormente, em 1947, o PCB foi posto na ilegalidade.

Este trabalho visa a construir um perfil histórico do Partido e dos comunistas paranaenses no período compreendido entre 1945 e 1964. Para tanto, deter-nos-emos em identificar a) as estruturas de funcionamento do Partido no estado; b) quais eram as principais bandeiras levantadas pelos comunistas paranaenses e c) qual era sua participação na política estadual paranaense antes do golpe de Estado de 1964, buscando identificar a composição das direções, principalmente a origem sócio-cultural daqueles que eram os responsáveis pela implementação da política comunista. Quem eram? Quais cargos de direção ocuparam? Quais entidades e movimentos criaram e dirigiram? Quais suas respectivas origens sociais e políticas? Quais foram suas atuações de maior destaque nos sindicatos e em outras entidades do movimento social-político paranaense? Quem foram os parlamentares do PCB? Assim, propomos a seguir o modelo adotado por Leôncio Martins Rodrigues (*PCB – dirigentes e organização 1922/1964*), para estudar o Partido Comunista do Brasil no nível nacional no período de 1922 a 1964.

³ Elites políticas regionais, ligadas aos extintos partidos regionais, os partidos republicanos e ao movimento integralista, que assim como os comunistas não estavam no poder (cf. MENEGUELLO & LAMOUNIER, 1986).

Desse modo, para responder as questões acima, de maneira simples, procuramos alcançar a imparcialidade que exige a ciência, contribuindo para a formação de um arcabouço teórico que sirva de referência para futuros aprofundamentos nesse campo.

O Paraná carece da formulação de uma história política de todos os seus partidos, sem exceção. Porém, a história do PCB-PR, devido à dura repressão que os comunistas sofreram em diversos momentos da república, merece um destaque especial. Foi um tipo de atuação que se constituiu pela ilegalidade, impossibilitando que, como outros partidos, o PCB construísse, por meio de seus documentos e arquivos históricos, uma sistematização de sua existência como partido em todos os estados brasileiros e no Paraná. Não que deixem de existir fontes e dados importantes, mas é fato que não estão sistematizados; assim, o Partido não contava com literatura especializada, apesar de ter sido uma organização que se contrapôs à ordem então estabelecida, criando e controlando politicamente estruturas sindicais, urbanas e rurais pelas mais diversas cidades do estado. Esses fatos – a rica história e a rarefação dos estudos – despertaram nosso interesse em estudar o PCB do Paraná no período 1945-1964, para colocar à disposição um conjunto de informações sobre um partido que se consagrou em nosso estado, apesar das adversidades.

Ao que se sabe o Partido passou a existir no Paraná após 1930, mas especificamente e de modo legal somente em 1945, quando ocorreu a I Conferência Estadual que levou à direção do partido no Paraná comunistas históricos como: Walfrido Soares de Oliveira, Meireles, Dario e Arpad Printz, Júlio “vovô” Manfredini, Jacob Schmidt, Nilo Izidoro Biazeto, Nelson Torres Galvão e outros, que, de meados da década de 1930 até o final da década de 1950, construíram a história do Partido no estado. Dada a relevância do tema, é necessário tentar suprir essa lacuna da História Política e na Ciência Política do Paraná.

Após quase 150 anos de emancipação política paranaense, evidencia-se a falta de bibliografia sobre a história dos partidos políticos paranaenses, principalmente sobre o PCB. Esse fato faz que se volte a atenção e aproveite-se o leque de possibilidades para começar a pesquisar o papel ocupado pelo Partido no Paraná na

construção de uma identidade da esquerda paranaense, como um segmento da história política brasileira.

Assim, nosso trabalho ficará estruturado da seguinte forma: no primeiro capítulo faremos uma discussão do ponto de vista teórico sobre tudo o que se produziu no Brasil a respeito dos comunistas e também das áreas a que eles estavam direta ou indiretamente ligados. No segundo capítulo faremos um breve histórico do desenvolvimento e das atividades que o Partido no estado do Paraná se envolveu nesse período, destacando alguns momentos importantes da sua origem, ilegalidade, legalização nos anos 1945 e 1947, semilegalidade após 1947, estrutura, principais movimentos, eleições do período e as principais lutas em que o Partido esteve envolvido. A partir das entrevistas e dos documentos coletados, porém, é importante destacar que este trabalho não pretende ser sobre a história do PCB do Paraná, mas sim criar subsídios para que isso possa, talvez, ser feito em um futuro próximo. No terceiro capítulo apresentaremos um perfil sócio-político dos 89 dirigentes que passaram pela Direção Estadual do Partido Comunista no Paraná, estabelecendo quem eram e qual papel que desenvolveram nessa organização partidária, durante as cinco formações diferentes do Comitê Estadual, com um breve histórico de quem foi cada um dos cinco dirigentes que ocuparam o cargo mais importante da estrutura partidária que era o de Secretário-Geral (ou Secretário Político) do Comitê Estadual do PCB. No último capítulo analisaremos o principal instrumento de unificação da política do PCB, que era o *Jornal do Povo* até o ano de 1949 e que, depois, transformou-se na *Tribuna do Povo*. Consideramos esse jornal um instrumento organizador do coletivo e veículo multiplicador das decisões políticas tomadas no núcleo central de decisão que era o Diretório Estadual do PCB.

Dessa forma, a abertura dos arquivos do Departamento de Ordem Social e Política do Paraná (DOPS)⁴, pelo primeiro governo Roberto Requião – em que somente eram permitidos acessos às pastas de entidades e movimentos sociais – e, depois, com a Lei Complementar n. 4 348 de 29 de junho de 2001 – que permite a

⁴ Essas arquivos compõem-se de pastas organizadas e mantidas pela antiga Delegacia de Ordem Política e Social (DEOPS), sobre entidades, partidos e personalidades políticas de diversos momentos da história política da República.

utilização também das pastas individuais⁵ –, proporcionou-nos condições privilegiadas para obter informações sobre os dirigentes e a organização do PCB, no período em questão. Mostrando-se como uma grande fonte de material primário – com relatórios, depoimentos, documentos, jornais e pastas de dirigentes –, a abertura dos arquivos contribuirá para reformular o panorama político da época, no sentido de compreender como se davam as relações entre o PCB e as entidades e associações sobre as quais essa agremiação política tinha influência. Com esse material, aliado às entrevistas⁶ de dirigentes comunistas no Paraná entre 1945 e 1964, buscaremos também – apesar de escassas produções sobre a história política do período, como o levantamento da atividade política dos comunistas na imprensa geral e partidária – fazer um mapeamento da história política e do papel político desenvolvido pelo PCB no estado.

⁵ Importa notar que o acesso a esses documentos exige uma autorização mediante a assinatura de um termo de compromisso, firmado entre o Arquivo Público e o pesquisador, por meio do qual o último responsabiliza-se pelo destino que dará às informações coletadas.

⁶ Essas entrevistas somam um total de 10, que foram realizadas para a pesquisa que desenvolvíamos para o Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira da Universidade Federal do Paraná (NUSP), de que participávamos antes de entrar no Mestrado em Sociologia Política como pesquisador individual.

CAPÍTULO I – OS DIRIGENTES DO PCB DO PARANÁ

Durante quase dois anos foram realizadas para o projeto de pesquisa sobre o PCB no Paraná 10 entrevistas com dirigentes do Partido, do período 1945-1964⁷. Essas entrevistas foram feitas com dirigentes que ocuparam lugares de destaque no Partido durante épocas do período estudado (Anexo I) e que, em suas falas durante as entrevistas, citaram diversos nomes, que aparecem uma ou mais vezes nos diversos relatos. Assim, analisando as entrevistas, pudemos levantar um total de 112 nomes, que passaram pelo quadro de dirigentes do Partido no período estudado, dos quais faremos um breve comentário do ponto de vista da formação sócio-econômica de cada um.

A análise dos dirigentes será feita com base em um quadro montado a partir da coleta de dados nas fichas do DOPS – pastas individuais e temáticas⁸ – e também junto às pastas individuais⁹, que, em tese, possuem todo o material que as delegacias de Ordem Política e Social reuniam sobre os militantes comunistas do período estudado¹⁰.

Antes de discutir o perfil social desses dirigentes, faremos um mapeamento das atividades desenvolvidas pelo Partido no Paraná, identificando os locais em que o Partido atuava organizadamente, ou seja, mapearemos a distribuição geográfica dos comunistas para podermos formar um esquema explicativo do funcionamento do Partido no estado.

⁷ Essas entrevistas foram todas compostas de duas partes, com exceção da do senhor Odílio Cunha Malheiros Jr., em que foi realizada apenas a primeira parte.

⁸ As pastas individuais consistem em coletas de documentos relacionados aos fichados nas delegacias de Ordem Política e Social; as pastas temáticas versam sobre as entidades, sindicatos, partidos e organizações “subversivas”.

⁹ É possível que este trabalho seja o primeiro realizado a partir da coleta de dados das pastas individuais, cuja consulta foi permitida somente em julho de 2002, por meio de lei estadual que permitiu a pesquisa dessas pastas mediante termo de responsabilidade do pesquisador. Antes as pastas somente eram manuseadas por parentes ou pelos próprios fichados nos arquivos do DOPS.

¹⁰ As fichas que constam do Arquivo Público do Paraná, junto ao fundo DOPS, datam da década de 1930 e os materiais mais fartos que compõem os arquivos são dos anos 1930 a 1970. Os piores períodos, pois os materiais são quase ininteligíveis, são os do Estado Novo, que compreendeu o período de 1937 a 1945, e a ditadura militar que durou de 1964 a 1985.

I.1. O estado da arte – discutindo com quem discute os comunistas

Antes de iniciar qualquer discussão sobre o tema escolhido é preciso ver o que se produziu sobre o assunto; nesse sentido, vamos procurar levantar do ponto de vista teórico quem produziu sobre ou discutiu o movimento comunista no Brasil e também do ponto de vista de autores clássicos do movimento comunista internacional.

O conjunto de obras sobre o tema do comunismo daria para encher uma biblioteca, mesmo porque o tema em questão relaciona-se intimamente com a história política recente do país. Os trabalhos desenvolvidos são de uma variedade muito grande, transitando por todas as áreas e subáreas da História e da Ciência Política. Para que se possa atingir o objetivo de descrever com um mínimo de coerência o comunismo e os comunistas no Paraná é necessário que façamos um *tour* por toda a literatura; esperamos, é claro, que isso possa ajudar a delimitar um pouco melhor o que pretendemos com esta pesquisa.

Nossa missão é apenas a de conhecer um *pouco* da literatura, pois é quase impossível conhecer a totalidade de obras sobre o objeto aqui proposto. Afinal, o tema do comunismo e do PCB levou uma grande gama de literatos, escritores, sociólogos e historiadores, economistas, filósofos e cientistas políticos e sociais a debruçarem-se sobre as mais diversas variáveis sobre o movimento e o Partido Comunista no Brasil, nos mais diferentes períodos. Uns falaram sobre as alianças entre burgueses e operários, outros sobre a produção literária, outros sobre os intelectuais, outros sobre organização e direção, outros ainda sobre os movimentos sociais e a interferência que o Partido exercia sobre eles. Falaram – e não foi pouco – sobre guerrilhas, movimento camponês e os comunistas como mitos e os imaginários políticos.

Mas é necessário evidenciar o problema da falta de discussões regionalizadas. Afinal, os mais diversos intelectuais da História e da Sociologia que trataram dele, com raras exceções, não deram atenção à realidade do Partido Comunista nos estados brasileiros. Assim, como dissemos, é vasta a quantidade de obras com que conta a literatura sobre os comunistas brasileiros, mas são obras que não vão além das análises

nacionais do Partido. São poucos os autores que dedicam suas pesquisas históricas e sociológicas analisando os partidos no nível estadual¹¹ da I República e depois de 1945, com a nova organização dos partidos com fisionomia nacional, que herdou a estrutura política das interventorias do Estado Novo. Dessa forma, as obras relacionadas ao movimento comunista produzidas até hoje versam sobre: dirigentes; ação política do Partido: organização (RODRIGUES, 1986; PANDOLFI, 1995); movimentos sociais: sindical (SANTANA, 2001), estudantil e camponês; imprensa (MARIANI, 1998; REBELO, 2003); ideologia (FERREIRA, 2002); influência externa e alinhamento ideológico; biografias, autobiografias: repressão política; cisões, unidade comunista (KIELLER, 2002); mudança de rumo, burocracia, relação com o Estado e divergências internas e influência de setores nacionais e externos (BRANDÃO, 1997). Todos os que aqui relacionamos enfocam sempre o Partido da perspectiva nacional. É muito pouco explorado o tema das organizações locais dos partidos, a não ser no período da I República, em que os partidos políticos regionais ganharam força com os partidos republicanos (cf. CHACON, 1985).

Não são muitos os trabalhos sobre o PCB nos estados ou municípios. O que ocorre é que em alguns casos os autores falam da situação política do Partido em diversos estados e, em outras, há alguns capítulos dedicados aos partidos comunistas estaduais em diversas obras. Uma delas é *PCB – conflito e integração*, de Ronald Chilcote (1982), em que o autor dedica parte de um capítulo ao PCB em Pernambuco, fazendo um estudo de caso da agremiação comunista naquele estado da federação.

Vários fatores podem ser apontados para explicar por que ocorre a baixa produção sobre os partidos comunistas regionais; parece-nos que o principal deles seja o mecanismo de reprodução das políticas nacionais nos níveis inferiores do Partido. Outro fator é que a legislação partidária brasileira estabelece para os partidos uma organização vertical, com ênfase em programas e estatutos nacionais, o que atrai o

¹¹ Não queremos aqui retomar por uma outra lógica o que dizem Raquel Meneguello e Bolívar Lamounier a respeito da debilidade do sistema político brasileiro, quando traçam um diagnóstico dos partidos e do sistema partidário brasileiro e afirmam que o que vemos é um histórica deferência dos partidos em razão de um fortalecimento do poder central (cf. MENEGUELLO & LAMOUNIER, 1986).

interesse dos pesquisadores que publicam aos cântaros obras sobre o Partido Comunista Brasileiro no nível nacional.

Antes de entramos na discussão sobre os que escrevem sobre o PCB, é necessário que deixemos clara uma discussão de ordem científica, que em nosso ver tem prejudicado muito a produção quando o tema é o PCB. Alguns autores, ou por não saberem, ou por identificarem-se ideologicamente com o Partido, não fazem menção ao processo de racha que houve e que posteriormente originou dois partidos comunistas no Brasil. O PCB mudou sua linha política e ideológica, seguindo os passos da mudança política que ocorrera na União Soviética após o longo governo de Stálin, com o abandono da linha política que o Partido Comunista da União Soviética usava desde o início dos anos 1920. Ao mudar sua linha política em busca de uma identidade mais próxima das condições políticas brasileiras, procurando ser aceito como um partido que não recebia orientações externas e que defendia um socialismo desenvolvido com base nos problemas reais do povo brasileiro, o PCB mudou o seu antigo nome para Partido Comunista Brasileiro (cf. CARONE, 1982, p. 226). O grupo de comunistas que não concordavam com a mudança de nome e foram afastados da Direção Nacional, não aceitando a orientação da V Conferência Nacional do Partido (que ratificou a Declaração de março de 1958 e mudou os estatutos e programas do PCB e alterou o nome), convocou novamente o que eles intitularam de V Conferência Extraordinária Nacional do Partido: “Na conferência Extraordinária, o PCdoB aprovou um manifesto-programa que retomou as teses do Programa do Quarto Congresso do PCB, como objetivo principal, colocou a conquista de um governo popular revolucionário” (GORENDER, 1987, p. 34). Nessa Conferência Extraordinária aprovaram a continuação do nome “Partido Comunista do Brasil”, sem alterar os antigos estatutos e programas, e passaram adotar a sigla PCdoB. Essa divergência, que começou no final dos anos 1950¹², cristalizou a existência de dois partidos comunistas

¹² Ver o item “Posição política do PCB” no documento “Declaração sobre a política do PCB” (março de 1958) (*apud* CARONE, 1982, p. 176).

em solo brasileiro (KIELLER, 2002). Essa foi a maior divisão mas não foi a única¹³ por que o Partido Comunista do Brasil passou.

Como dissemos antes, os autores dão os mais diferentes rumos para a discussão sobre o Partido Comunista. A seguir destacaremos alguns que, em suas pesquisas, mostraram diversas faces e fases interessantes sobre o PCB, sua militância, política, seus dirigentes e o seu principal expoente, Luís Carlos Prestes.

Um bom panorama sobre o PCB – mesmo em virtude das facilidades para obter informações – é a dos brasilianistas, que, com informações privilegiadas por parte dos órgãos de repressão, conseguiram elaborar bons trabalhos acerca do PCB; o de Ronald Chilcote (1982), em particular, é uma das melhores descrições sobre o Partido escritas até hoje¹⁴. Outro estudo que tem um nível de informações diferente de tudo o que se escreveu no Brasil sobre o PCB é o de Dulles (1985); em seus estudos também se evidencia a facilidade em obter documentos oficiais para a realização da pesquisa.

Nosso trabalho vai na linha apontada por Chilcote, com o uso de Michels como referencial teórico pois este autor apontou como sendo uma característica presente em todos os partidos modernos o fato de serem aristocráticos – o que chamaríamos de elitistas. “Michels defende a democracia parlamentar mas encara os partidos como essencialmente ‘aristocráticos’ em sua origem e objetivos, já que são forçados a usar as massas [...], embora o seu exemplo seja a Alemanha e o tipo de partido analisado seja o social-democrata, as concepções de Michels mesmo assim, se aplicam ao PCB” (CHICOLTE, 1982, p. 25-26).

Outros trabalhos apontam para questões relacionadas à análise do principal dirigente do Partido, Luís Carlos Prestes. Não são poucos os trabalhos que tentam traçar o perfil do homem que foi por mais tempo o líder político do Partido. Dentre outros trabalhos que apresentam um perfil sobre o culto à personalidade e sobre a liderança carismática de Prestes (CARONE, 1982; VINHAS, 1982; PANDOLFI,

¹³ Sobre outros processos de divisão do Partido, cf. Gorender (1987, p. 85-112).

¹⁴ O estudo de Chilcote, *Partido Comunista Brasileira – conflito e integração*, foi lançado em 1982, ou seja, a coleta de dados foi feita durante a vigência da ditadura militar no Brasil, o que comprova que os brasilianistas tiveram condições de obter informações diferenciadas. Isso é percebido nesses trabalhos por causa da qualidade das informações usadas, tendo acesso a instituições oficiais, como o Tribunal Superior Eleitoral.

1985; AMADO, 1987; MORAES, 1997; PRESTES, 1997; FERREIRA, 2002), em diversos trabalhos aparecem capítulos inteiros dedicados a Luís Carlos Prestes como sendo o dono do Partido, isto é, a personalidade onipresente na organização comunista. Poderíamos por páginas citar autores que dedicaram parte de seus estudos e pesquisas debruçando-se sobre o líder vermelho – isso sem relacionar os trabalhos relativos à Coluna Miguel Costa-Prestes¹⁵, que percorreu o Brasil entre 1925 e 1927 e levou Prestes ao exílio, quando tomou contato com o movimento comunista internacional com sede em Moscou. A partir daí, seriam várias tentativas do PCB e da própria Internacional para trazer Prestes para o campo do marxismo.

Como dissemos, poderíamos abordar por capítulos seguidos os mais diversos assuntos sobre o comunismo e os comunistas, mas o que de fato interessa-nos é enfocar os autores que trabalham com o nosso objeto, que são os dirigentes comunistas como elite política dirigente. O Partido Comunista Brasileiro, assim como outros partidos de organização tradicional de massas¹⁶, teve uma direção, um conjunto de pessoas que ficaram à frente do Partido, ou por iniciativa ou por indicação de um ou vários grupos políticos. Entender como funcionam essas elites dirigentes e dialogar com os autores que escrevem sobre elites política auxiliar-nos-á a estabelecer as

¹⁵ “Movimento ocorrido entre os anos de 1925 e 1927, encabeçado por líderes tenentistas que empreenderam grandes jornadas para o interior do país, procurando fazer insurgir o povo contra o regime oligárquico vigente durante a presidência de Artur Bernardes, ainda no período da República Velha. A Coluna Prestes ainda pregava ao povo a necessidade da destituição do Presidente e a imediata reformulação econômica e social do país, pregando a nacionalização das empresas estrangeiras fixadas no Brasil e o aumento de salários de trabalhadores em todos os setores rurais e industriais. Em suas jornadas, que se estenderam em uma distância de por volta de 25 000 quilômetros, o comando dos 1 500 homens reunidos deveria ser unificado: o comando militar é exercido por Miguel Costa, sendo Luís Carlos Prestes o chefe do Estado-Maior. A Coluna, além de seu caráter militarista, passa a configurar um programa de reformas, que é divulgado aos povoados com os quais o movimento entrou em contato em suas jornadas. Apesar de sua invencibilidade frente às tropas do governo, a Coluna não chegou a atingir seus objetivos de provocar a rebelião popular generalizada no interior do país: o povo temia grandemente possíveis represálias do governo. Desta forma, a Coluna não conseguiu derrubar o governo vigente. Porém, os tenentistas que da Coluna participaram decisivamente no quadro político do período da Revolução de 30 e, no caso de Prestes, na Intentona Comunista de 1935” (SODRÉ, 1987, p. 127-129).

¹⁶ Sobre os conceitos de “partido de quadros” e “partido de massas”, cf. Duverger (1968).

condições de uma análise mais apurada para a comprovação da existência de uma elite política¹⁷ dirigente do Partido no Paraná e quais suas características.

Um autor de fundamental importância para nossa pesquisa é Robert Michels, com o seu *Sociologia dos partidos políticos* (escrito originalmente em 1909); para ele, há uma tendência para a ascensão no interior das organizações dos trabalhadores – também nos partidos políticos – de uma *oligarquia* que de tudo faz para manter a sua hegemonia. É com essa variável da manutenção e preservação do poder que trabalhamos em nossa dissertação: existia uma tendência à preservação dos membros da direção estadual do PCB no Paraná que levou à cristalização de uma elite (oligarquia) política dirigente, nos termos de Michels; além disso, essa tentativa de autopreservação da elite política dirigente dos comunistas ancorava-se nos conceitos weberianos de burocracia¹⁸ para manter o poder. Isto é, fortemente estabelecida em uma burocracia de controle de outros órgãos intermediários e de base do Partido, como a imprensa, as finanças, os movimentos sociais em que o Partido estava envolvido, as entidades, os sindicatos, as células e os diretórios municipais e distritais¹⁹.

Outros autores diretamente ligados ao nosso tema são Leôncio Martins Rodrigues²⁰, José Murilo de Carvalho (*A construção da ordem & A elite política*

¹⁷ Como veremos abaixo, entendemos “elite política” a partir da perspectiva de Robert Michels, isto é, a partir do princípio de que, onde existe uma organização, existe uma oligarquia que está à frente dessa organização. Em outras palavras, consideramos o coletivo à frente do Partido como uma oligarquia, que procura manter-se ou influenciar quem está no poder.

¹⁸ Podemos também nesses casos usar o conceito que Weber utilizava para justificar a tendência de autopreservação existente nas burocracias, tanto antigas como modernas.

¹⁹ Esse controle pode ser conferido pela quantidade de papéis (documentos) encontrados no Arquivo Público do Paraná. Esses documentos versavam sobre controle de finanças, de organização dos movimentos, de orientações políticas, de recolocação de dirigentes, de controle e distribuição dos meios de comunicação do Partido. Enfim, era um controle exercido nas mais tradicionais formas de organizações verticais dos partidos comunistas de outros países, no poder ou não, em que as direções partidárias tinham controle da burocracia, dos mais simples aos mais complexos assuntos do Partido, o que fazia que o Partido sempre estivesse afinado com os discursos e orientações dos dirigentes centrais.

²⁰ Entre os trabalhos do Prof^o Leôncio Martins Rodrigues que tratam de elites dirigentes (de sindicatos ou de partidos), estão: *O PCB 1922/1964: dirigentes e organização* (1986); *A CUT: os militantes e a ideologia*; *Quem é quem na Constituinte – uma análise sócio-política dos deputados federais* (1987); *Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados* (2003).

imperial – 1996)²¹, Ronald Chicolte (*Partido Comunista Brasileiro – conflito e integração 1922-1972*), dentre outros que tratam dos dirigentes superficialmente. Seus trabalhos geralmente são biografias, das quais podemos destacar algumas interessantes memórias, biografias e autobiografias e relatos de Agildo Barata (1978), Fernando Moraes (1986), Graciliano Ramos (1984), Gregório Bezerra (1979), João Falcão (1988), Jorge Amado (1946; 1947), Moisés Vinhas (1982), Leôncio Basbaum (1978), Vítor Márcio Konder (2002) e Jair Rodrigues do Santos (TONELLA, VILA LOBOS & DIAS, 1999), dentre outros. Existe um relato organizado pela Igreja Católica em um dossiê que denuncia as atrocidades do regime de exceção de 1964, a obra *Brasil: nunca mais*. Nesse sentido, apesar de não serem trabalhos acadêmicos, são de grande valia para nossa pesquisa alguns inquéritos policial-militares, como o processo n. 709, que é um relato das atividades desenvolvidas pelo Partido do Comunista do Brasil até 1966, e o IPM n. 444 da 5ª Região Militar, que é um relatório sobre as atividades comunistas no Paraná e Santa Catarina, conhecido no estado como Operação Marumbi, que remonta às atividades do Partido nos dois estados, anos antes da instalação do regime militar de 1964. Nessa operação foram indiciadas inúmeras pessoas que supostamente faziam parte ou seriam colaboradoras do Partido no Paraná. Por fim, o conhecido Processo de Cassação de Registro do PCB de 1947, Resolução n. 1 841 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Enfim, como apontamos, existe material produzido sobre o PCB até 1964 – levando-se em conta que o PCB era o principal canal de organização da esquerda no país e que mesmo outros setores que não eram alinhados com o PCB, nos tempos de exceção, sofreram como se fossem membros integrantes do Partido Comunista²².

²¹ A primeira parte do livro analisa especificamente a composição social da elite política imperial, traçando um perfil dos ocupantes dos cargos mais importantes nas províncias, no Conselho de Ministros, no Senado e na magistratura imperial brasileira.

²² Diversos dos entrevistados para o nosso trabalho afirmaram categoricamente que não existiam outros setores de esquerda organizados no Brasil, ou que, se existiam, eram forças regionais ou mesmo, quando organizações nacionais, não alcançavam grande repercussão no campo da esquerda, de modo que o PCB era quem ficava com o título de maior força do movimento de esquerda no Brasil.

I.2. A teoria das elites – caminho para estudar a elite política dirigente no Paraná

Ao trazermos a discussão para o marco teórico de que lançaremos mão em nossa pesquisa, temos claro que nosso instrumento de análise para compreender o Partido Comunista no Paraná e principalmente seus dirigentes será a teoria das elites, que, como já indicamos, é muito utilizada por aqueles que resolveram trabalhar com as direções dos partidos²³. Nesse sentido, os conceitos de oligarquia e burocratização de Robert Michels e que a organização burocrática das lutas e movimentos define os papéis que serão exercidos pelos líderes, por meio do princípio da delegação de funções, ser-nos-ão importantes: “O ideal prático da democracia consiste no *self-government* das massas, obedecendo às decisões das assembleias populares. Mas se é verdade que esse sistema limita a extensão do princípio da delegação, ele oferece em contrapartida, nenhuma garantia contra a formação de um estado-maior oligárquico” (MICHELS, 1982, p. 9).

Esse princípio básico da teoria das elites estabelece os que mandam e os que fazem, os que decidem e os que executam; os que governam e os que são governados; os que são parte de uma minoria e os que são partes de uma maioria. Segundo o próprio Michels, essa relação entre “quem faz” e “quem manda” acontece por uma impossibilidade técnica dos governos de massas. Mesmo nos aglomerados de pessoas menos densos, como associações, sindicatos ou partidos políticos, ainda assim é difícil o exercício do poder direto pela massa. Ele explica esse fenômeno por duas vias: uma é da Sociologia das Organizações, para justificar a formação de oligarquias: quando um grupo organiza-se, forma-se uma oligarquia; a outra via é a Psicologia das Multidões, que reforça o poder das oligarquias. Vejamos, em rápidas linhas, esse raciocínio de Michels: a Sociologia das Organizações guarda em si uma grande contradição teórica, ao levantar a questão da impossibilidade técnica de todos exercerem o poder ao mesmo tempo, ou seja, isso inevitavelmente nos levar a atribuir funções de decisão e de mando a uns poucos escolhidos no meio de todos, pelo

²³ John F. Dulles e Ronald H. Chilcote utilizaram-se de um elitista como Michels para sustentar suas teses e argumentos sobre o Partido Comunista do Brasil.

princípio da delegação, o que permite que se tenha organização; para Michels a organização exclui as formas mais amplas de democracia.

Partindo do princípio de que se estaria aderindo a uma livre associação que procura formar um algum tipo de sociedade, à qual passam a submeter-se e reconhecer nessa associação a base legítima para o convívio dos cidadãos em liberdade; ao fazerem uma associação, os homens têm estabelecidos os primeiros passos no sentido de caminhar para uma vida regida pela organização social, que tem normas e regras mais ou menos claras de funcionamento.

As idéias defendidas por Rousseau são pressupostos, pois, ao passar a aceitar a vontade geral, rompe-se com o individualismo e passa-se a construir um corpo moral coletivo, em que todos estão sujeitos a leis, de que os indivíduos são também autores. Assim, encontrando a experiência de uma vida social, de fraternidade e igualdade com todos os indivíduos que aceitaram o mesmo ideal e aderiram ao contrato, afirmava Rousseau:

A soberania é inalienável e indivisível e, como base da própria liberdade, é algo a que o povo não pode renunciar ou partilhar com os outros, sob pena de perda da dignidade humana. A soberania pode, contudo, ser delegada em funções executivas, segundo formas diversas; nascem assim os governos monárquicos, aristocráticos e republicanos, cada um devendo corresponder a circunstâncias históricas e geográficas específicas (ROUSSEAU, 1991, p. XVIII).

Ao reconhecer no seu contrato social que as funções da soberania podem ser delegadas pelo soberano (assembléia), em nosso ver reconhece-se a existência de um corpo organizado com funções executivas que, segundo Michels, seria o princípio de um corpo técnico e da burocracia, que permite a formação de oligarquias. Mais ainda: para Rousseau, os legisladores devem assemelhar-se aos deuses, apesar de perseguir os objetivos de servir as necessidades da nobreza humana, no sentido de buscar evitar a dissolução da assembléia.

Ainda referentemente à impossibilidade técnica do governo de massas, não há tempo e espaço para a participação de todos em todas as decisões. Assim, no que tange à tomada de decisões, é necessário delegar funções por meio da organização. Michels entendia por organização uma ação coordenada para atingir um determinado fim e, ao

diferenciarem-se as tarefas, é necessário eleger os mais capazes tecnicamente de desenvolver as tarefas, o que leva à formação de oligarquias. Para estar de acordo as organizações que quiserem atuar nas mais diferentes áreas acabarão fundando burocracias²⁴. Isso acaba desencadeando um processo por parte das entidades e dos partidos no sentido da formação de quadros de direção. Como tentamos demonstrar neste trabalho, existe uma formação de lideranças, apesar da baixa rotatividade das elites dirigentes. Assim, o fenômeno da burocratização é a busca pela preservação de uma elite política, em qualquer tipo de organização: Estado, partidos, associações ou sindicatos. Sempre haverá uma elite ou oligarquia no poder. Michels reconhece o papel da organização, mas não vê isso como bom ou ruim, mas sim como inevitável. Outro pressuposto que é aceito por Michels é a idéia da circulação de elites²⁵.

Dessas discussões acerca de organização e democracia deriva também um conceito importante desenvolvido por Gaetano Mosca em *A teoria da classe política dirigente*²⁶, construída no seguinte eixo: “Se nos referimos à classificação de Aristóteles é impossível que um só monarca governe milhões de súditos sem a ajuda de uma hierarquia de funcionários, ou seja, de uma classe dirigente é igualmente impossível que uma democracia funcione sem que a ação das massas populares seja coordenada e disciplinada por uma minoria organizada, ou seja, também uma classe dirigente” (MOSCA, 1962, p. 307).

É necessário deixar claro em qual sentido utilizaremos a expressão “elite”. O que nos parece ser mais razoável é a leitura de elite política como descreve Keller: “O termo elite se refere antes demais nada a uma minoria de indivíduos cuja missão é servir a uma coletividade, num sentido social. As elites são minorias ativas e responsáveis – ativas, no que concerne ao exercício de atividades em benefícios e no interesse de outros pelos quais essas elites são responsáveis. As elites são em última

²⁴ Sobre burocracia, cf. Weber (1982) e Girglioli (1994).

²⁵ A teoria das elites nasceu dialogando com o marxismo e criou o conceito de elite no sentido de contrapor-se ao marxismo. Desenvolvida por Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto, afirma que há na sociedade um constante processo de revezamento entre elites que ciclicamente disputam o poder.

²⁶ As expressões “classe política dirigente”, de Gaetano Mosca, e “elite”, desenvolvida por Vilfredo Pareto, passaram a ser amplamente difundidas e utilizadas por autores em diversos países. Robert Michels é um dos autores que se filiam ao uso do termo “elite política dirigente”.

análise responsáveis pela realização de grandes metas sociais e pela continuidade da ordem social” (KELLER, 1967, p. 14-15).

Ao estabelecer qual é o conceito de elite que será utilizado, aproveitamos aqui para realçar que não utilizamos o conceito como algo pejorativo, que sirva para desmerecer o conceito de elite política. Nesse sentido, talvez seja ideal trabalharmos com a definição que Michels apresenta de elites, isto é, oligarquias que existem em qualquer tipo de organização; em outras palavras, partimos do pressuposto de que onde existe organização existirá um grupo de pessoas ativas à frente das atividades dessa organização coletiva: assim também no PCB do Paraná.

Para Duverger, o Partido Comunista é o que melhor faz uso de sua organização, ou melhor, o Partido é superior a outros partidos em termos de organização: “Fortemente influenciados pelas necessidades impostas pelas ações clandestinas, impostas aos bolcheviques antes de 1917, estas mostraram ser bastante eficazes para garantir um enquadramento ao mesmo tempo flexível e sólido das grandes massas humanas. Os partidos comunistas são os de melhor organização entre todos os partidos; esse fator técnico não deve ser esquecido na explicação do seu sucesso” (DUVERGER, 1968, p. 364-365).

Na passagem acima Duverger referia-se ao Partido Comunista na antiga Rússia, mas podemos ver que a realidade de todos os partidos comunistas, com raras exceções, sempre foi a de viver de tempos em tempos na clandestinidade. Assim, a verificação feita por Duverger – de que esses partidos são mais organizados que os demais partidos – é uma regra que vale para a maioria dos partidos comunistas; também no Brasil observamos que o Partido passou o maior tempo de sua existência na clandestinidade, o que o levou a diferenciar em determinados momentos sua política de organização e de filiação de novas lideranças e ainda passasse a existir em cima de uma constante política de quadros e de uma organização extremamente rígida.

Ao optarmos por usar Michels²⁷ e sua Sociologia dos Partidos Políticos como referencial teórico, parece-nos que é o caminho utilizado por um grande número de

²⁷ Quando falamos que Michels será o referencial, pensamos no caminho que por ele foi percorrido, no sentido de aperfeiçoar e ao mesmo tempo se filiar à corrente de pensadores da teoria das elites, que inicialmente tem a frente os dois pensadores italianos, Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto. Porém

autores que trabalham com dirigentes de partidos políticos, sindicatos, associações ou entidades de classe; assim, por exemplo Chilcote evidenciou que Michels foi usado para delinear sua obra, da mesma forma que outros clássicos da teoria das elites foram utilizados por outros autores contemporâneos. Mas a teoria de Michels sempre tem um relevo especial para coroar hipóteses e teses sobre o funcionamento e os dirigentes dos partidos e sindicatos: “Michels defende a democracia parlamentar mas encara os partidos como essencialmente aristocráticos em sua origem e objetivos, já que são forçados a usar as massas. [...] Embora o seu exemplo seja a Alemanha e o tipo de partido analisado seja o Partido Social-democrata, as concepções de Michels mesmo assim se aplicam ao PCB” (CHILCOTE,1982, p. 25).

Na mesma linha e corroborando Chilcote, fazemos as mesmas afirmações, mas indo um pouco além, pois as elaborações de Michels sobre as organizações serem dirigidas por elites aplicam-se a todos os partidos inclusive ao PCB, pelo menos quando o assunto são a organização ou os dirigentes desses partidos²⁸. Ainda nos espelhando em Chilcote, analisamos o que *de fato* foi o Partido Comunista e não o que ele queria ser e fazer como proposta política, conforme a proposta de Marx e Engels. Afirma Chilcote:

Se fôssemos adotar o raciocínio de Michels, o estilo da política do PCB acima mencionado poderia ser explicado assim: no correr dos anos, ao invés de se tornar revolucionário e militante na medida em que crescia sua organização e solidariedade, o partido foi ficando cada vez mais prudente e tímido, como resultado direto da ameaça continua exercida pelo estado contra sua própria existência. [...] Na luta pelo poder, o PCB transformou-se de partido revolucionário dos trabalhadores em partido burguês, tornou-se mais competitivo que revolucionário e mais harmonioso do que heterogêneo; e buscou colisões e alianças em sua determinação de aumentar o número de seus membros e de conseguir um papel proeminente no sistema eleitoral. [...] Muito embora a perseguição movida pelo Estado o tenha levado a uma resposta revolucionária em pelo menos uma ocasião – nos levantes de 1935. Além disso, como uma das poucas forças de oposição alternativa remanescentes, o PCB continuaria a atrair parcelas das massas desprovidas e há poucas evidências contra a possibilidade do

Michels diferencia-se deles por ir um pouco além nas discussões sobre oligarquia, estabelecendo a máxima sobre a oligarquia, que diz que oligarquia é a lei de ferro da democracia.

²⁸ Ver os estudos de Leôncio Martins Rodrigues e de Sérgio Miceli; um estuda o PCB e o outro o Partido Democrata Cristão (PDC) e o PTB, mas os dois têm como eixo em seus trabalhos o mapeamento das elites dirigentes desses partidos – ou seja, em ambos os casos pode-se lançar mão do referencial teórico da teoria das elites.

partido em condições apropriadas, torna-se uma força revolucionária revitalizada na luta pela transformação da sociedade brasileira (CHICOLTE, 1982, p. 26-27).

Fora o episódio da Intentona Comunista em 1935, lembrado por Chilcote, um outro período em que o Partido foi empurrado para uma posição mais revolucionária foi quando do início da Guerra Fria, após 1947; como resultado de influências externas, o PCB teve que radicalizar sua política, adotando o Manifesto de Agosto de 1950²⁹, que apontava para a criação da Frente Democrática de Libertação Nacional (FDLN), com nove pontos de atuação dessa frente. Essa radicalização foi ratificada no IV Congresso do PCB em 1954. Como fruto dessa política radicalizada surgiram diversos movimentos e revoltas camponesas, inclusive no Norte do Paraná (a Revolta de Porecatu³⁰), mas ao mesmo tempo criou as condições para a discussão sobre qual era o caminho que o Partido seguiria: o revolucionário ou o da busca pela legalidade. Essas discussões conduziram o Partido Comunista do Brasil à sua maior cisão, que aconteceu em 1960.

Com esse breve balanço sobre a literatura sobre os comunistas, vamos a uma última questão antes de passarmos a analisar mais detidamente o nosso objeto: o que se produziu sobre estudos regionais acerca do Partido Comunista.

I.3. Fechando a discussão sobre o que se produziu sobre os comunistas no Paraná

Nossa pesquisa permite-nos afirmar que o estudo dos partidos regionais³¹, depois de 1945, em que os partidos passaram a ter uma configuração nacional, apesar da forte presença que mantiveram em alguns estados, é muito débil; quando se trata do Partido Comunista, então, é quase inexistente. O mesmo pode-se dizer sobre os

²⁹ O Manifesto de Agosto de 1950 lançava a Frente Democrática de Libertação Nacional; encontra-se reproduzido na íntegra em Carone (1982, p. 108-112).

³⁰ A revolta de Porecatu teve como um dos líderes Manoel Jacinto Correa, que fôra Vereador do Partido em Londrina; o movimento teve também a participação do histórico dirigente nacional Gregório Bezerra. Esse movimento já recebeu a atenção de diversos sociólogos como Ângela Duarte Damaceno Ferreira (1984).

³¹ Ao falarmos em “partidos políticos regionais”, não consideramos os partidos republicanos, que foram partidos regionais que existiram durante a I República.

estudos realizados sobre partidos no Paraná – mesmo esta pesquisa apenas inicia a pesquisa sobre esse tema.

Alguns autores, como Chilcote, em um capítulo de seu livro, ao abordar a realidade dos comunistas nos estados, com relação ao Partido no Paraná trata dele em apenas um parágrafo, relativa às divergências internas:

Paraná. Depois do Golpe de 1964, os líderes partidários no Paraná se dividiram em torno de duas posições: uma chamada de ala tradicional ou pacifista e outra de renovadora ou linha renovadora. Os pontos de vista da segunda viriam a predominar, primeiramente numa conferência do Comitê Municipal em Curitiba, realizada no início de 1967, que apoiava a luta armada como a luta principal para a tomada do poder. No mesmo ano a ala renovadora do Partido dominava também uma conferência estadual na qual se aprovou uma resolução defendendo uma linha de ação violenta, rejeitando as teses do VI Congresso do PCB.

Mesmo esse sumário comentário a respeito do Partido no Paraná está em um trabalho que já mencionamos – *Atividades comunistas em Santa Catarina e no Paraná*, elaborado pela 5ª Região Militar, na pessoa do Cel. Ferdinando de Carvalho. Fora esse, apenas outros dois trabalhos históricos tratam da questão dos comunistas no Paraná: *Resistência democrática – a repressão no Paraná*, do jornalista e escritor Milton Ivan Heller, que apresenta a questão dos comunistas diluída em uma brilhante avaliação do período de 1964 a 1985, e um trabalho mais recentemente lançado, sobre a história do Paraná, que menciona em pequenas passagens a contribuição que deixaram os comunistas para a história política do estado, intitulado *Paraná: terra de todas as gentes e de muitas histórias*, de Hermógenes Lazier. Esses dois últimos trabalhos são de pessoas que foram dirigentes estaduais do Partido no período estudado³².

Poderíamos citar alguns outros poucos trabalhos sobre o PCB no Paraná, mas diversos deles são memórias dos que sofreram com as perseguições da ditadura (VIEIRA, 1998)³³ ou trabalhos acadêmicos voltados para questões específicas, como um trabalho sobre gênero. Além desses, há alguns documentos como os *Anais da*

³² Esses dois autores também foram entrevistados para a nossa pesquisa sobre o PCB no Paraná.

³³ Além de Vieira (1998), podemos citar o dossiê *Brasil: nunca mais*, que traz alguns relatos de presos políticos torturados no estado.

Assembléia Legislativa de 1947, que foi publicado em 1949; nesses anais encontram-se alguns discursos do então eleito Deputado Estadual pelo Partido Comunista do Brasil, o jurista e advogado José Rodrigues Vieira Neto³⁴, no sentido de expressar as opiniões e posições políticas do Partido, durante os dois anos de seu mandato, que foi cassado no início de 1948, quando o TSE cassou todas os mandatos dos comunistas, tanto no Congresso Nacional como nas assembléias estaduais.

Este trabalho tem limitações por não dispor de uma literatura básica sobre os comunistas no Paraná; mesmo em outros estados as produções acadêmicas ou literárias sobre como o Partido organizava-se neles é quase inexistente.

No próximo capítulo trataremos especificamente dos dirigentes comunistas, que fizeram parte da estrutura estadual do Partido no período 1945-1964, tentando detalhar seu perfil nas seis direções estaduais que se sucederam entre as décadas de 1940 e 1960.

³⁴ Sobre José Rodrigues Vieira Neto, veja-se mais abaixo a seção III.4.

CAPITULO II – COMO SURTIU O PCB

Muito já se escreveu e disse-se sobre o Partido Comunista do Brasil. Como disse o poeta Ferreira Gullar (2002), na verdade não se pode contar a história da República brasileira sem tocar no nome do PCB, a cujo respeito existe uma vasta produção literária e acadêmica, na forma de teses, dissertações, filmes, peças de teatro e assim por diante. Talvez seja o Partido Comunista a organização de esquerda que ganhou maior destaque na literatura até hoje, em virtude de ter sido um dos poucos partidos nacionais que desenvolveu com maior sucesso o modelo de estrutura nacional com direção verticalizada – em uma época em que somente existiam partidos tradicionais com forças expressivas em determinadas regiões. Em contrapartida, isso pode ter colaborado para o pouco ou quase nada escrito sobre o PCB nos diversos estados brasileiros. As seções estaduais, de modo geral, são vistas como coadjuvantes nos fatos e na história da República, apesar de terem tido vida e atividades próprias, ocupando importantes espaços na vida política de seus estados e municípios.

Não se pode esquecer que o Partido Comunista tem uma história conturbada, como se pode comprovar pelos curtos períodos de legalidade em que se encontrou ao longo de 80 anos: “o caso do PCB é sabidamente extremo. Desde o seu nascimento, em 1922, até sua legalização em 1985, teve apenas três anos e meio de legalidade plena” (BRANDÃO, 1997, p. 23). Na maior parte do período de clandestinidade, a perseguição a seus dirigentes foi feroz, principalmente entre 1935 e 1943 e 1964 e 1979³⁵; entre 1947 e 1964, por outro lado, manteve-se em uma “semiclandestinidade”, sem o direito de organizar-se legalmente, mas mantendo uma organização invejável, com a manutenção de várias estruturas e de seu parque gráfico, além de diversas publicações que foram ininterruptamente editadas até 1964, quando do golpe militar.

Daí resulta a importância de enfatizar-se a atuação partidária estadual, especialmente se se considerar que os dirigentes e militantes comunistas, mesmo seguindo uma política nacionalmente orientada, sempre se encontravam envolvidos com problemas locais e regionais: problemas de fábrica, de bairro, de juventude, sem

³⁵ Não esquecendo o fato de que, a partir de 1962, passaram a existir dois partidos comunistas.

mencionar as questões internas de administração de um partido com estrutura regionalizada. Essas estruturas regionais procuravam inserir-se nos grandes temas de seus estados, intervindo e participando ativamente da vida política regional, formando, assim, estruturas intermediárias que discutiam, seguiam e procuravam dar formas regionais aos temas na sociedade brasileira.

O PCB constituiu-se como Partido em 25 de março 1922, após a luta dos trabalhadores que chegaram ao poder na União Soviética, criando um espírito de luta e transformação em todo o mundo. No Brasil, isso se traduzia em algumas uniões de comunistas, que tinham ao todo 73 membros de diversos estados, apoiados pela III Internacional³⁶, sob a liderança de Lênin e da União Soviética, que substituiu a II Internacional após a eclosão da I Guerra Mundial, cujo objetivo era fazer proliferar organizações comunistas para consolidar a hegemonia do “bloco comunista” em determinados países, que adotavam o socialismo como modelo.

Nos dias 25 e 26 de março, respectivamente em Niterói e na cidade do Rio de Janeiro, nove representantes de diversas organizações comunistas estaduais fundaram o Partido Comunista do Brasil, secção brasileira da Internacional Comunista. Como destacou José Carlos Rui, “Aquele punhado de dirigentes operários fundou o primeiro partido político que rompeu com estreitos laços da política estadual, e teve âmbito nacional” (RUI, 2002, p. 22). Isso dava nova dimensão à estrutura dos grupos comunistas que atuavam de maneira isolada em diversos estados. Assim, o Partido passou a agir nacionalmente (ainda que, evidentemente, apenas em alguns estados nos primeiros tempos).

II.1. Atividades comunistas no Paraná – 1930-1945

Relatos indicam que no Paraná tem-se notícia da existência de atividades comunistas desde a década de 1930, inclusive com comunistas paranaenses enviados

³⁶ As internacionais comunistas eram organismos com representação de diversas organizações da classe trabalhadora de diferentes países e que funcionavam para o alinhamento da política socialista ou da classe trabalhadora. A primeira internacional foi organizada em 1864, com papel de destaque de Marx e Engels (BOTTOMORE, 2001, p. 195-198).

como delegados para a Conferência Nacional do PCB que se realizou na Serra da Mantiqueira, no estado do Rio de Janeiro, que reorganizou o Partido em 1943, esfacelado pelo cruel tratamento que recebeu no período³⁷, pela ditadura de 1937, que levou a maioria de seus dirigentes para as prisões, após a decretação de um regime denominado de Estado Novo. Nesse sentido, Hermógenes Lazier depõe que:

Entrevistando anos atrás os companheiros Jorge Karan, Jacob Schimidt e Jorge Herlain Filho, consegui as seguintes informações: [...] Jorge Herlain foi um dos fundadores do PCB em 1930, o primeiro Presidente foi Waldemar Reikdhal, que foi dirigente sindical metalúrgico. Participaram da vida do PCB João Lucinda (ferroviário), Alfredo Petroski (ferreiro), Átila da Silva (estudante). Depois entraram no Partido os irmãos Dario e Arpad Printz. Também Júlio Manfredini (“Vovô”), Claudemiro Batista (chefe de trem). Depois da Conferência da Mantiqueira, assumiram a direção do PCB: Walfrido Soares de Oliveira, Alfredo Petroski, Jacob Schimidt, Claudemiro Batista, Lápelis (LAZIER, 2001, p. 2-3).

Apesar da movimentação que o Partido vivia nos anos 1930, os primeiros documentos da existência legal sobre o Partido Comunista no Paraná só apareceriam por volta de 1945, quando se criou o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná; todavia, os arquivos da repressão do Estado Novo, no Paraná, guardados junto aos arquivos do Fundo Dops, informam que existiam comunistas e atividades comunistas no estado a partir da década de 1930, o que é confirmado pelo historiador e dirigente do Partido Hermógenes Lazier. Segundo ele, seria um dos principais nomes desse período o de Waldemar Reikdhal, que, segundo Lazier, foi um dos primeiros fundadores do Partido no Paraná. Reikdhal teria sido Deputado Classista na constituinte de 1934; além de ter sido o primeiro Presidente regional do Partido, Reikdhal, um funileiro líder sindical da categoria dos metalúrgicos, era um dos operários que no Paraná ocupava lugar de destaque na direção do movimento dos trabalhadores ferroviários. A ascensão de operários às direções intermediárias do partido era fruto de políticas do PCB, que no início dos anos 1930 optou por uma

³⁷ “Em 1935 o governo de Vargas impôs a Lei de Segurança Nacional, para reprimir o movimento democrático. Em janeiro de 1936, foi criada a Comissão de Repressão ao Comunismo e, em setembro, o Tribunal de Segurança Nacional. Esta institucionalização da repressão era a contrapartida de perseguição policial implacável aos dirigentes comunistas e aos democratas em geral” (RUI, 2002, p. 64).

“proletarização”³⁸ dos quadros dirigentes do Partido. Essa política, aliás, levou ao afastamento de diversos quadros da direção nacional do Partido – inclusive um de seus principais fundadores, Astrogildo Pereira.

Dessa primeira geração de líderes comunistas paranaenses, podemos destacar alguns, oriundos das seguintes categorias: ferroviários, estivadores e trabalhadores manuais.

Walfrido Soares de Oliveira e os irmãos Arpad e Dário Printz figuravam entre os primeiros e principais dirigentes das atividades comunistas no Paraná na década de 1930. Eram funcionários da RVPSC (Rede Viária Paraná-Santa Catarina) e atuaram, certamente, por mais de uma década no Partido Comunista. Na segunda metade da década de 1940, mais precisamente em 1945, eles eram referências na Direção Estadual, sendo que Oliveira assumiu a direção estadual e Printz, a direção do Partido na capital.

Se desenhássemos um mapa da distribuição geográfica das atividades comunistas, indicando as cidades onde elas existiam, notaríamos que eram aquelas com grande malha ferroviária, ou melhor, com um grande número de funcionários da rede ferroviária. Além disso, a presença dos comunistas era mais evidente também nas cidades portuárias, como Paranaguá e Antonina, onde o número de estivadores que simpatizam com as idéias comunistas não era pequeno. A explicação para isso é simples, pois os estivadores e os ferroviários constantemente estavam em contato com estrangeiros que chegavam em navios de carga de diversos países da Europa; com as cargas eles traziam também as novidades da vitória e a consolidação da revolução comunista na Rússia e notícias das lutas intensas contra o nazismo, que se consolidava em países como a Alemanha e a Itália. Como destaca Jorge Ferreira, muitos deles (estivadores e ferroviários) nos anos 1930, argumentavam que aderiram ao comunismo pelo ambiente radicalizado daquela época, particularmente da luta com o fascismo

³⁸ Ou seja, a ascensão à direção do Partido de quadros da política operária, ligado a uma política de radicalização do movimento comunista internacional, que buscava afastar os intelectuais dos quadros de direção do Partido, abrindo espaço para o discurso de aliança entre operários e camponeses e excluindo setores da burguesia.

(FERREIRA, 2002, p. 62). Esses foram os dois ingredientes fundamentais para atrair uma gama muito grande de pessoas para as fileiras do Partido Comunista.

O Estado Novo implementado por Getúlio Vargas em 1937 trouxe a abolição das bandeiras estaduais e dos partidos políticos, juntamente com uma dura repressão política que durou quase uma década – evidentemente, com reflexos no Paraná³⁹. Durante esses anos a perseguição aos comunistas paranaenses foi brutal. Os órgãos de repressão fizeram marcação cerrada sobre os militantes do Partido, como é o caso do dirigente comunista Arpad Printz, que, ainda muito jovem, aos dezessete anos, ficou quase um ano preso, por entregar panfletos comunistas: “O fichado ainda muito moço ingressou em organizações comunistas, nas quais foi aproveitado para trabalhos práticos. Assim, foi preso aos dezessete anos de idade, quando distribuía clandestinamente boletins comunistas pela cidade, sendo recolhido em 1936 à penitenciária, de onde saiu em 1937 por conclusão de pena” (Fundo DOPS, Arquivo Público, ficha individual de Arpad Prinz, n. 4 784/33 161).

Essa perseguição foi constante. Praticamente todos os militantes comunistas tiveram passagem pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), órgão que teve papel de destaque durante a vigência do Estado Novo. Começou a dar sinais de enfraquecimento com o episódio do afundamento de navios brasileiros pelos alemães⁴⁰, que, aliado à pressão da oposição interna que queria o governo brasileiro ao lado das forças aliadas, fez o governo Vargas optar por uma flexão tática com bases nas mudanças no quadro da política internacional. Assim, Getúlio Vargas declarou guerra ao Eixo (Alemanha, Itália e Japão), fazendo eco às aspirações sociais pela entrada do Brasil na guerra ao lado dos aliados; no primeiro momento neutro em relação ao conflito. Em 31 de agosto de 1942, pressionado pelos acontecimentos envolvendo o afundamento de navios brasileiros e a conseqüente campanha movida

³⁹ A estrutura política do Paraná nas décadas de 1930 e 1940, geograficamente falando, girava em torno de algumas cidades-pólo e de cidades intermediárias, que não eram muitas. O eixo principal era em torno de portos, como Paranaguá e Antonina, e ao longo das ferrovias que ligavam as principais cidades aos portos.

⁴⁰ O Brasil, por pressão dos norte-americanos e por pressão de parte da opinião pública, mobilizada inclusive com o apoio dos comunistas, rompeu relações com a Alemanha. Em agosto de 1942, os alemães, já que o Brasil não guardava nenhuma neutralidade e não comerciava com todos os países, como fazia a Argentina, atacaram os navios mercantes do Brasil (KONDER, 2002, p. 47).

pela imprensa de oposição, o Brasil declarou guerra ao Eixo. A nova conjuntura que se formou favorecia o avanço das forças internas (ROEDEL, 2002, p. 31).

A declaração de guerra à Alemanha de Hitler tirava o governo da cômoda posição de neutralidade que havia escolhido, para consolidar uma aproximação com os aliados. Esse novo panorama nas relações internacionais levou Getúlio Vargas a promover um processo de abertura política lento e gradual, de 1942, à abertura total, em 1945. Com isso permitiu uma flexibilidade de atuação dos setores democráticos e populares que estavam totalmente paralisados desde o final dos anos 1930. Ainda em 1943 o Partido Comunista convocou a Conferência da Serra da Mantiqueira, cujo nome deveu-se ao fato de realizar-se em uma fazenda entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais. “Essa conferência vai ser palco de acalorada discussão sobre qual seria a postura do PCB, em virtude da mudança de posição do governo Vargas, além de eleger uma Comissão Nacional de Organização Provisória” (KIELLER, 2002, p. 35), que seria muito importante para o processo de reorganização que enfrentaria o PCB nos estados, além de elevar aos quadros da Direção Executiva Luís Carlos Prestes, que não estava na conferência por estar preso:

A posição a sair vitoriosa da Serra da Mantiqueira é a defendida pelo núcleo de comunistas da Bahia e pela CNOP, compreende como esforço de guerra dos comunistas o apoio a Vargas. Parte desse apoio compreende também que nenhuma crítica deveria ser feita ao governo Vargas, para que não se desviasse a atenção principal da luta contra o fascismo. Essa defesa é feita com base no argumento de que a derrota dos inimigos trará de volta o processo democrático, um pensamento defendido por Prestes, ainda sob cárcere (idem, p. 36).

Essa postura de Prestes, de aliar-se com o seu algoz e o de sua família, contribuiu ainda mais para a imagem de grande líder popular que Prestes sustentava desde os tempos da Coluna Miguel Costa-Prestes⁴¹. Afinal, Prestes deu demonstrações de grande compreensão da realidade política e também de devoção à sua causa e à do Partido, apesar de enfrentar os horrores dos calabouços do Estado Novo, que o

⁴¹ A Coluna Miguel Costa-Prestes foi um movimento de levante interno das Forças Armadas que cruzou parte do país, constituído por setores derrotados na revolução paulista de 1924; era composta por um Estado-Maior em que estavam Miguel Costa, Luís Carlos Prestes e Juarez Távora. “[...] Após a derrota da Coluna, Prestes se refugia na Bolívia, no Uruguai e na União Soviética, voltando ao Brasil em 1935 já filiado ao comunismo” (SODRÉ, 1987, p. 185).

combaliu moral e fisicamente – a ponto de seu advogado chegar a invocar para Prestes a Lei de Proteção aos Animais (PATRIOTA, 2003, p. 3). Os comunistas do Paraná enviaram como representante do estado para a Conferência da Mantiqueira Walfrido Soares de Oliveira, um dos responsáveis pela estruturação do Partido no Paraná.

Em 1945 o governo Vargas convocou eleições para Presidente da República e para a Assembléia Nacional Constituinte, eleita no final do mesmo ano. O Partido Comunista voltou a ter uma vida legal – afinal, entre junho de 1922 e julho de 1945, o PCB teve apenas cerca de um ano e meio de legalidade – e um crescimento fora do comum nesse período; saindo da clandestinidade, em curto espaço de tempo atingiu a marca de centenas de milhares de filiados; nas eleições seu desempenho também foi extraordinário, fazendo um Senador e 15 deputados constituintes (KIELLER, 2002, p. 38). Esse processo levou o Partido a organizar-se na maioria dos estados brasileiros, com a fundação de inúmeros diretórios regionais.

II.2. Os primeiros passos de um PCB legal

“[...] Só a partir de 1945 o PCB começa a existir como Partido” (BRANDÃO, 1997, p. 89).

O Partido Comunista do Brasil no Paraná, a exemplo do que aconteceu com o Partido em nível nacional, apenas depois de 1945 voltou a atuar legalmente, com política nacional e organizado nos estados. No Paraná o conjunto de comunistas já era razoável, pois, com o fim do Estado Novo e a redemocratização do país, um bom número de intelectuais aproximou-se do Partido, movidos pela liderança que Prestes exercia e também em virtude das campanhas em favor do envio da Força Expedicionária Brasileira para a Europa, contra o nazismo.

A ata de fundação do Partido no Paraná, segundo depoimentos, data de 1945. Porém, a criação legal do Partido Comunista aconteceu primeiramente em Curitiba, com uma reunião do Comitê Estadual do Partido para a fundação do Comitê Municipal do PCB, que, segundo o jornal *Gazeta do Povo* do dia 07 de julho de 1945, compunha-se de dez membros efetivos e dois suplentes. Foi registrado no TRE após uma semana nas mãos do então Primeiro Secretário Político do PCB na capital, o ferroviário Arpad Printz:

Ata da 16ª sessão extraordinária do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Paraná [...]. Aos quatorze dias do mês de julho do ano de mil, novecentos e quarenta e cinco [...] O escrivão Eleitoral, de acordo com autorização deste Egrégio Tribunal e do senhor Arpad Prinz, Secretário do Comitê Municipal do Partido Comunista do Brasil em Curitiba, comunicam a instalação do mesmo comitê (Livro-Ata das 15ª e 16ª Sessões do TRE-PR de 14.jul.1945).

A composição da primeira Diretoria Executiva do Partido na capital compunha-se, além do senhor Arpad Prinz como Secretário Político, dos seguintes membros: Claudemiro Batista, Secretário de Organização; João Solierim, Secretário Sindical; Scarpin Sobrinho, Tesoureiro, e Moacir Arcoverde, Secretário de Divulgação e Propaganda (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, fundo DOPS, pasta n. 264 – Comitê Municipal do PCB). Somente após a fundação do Partido na capital é que o Diretório Estadual do Partido foi fundado legalmente, tendo seu registro aceito no TRE em novembro de 1945, dias antes das eleições que aconteceriam no início de dezembro de 1945, para a escolha do novo Presidente e da Assembléia Nacional Constituinte. O Partido teve seu diretório reconhecido em uma sessão extraordinária do TRE do Paraná:

Ata da 3ª sessão extraordinária do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Paraná [...] Aos dezessete dias do mês de novembro do ano de hum mil novecentos e quarenta e cinco [...] julgamentos: [...] Processo 807 classe D de Curitiba. Interessado o Partido Comunista do Brasil. Relator exmo. Sr. Ernani Cartaxo. O tribunal mandou proceder ao registro da Direção Estadual (Livro Ata das sessões do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral, n. 1, p. 154).

O Partido tornou-se legal. Esse foi o marco zero – a fundação oficial do Partido no Estado. Segundo Galvão:

Quando o Partido anunciou que seria instalado no Paraná, nós procuramos o Comitê Provisório que era dirigido por um senhor que [...] participava do CNOP – Comitê Nacional de Reorganização Provisória. O CNOP, nesse final de guerra – que começou uma certa liberação de presos políticos –, o CNOP destacou elementos locais para fazer uma organização regional, em vários estados, os principais estados da época. Eu participei das primeiras reuniões oficiais, assinei ata de fundação e tive um cargo na Direção Estadual no Paraná (GALVÃO, 2002, p. 1).

A descrição acima, feita pelo senhor Nelson Torres Galvão, confirma os documentos encontrados tanto no TRE como nos arquivos do fundo DOPS, guardados

junto ao Arquivo Público do Paraná, relativos à data de fundação do Partido em 1945. Esses documentos indicam a data e a fundação do Partido e quem eram os membros da primeira Direção Estadual do Partido.

A Comissão Executiva, registrada no TRE no dia 17 de novembro de 1945, foi lançada em setembro de 1945, em uma grande reunião que aconteceu em Curitiba no antigo Cine Vitória⁴², com caravanas vindas de diversos lugares do estado, representando os recém-criados diretórios municipais. Nesse lançamento legal o Partido Comunista do Brasil, seção Paraná, homologou a composição do primeiro Secretariado⁴³, composta pelos seguintes comunistas:

Secretário Político – Walfrido Soares de Oliveira, ferroviário; Secretário de Organização e Finanças – Vilário Muller, trabalhador manual; Secretário de Massas Eleitoral – Elias Neves Miranda, ferroviário; Secretário Sindical – Bernardo Burba Filho; Secretários de Divulgação e Propaganda – Flávio Ribeiro, Hortêmio Batista, Aureliano Matos Moura e Waldemar Reickdhal (Pasta do Arquivo Público-DOPS, n. 1468 de “O PCB no Paraná”. Recorte do jornal Diário da Tarde, 19.set.1995).

Como reconhecimento pelos serviços prestados, o antigo e destacado militante Walfrido Soares de Oliveira assumiu a tarefa de responder pelo Partido no Paraná a partir de setembro de 1945, apesar de estar à frente dessa tarefa durante a ilegalidade – conforme observado em diversos depoimentos e documentos do período, como em sua ficha do arquivo do DOPS: “Em 1940, quando apreendida no Rio, no Arquivo do PCB uma relação dos seus filiados, foi constada uma anotação de seu nome. É funcionário ferroviário e na classe destes, dos mais sinceros e ativos elementos do Partido. Reorganizado o PCB foi eleito, em junho de 1945, secretário do respectivo comitê. Em julho foi designado para a comissão de divulgação da palavra de Luís Carlos Prestes” (Ficha do DOPS n. 29931 – Walfrido Soares de Oliveira, Departamento de Arquivo Público – DEAP).

⁴² O lançamento do Comitê Estadual do Partido Comunista recebeu destaque de diversos jornais da época, como a *Gazeta do Povo*, em que se fizeram análises sobre o significado da instalação do comitê, onde seriam os alojamentos e como seria a cerimônia de posse, além de sua composição e de outros detalhes.

⁴³ Para os comunistas o Secretariado tem o mesmo peso que uma Diretoria Executiva.

O rápido crescimento do Partido nos meios intelectuais também foi sentido no Paraná. A chegada do chamado “Cavaleiro da Esperança” à direção do Partido trazia aos cântaros filiados de todos os rincões brasileiros para o agora legal Partido Comunista (CARONE, 1982). Um salto fenomenal ao qual o partido esteve ligado por duas vias, como assinalado acima: a campanha que o Partido organizou pela entrada do Brasil na II Guerra, contra o Eixo, com o envio das tropas brasileiras, a Força Expedicionária Brasileira, e também com o firme posicionamento de Prestes, que, como ninguém, sofreu as violências do Estado Novo, tendo sido entregue aos alemães sua esposa grávida Olga Benário, devido à simpatia velada que existia do governo de Getúlio Vargas com o nazifascismo⁴⁴.

O Partido (re)nasceu legalmente em 1945 e entrou em atividade em um período turbulento, pois o governo decretara eleições presidenciais e a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, que, ao final de seus trabalhos, promulgou a constituição de 1946.

Assim, além de consolidar-se como estrutura partidária, o Partido assumiu a difícil tarefa de enfrentar eleições nacionais e estaduais. Juntamente com outras tarefas e questões internas designadas pelo Comitê Central, isso fez que esses primeiros anos do Partido fossem de intensa movimentação.

O Partido Comunista, agora legal e organizado no estado, em suas principais cidades, seguindo a orientação do seu Comitê Central – que deliberou por uma intensa campanha de organização, capitalizando os esforços feitos no início da década de 1940 –, aproximou o Partido das classes médias e da intelectualidade. Assim, foi nesse período que o Partido Comunista teve o seu maior crescimento, chegando a ter no Brasil perto de 200 mil filiados: “O PCB, nos anos que vão de 1942 a 1945, terá um rápido desenvolvimento. De cem militantes na ativa em 1942 passou a quase três mil em 1942-43, indo para cinquenta mil em 1945 e quase duzentos mil no ano seguinte” (SEGATTO, 1981, p. 48). Além disso, o Partido Comunista do Brasil após 1946 consolidou no Brasil inteiro uma forte estrutura diretiva e patrimonial aumentando

⁴⁴ É digno de nota que, mesmo assim, Prestes manteve sangue-frio para defender o governo de Getúlio Vargas em um momento decisivo, quando o governo brasileiro aproximava-se dos aliados.

substancialmente seu potencial de organização e, conseqüentemente, suas finanças, que sempre foram estratégicos para a consolidação do Partido junto às camadas operárias e camponesas. Ao mesmo tempo, organizava uma imprensa comunista que no período posterior ao Estado Novo constituiu um considerável parque gráfico. “O PCB cresceu de maneira excepcional com a legalidade de 1945 [...]. Era vasta a quantidade de jornais e revistas sob sua chancela, publicados em todos os estados e no Distrito Federal; são inúmeras as editoras e há toda uma orientação, não só na publicação de material próprio do Partido, como nas edições de romances e clássicos do marxismo” (CARONE, 1982, p. 5).

Essa campanha pela imprensa popular consistia em arrecadação de assinaturas e de dinheiro nos meios operários, a fim de viabilizar a estrutura da imprensa operária. Nesse momento da vida nacional vivia-se o clima entusiástico da vitória contra o Eixo, que findará a II Guerra Mundial. O mundo vivia momentos de calma entre os dois blocos vencedores da guerra – o ocidental, liderado pelo Estados Unidos, e o comunista, representado pela União Soviética. Essa calma perduraria até meados de 1947, quando se iniciou a chamada Guerra Fria, com uma nova distribuição geopolítica do planeta, pondo frente a frente, em uma disputa de espaço político e geográfico, esses dois grandes blocos, o americano e o soviético.

Na política interna brasileira esses calmos ventos do após-guerra refletiram-se no aumento da participação política de diversos setores anteriormente alijados do processo democrático. O Partido Comunista recém-organizado soube aproveitar bem esse momento de legalidade, consolidando-se, com um crescimento de sua militância nacional e organizando-se em diversos estados.

O PCB do Paraná, cuja fundação legal ocorreu nesse período, também conseguiu compreender esse momento político, elegendo diversos vereadores pelo estado e um Deputado Estadual, o único de sua história, o advogado José Rodrigues Vieira Neto. Outro fato importante que se observa é que em muitos municípios do Paraná já existiam militantes e simpatizantes do Partido – o que nos permite inferir que anteriormente ao processo de legalização, o Partido, ainda clandestino, atuava nos subterrâneos da vida política do estado, ainda que limitado aos bolsões operários da

época, como portos, ferrovias e categorias com grande número de trabalhadores e sindicatos organizados.

A abertura política fez que o Partido inaugurasse diversos sindicatos na segunda metade década de 1940. Naquele período o PCB foi um dos únicos partidos, senão o único do Brasil, possuidor de uma estrutura nacional. Com base nessa estrutura, foi possível reorganizar-se no Paraná e ter importante participação nos diversos momentos da história política do estado, sendo grande impulsionador e criador das inúmeras organizações sindicais e agrárias estaduais que surgiram no período:

Os mecânicos de Ponta Grossa, mecânicos de Londrina. Os dos Portos eram vários sindicatos, mas todos eles estavam nas mãos do Partido. Em Paranaguá, o dos Bancários. Bancários quase que na sua totalidade no Estado. E até a Federação [dos Bancários] esteve nas mãos da gente, como também a Federação da Construção Civil, que foi fundada por nós. Para contrabalançar nós fundamos aqui a Federação da Construção Civil, dividindo a Federação da Indústria. Nós tiramos dela a construção civil e fundamos a Federação dos Trabalhadores Rurais. Isso já nos anos 1960. Fundamos mesmo com quadros nossos e com pessoal nosso. E dirigimos essa coisa até o golpe de 1964 (ROCHA, 2001, p. 23).

Os tempos de paz e de crescimento no movimento sindical duraram pouco, a começar pelas relações com o sindicalismo oficial que não eram as melhores e pioram com o início da Guerra Fria em 1947. O governo Dutra, aliado aos norte-americanos, é quem teve a responsabilidade de levar à frente a linha política seguida pelo governo Vargas, no campo sindical, adotando uma postura firme de afastamento dos comunistas dos organismos sindicais por meio de intervenções e até fechamento de alguns dos principais sindicatos e de diversas entidades:

A nova configuração política internacional colocaria outra vez o Partido nas malhas da ilegalidade. O governo do General Eurico Gaspar Dutra, que se alinhava à orientação dos Estados Unidos, considerou o Partido inimigo do Estado. Fechou a Confederação Geral dos Trabalhadores e 143 sindicatos trabalhistas sofreram intervenção, tendo sido acusados pelo Estado de elementos organizadores de agitação (KIELLER, 2002, p. 40).

A intervenção nos sindicatos e a repressão ao Partido Comunista, com o fechamento de sua sede, segundo o historiador Augusto César Bounicore, seria apenas o começo de mais um mergulho do PCB na clandestinidade:

A sede do Partido foi fechada e vários de seus dirigentes presos. Estavam em curso manobras e provocações no sentido de colocar na ilegalidade o Partido Comunista do Brasil. Um dos principais pretextos para a cassação do registro do Partido Comunista foi uma declaração de Prestes realizada em uma associação de funcionários no Plenário da Assembléia Constituinte [...]. Essa declaração fez que se levantasse uma onda de protestos de todos os setores conservadores da sociedade brasileira. Para eles seria uma prova definitiva que o Partido Comunista não seria um partido nacional e sim um satélite soviético e que precisava ser fechado e reprimido (RUI, 2002, p. 65).

Em maio de 1947 dois deputados do igualmente recém-fundado Partido Trabalhista Brasileiro, partido criado por Getulio Vargas, Barreto Pinto e Himalaia Virgulino, apresentaram o pedido de cassação do registro do Partido Comunista do Brasil ao TSE, com o argumento de que o Partido Comunista do Brasil seria um braço do comunismo internacional. O argumento dos dois deputados tinha como base o depoimento de Prestes de que, se houvesse uma guerra entre o Brasil e a União Soviética, o PCB ficaria ao lado da União Soviética (Resolução n. 1 841 do TSE, de 7 de maio de 1947, sobre o cancelamento do registro do PCB).

Assim, em 7 de maio de 1947, após menos de dois anos na legalidade, o PCB teve seu registro cassado. Apesar disso, seus parlamentares ainda “sobreviveram” um tempo e só foram cassados em janeiro de 1948, enquadrados na Lei de Segurança Nacional, a partir de um pedido feito pelos mesmos parlamentares do PTB que fizeram o pedido de cassação do Partido. Em uma votação tranqüila, com 179 votos a favor da cassação e 74 votos contrários, o PCB voltou novamente à ilegalidade. Esse fato refletiu-se nas diversas seções estaduais do Partido, principalmente com o fechamento das sedes estaduais e de seus órgãos de imprensa, construídos a partir de 1945.

II.3. 1947 – o PCB de volta à ilegalidade

A nova fase do PCB era *sui generis*. Diferentemente da situação vivida no Estado Novo, em que ser comunista era crime de violação da Lei de Segurança Nacional, em 1947 quem fôra colocado na clandestinidade era o Partido, não seus militantes e nada impedia que estes utilizassem-se de outras legendas para concorrer às eleições ou mesmo, pura e simplesmente, criassem outros partidos para abrigar seus mais atuantes e destacados membros.

No movimento sindical, da mesma forma, o que fôra colocado na clandestinidade eram apenas os sindicatos de orientação comunista, substituídos por líderes do chamado sindicalismo oficial. Assim, eram duas as opções para os membros do PCB: ou tentavam fazer política nesses sindicatos, conforme as regras do sindicalismo legal, ou eram obrigados a cair em uma espécie de ostracismo político.

O que de fato ocorreu foi uma semiclandestinidade⁴⁵, que os impedia de participar normalmente da vida política nacional. Isso não os impediu de estarem presentes nas discussões sobre o futuro do país, apesar de tornar os comunistas figuras coadjuvantes do processo, na medida em que seus líderes eram visados pelo governo Dutra. Assim, suas propostas políticas tiveram certa perda de credibilidade na sociedade quando o Partido foi tornado ilegal, com o afastamento de diversos intelectuais que serviam ao Partido. Nesse mesmo período a Esquerda Democrática⁴⁶ transformou-se em Partido Socialista Brasileiro e atraiu inúmeros intelectuais, que abandonaram o PCB em virtude de sua cassação.

Outro fator agravante para o PCB nesse momento foi o cenário internacional: as deliberações do Comintern radicalizaram a linha política para os partidos filiados, no sentido de avançar os processos revolucionários apoiados pelo bloco soviético na disputa geopolítica do mundo, de modo a reforçar o campo soviético, em contraposição à anterior política de construção de frentes democráticas, que haviam dado a tônica da política soviética durante a II Guerra e no imediato pós-guerra. A nova orientação era para o aprofundamento da questão da terra, da exploração capitalista norte-americana e da preparação para a revolução proletária; em outras palavras, o PCB passou a uma política de enfrentamento ao governo Dutra. Assim,

⁴⁵ Na verdade, o conceito de semiclandestinidade ou semilegalidade foi desenvolvido por Gildo Marçal Brandão, que defendeu a tese de que o PCB, durante algum tempo, beneficiou-se dessa situação para usufruir um *status* de revolucionário, conforme as orientações do Comintern, principalmente a partir da década de 1950, quando a Guerra Fria ganhou contornos mais acentuados (BRANDÃO, 1997).

⁴⁶ Anteriormente à sua fundação em 1947, o Partido Socialista Brasileiro era um movimento chamado de Esquerda Democrática (ED), cujo objetivo era conciliar as liberdades civil e política. Diferenciava-se assim dos udenistas que defendiam o liberalismo econômico e dos comunistas, adeptos do stalinismo. Estavam entre os seus fundadores: Bruno Mendonça Lima, João Mangabeira, Domingo Velasco, Hermes Lima, Antônio Cândido, Paulo Emílio Sales Gomes, João da Costa Pimenta e Osório Borda. Em 1947, a Esquerda Democrática transformou-se no PSB, com o mesmo programa aprovado na I Convenção da ED, em 1946.

começou nesse período a organizar as lutas camponesas, que tiveram grandes embates durante toda a década de 1950 e 1960, inclusive com a organização de diversos levantes operários e camponeses – como veremos adiante, alguns dos quais se realizaram também no Paraná. O “Manifesto de Agosto” de 1950 indicava a orientação mais radical do Partido:

O Manifesto de Agosto que vem a público no dia 1º de Agosto de 1950 adotou uma mudança tática para tirar o resquício de legalidade do Partido, e trouxe à tona discussões sobre as etapas da revolução brasileira, em geral apresentando uma linha revolucionária [...]. [Ele] delibera algumas alterações no estatuto e elege uma nova comissão executiva nacional; determina que todas as forças do Partido se voltem para o combate contra o imperialismo norte-americano, aponta para a luta por uma reforma agrária radical e a formação de uma Frente Democrática nacional, visando à construção de um governo democrático e de libertação nacional (KIELLER, 2002, p. 42).

A nova orientação política do Partido fê-lo adotar uma fisionomia de “partido de quadros”, a partir da designação leninista do termo, cuja tônica era respeitar os organismos do Partido a partir de uma democracia vertical, preservando a integridade de seus membros de mais destaque. Assim, por ora as grandes ações no sentido de transformar o PCB em um partido grande, de massas, estava descartado. Nesse período, como conta Hermógenes Lazier, o PCB realizava as reuniões da Executiva Estadual nos lugares mais inusitados, como durante falsas pescarias, dentro de lanchas ou mesmo de dentro de carros dos dirigentes – várias reuniões ocorreram dentro do carro do médico Jorge Karan. No nível nacional a figura de Prestes passou a ser escondida das massas. Para os militantes e filiados do Partido apenas chegavam manifestos escritos em cartas supostamente assinadas por Prestes, por meio daqueles que eram responsáveis por sua segurança. Muitas dessas cartas não passavam de simples depoimentos, mas “esses depoimentos valiam mais que dez estudos teóricos, pois lidavam com fatos [...]. Todos admitiam, eu inclusive, que o mesmo (Prestes), no seu esconderijo, ignorava a maior parte dos fatos citados” (BASBAUM, 1976, p. 236). Essas cartas e manifestos continham somente as orientações de Prestes para a posição do Partido sobre a política nacional e internacional e sobre questões internas da organização do PCB. Na verdade, um dos resultados do reforço de segurança em torno

da vida de Prestes foi o aumento do culto à sua já lendária personalidade⁴⁷ e muitos dos textos atribuídos a Prestes, elaborando a política do Partido, eram, de fato, da lavra de Maurício Grabóis, Diógenes Arruda Câmara e João Amazonas.

A ilegalidade do Partido e dos comunistas levou a uma aceitação dos mesmos como lideranças sindicais e não como lideranças políticas, como se pode observar nas eleições de que o Partido participou depois de cassado: a forma de participação deu-se por meio de apoios políticos, ou mesmo com a apresentação de candidatos por outras legendas políticas. Esse será o tema da próxima seção.

II.4. O PCB e as eleições de 1945 a 1963

O PCB, por mais que procurasse ter uma fisionomia revolucionária, sempre buscou inserir-se nas disputas eleitorais, apresentando-se como uma alternativa de poder e somente radicalizou sua linha política nos momentos em que se encontrava na clandestinidade, o que o forçava a mudar sua linha política de aliança com a pequena burguesia e a pregar a aliança operária e camponesa como fizera no início dos anos 1950⁴⁸, com a proposição da formação de uma Frente de Libertação Nacional. Essa postura era fruto das novas orientações soviéticas, de aprofundar o enfrentamento ao regime capitalista, para demarcar espaço geopolítico.

Fora esse período que vai do início da década de 1950 a meados de 1955, e que foi de radicalização, o partido historicamente buscou construir alianças que privilegiaram uma tendência centrípeta alinhada com a classe média. Segundo Milton Ivan Heller, essas alianças nunca foram satisfatórias pois, apesar da insistência do Partido em construir alianças ao centro, os setores que compunham o chamado centro não queriam fazer alianças à esquerda. Nesse sentido, alguns historiadores afirmam

⁴⁷ O culto à personalidade de Prestes ocorrente no interior do PCB sofreu um abalo após a repercussão nas hostes partidárias do relatório de Krushev ao XX Congresso do PCUS, de 1954, que denunciava o culto à personalidade de Stálin como um dos grandes entraves para o desenvolvimento do socialismo na URSS. Isso se refletiu no Brasil, com um enfraquecimento das posições prestistas na segunda metade da década de 1950 e iniciando as discussões que levaram ao racha do Partido ocorrido no início dos anos 1960.

⁴⁸ Sobre esse assunto, cf. Carone (1982, p. 108-109).

que o Partido sempre deixou de lado alianças mais à esquerda por sua preferência pelas alianças mais ao centro:

O Partido dizia que era necessária uma política de união nacional contra o imperialismo e de aliança com a burguesia. Mas a burguesia estava no poder e não precisava fazer aliança com ninguém. E se precisava, não ia fazer aliança com o Partido Comunista, isso é uma coisa lógica. Só os comunistas é que não enxergavam isso. Criava-se essa legenda de que havia a possibilidade de aliança com a burguesia. Mas a burguesia, como classe, sempre foi arredia a qualquer tipo de aproximação com o Partido Comunista – isso não foi só aqui, é um fenômeno mundial (HELLER, 2001, p. 20).

Essa tese comprova o que diversos autores constataram: o Partido tinha uma propensão ao centro, deixando seus históricos aliados – operários e trabalhadores – fora de suas alianças prioritárias; também aparece como um fenômeno apresentado por Gildo Marçal Brandão, quando esse autor comenta que, na segunda metade da década de 1930, o Partido caiu nos braços de setores médios do Exército. Isso aconteceu, segundo Brandão, em virtude da entrada de Luís Carlos Prestes no Partido. Mas o fato é que, mesmo devido à sua composição social, a maioria dos quadros do Partido era oriunda de classes médias e altas:

O PC, partido eminentemente urbano, recrutou a maior parte de seus dirigentes entre a intelectualidade (professores universitários, jornalistas, estudantes), as forças armadas (Exército, média oficialidade) e o proletariado. [...] Do ponto de vista étnico, os principais dirigentes do PCB são, majoritariamente, homens, brancos, brasileiros de família há muito radicadas no país (em vários casos originários de troncos oligárquicos nordestinos decadentes) e, secundariamente, judeus e italianos, mulatos e mestiços (BRANDÃO, 1997, p. 197).

Essa composição social do Partido – ligada às classes média e alta – talvez explique a identificação ao ideário etapista⁴⁹, por muito tempo desenvolvido pelo Partido (à exceção do início até a metade dos anos 1950). Afinal, desde discussões acerca das influências agrário-camponesas, passando pelas questões do etapismo como fase de superação da atrasada (e – por que não dizer? – feudal) situação que o Brasil

⁴⁹ O etapismo é uma tese desenvolvida pelo Partido Comunista que aponta o Brasil como sendo um país ainda com fortes resquícios do modo feudal de produção e que, para chegar ao socialismo, seria necessário primeiramente alcançar os modos de produção mais avançados que o feudal, ou seja, primeiramente o Brasil tinha que chegar ao capitalismo para depois passar ao socialismo e, então, ao comunismo. Essa tese é baseada na teoria do materialismo histórico de Karl Marx.

vivia no início do século XX, segundo alguns autores marxistas (por exemplo, Octávio Brandão, com seu *Agrarismo e industrialismo*) que apontavam como solução que o Brasil precisava ser capitalista para que conseguisse avançar para a construção do socialismo, que não teria condições de pular uma etapa, de um regime feudal para um Estado socialista sob a égide da ditadura do proletariado. O Brasil guardava ainda forte presença de uma sociedade agrária, baseada no latifúndio. Assim, do ponto de vista teórico os documentos do Partido sempre orientaram que se buscassem alianças com a pequena burguesia, em preferência ao proletariado. O importante a destacar é que, com raras exceções na vida política dos militantes do Partido, sempre tiveram e continuam a ter um papel de destaque os intelectuais – que geralmente são das classes média e alta: “Apesar da precariedade orgânica do partido, este constituía então como um espaço para a participação política de intelectuais que partilhavam uma postura crítica com relação às estruturas básicas da sociedade brasileira” (CAVALCANTI, 1986, p. 95). Os intelectuais sempre foram presentes no Partido Comunista, desde sua fundação. Mas o maior contato dos intelectuais com o Partido teve seu início nos porões da ditadura do Estado Novo e consolidou-se com a abertura política de 1945. Foi a partir desse período que tomaram contato com o Partido inúmeros intelectuais⁵⁰, muitos dos quais fizeram por muitos anos parte dos quadros de direção do Partido. Como veremos no próximo capítulo, em um cruzamento de dados sobre instrução e cargos ocupados na direção, ocorria maior constância dentro das direções de quadros com instrução superior, enquanto os trabalhos de direção intermediária e de bases eram ocupados por dirigentes com menor grau de instrução. Criou-se, assim, um contra-senso nas estruturas do “partido do proletariado”, em que a seus quadros dirigentes só ascendiam aqueles com maior grau de instrução, deixando que se cristalizasse no topo da direção do Partido uma elite política, oriundas das classes sociais mais abastadas.

⁵⁰ Pela expressão “intelectuais” queremos dar a entender, aqui, as pessoas que atingiram o nível superior de instrução, principalmente nas áreas das Ciências Sociais Aplicadas e nas Ciências Humanas (professores universitários, jornalistas e advogados), além de alguns oriundos da área da saúde, como médicos e dentistas.

O PCB, no período que vai de 1945 a 1962, participou legalmente apenas de duas eleições, em que apresentou candidatos próprios: as que ocorreram em dezembro de 1945 – que elegeram Eurico Gaspar Dutra para a Presidência da República – e as que ocorreram em janeiro de 1947, quando se elegeu Governador do Paraná Moisés Lupion. Na primeira – que, por sinal, era também para um congresso constituinte – o PCB elegeu um Senador e 14 deputados federais; o Senador era Luís Carlos Prestes e entre os deputados federais havia nomes famosos, como o escritor Jorge Amado⁵¹. Além disso, seu candidato a Presidente, Iedo Fiúza, recebeu 10% dos votos válidos na eleição geral, ficando em terceiro lugar no Paraná, com 6 811 votos. Um fato peculiar dessas eleições de dezembro de 1945 é que os candidatos podiam concorrer a diferentes cargos em vários estados, tendo apenas que optar por deles caso eleitos (para mais de um). Essa foi a situação de Prestes: foi candidato a Senador e a Deputado Federal Constituinte em diversos estados; em alguns foi simultaneamente candidato a ambas as funções. No Paraná, por exemplo, ele concorreu a Senador e a Deputado juntamente com Otávio da Silveira, que concorreu aos mesmos cargos. Nenhum dos dois foi eleito no estado, sendo suas votações respectivamente 6 870 votos para o Senado e 658 para o Congresso, e 6 279 para o Senado e 964 para o Congresso (Ata da eleição de dezembro de 1945, redigida pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, em 5.jan.1946, p. 3-5). Nessas eleições foram apresentados pelo PCB do Paraná diversos candidatos a Deputado Federal, mas nenhum conseguiu vaga no Congresso Nacional Constituinte. Os resultados desses candidatos foram os seguintes: “Dr. José Rodrigues Vieira Neto, 1 469 votos; Dr. Newton Leopoldo Câmara, 1 173 votos; Otávio da Silveira, 964 votos; Luís Carlos Prestes, 658 votos; Dr. Francisco Osvaldo Castelutti, 587 votos; José Bezerra de Vasconcelos, 443 votos; Claudemiro Batista, 344 votos; dr. Flávio Ribeiro, 333 votos, Walfrido Soares de

⁵¹ A bancada do PCB era a seguinte: Senador: Luís Carlos Prestes (pela cidade do Rio de Janeiro, à época Distrito Federal); deputados federais: Carlos Marighela (Bahia), Batista Neto (Distrito Federal), João Amazonas (Distrito Federal), Maurício Grabois (Distrito Federal), Agostinho de Oliveira (Pernambuco), Alcedo Coutinho (Pernambuco), Gregório Bezerra (Pernambuco), Abílio Fernandes (Rio Grande do Sul), Trifino Correa (Rio Grande do Sul), Alcides Sabença (Rio de Janeiro), Claudino Silva (Rio de Janeiro); Caires de Brito (São Paulo), Jorge Amado (São Paulo); José Crispin (São Paulo) e Osvaldo Pacheco (São Paulo) (BRAGA, 1998, p. 103).

Oliveira, 114 votos” (*idem*). Além dos votos individuais, o Partido recebeu 6 570 votos de legenda. Na segunda eleição, que aconteceu em janeiro de 1947, elegeu-se Deputado Estadual o advogado José Rodrigues Vieira Neto, tendo diversos outros candidatos o Partido.

Além dessas duas eleições, o PCB esteve presente em outros processos eleitorais, por meio da apresentação de seus candidatos por outras legendas ou com o apoio a outras siglas partidárias que não foram colocados na ilegalidade em 1947. Nas eleições municipais de 1947 o PCB elegeu diversos vereadores lançados por outras legendas, inclusive em Curitiba. Na capital foram eleitos Maria Olímpia Carneiro e o estudante Hedel Jorge Ázar⁵² pela sigla do Partido Social Trabalhista (PST); em Morretes elegeu-se Adão Toledo Aghar do Nascimento pela União Democrática Nacional (UDN) e, em Londrina, Manoel Jacinto Corrêa e Newton Leopoldo Câmara, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); em Paranaguá diversos candidatos foram lançados: Ângelo Maria Patitutti, João Batista Teixeira, Eustáquio Quadros, João Policarpo Felipe Chede pelo Partido Libertador (PL) e, em Ponta Grossa, João Manuel dos Santos Ribas pelo Partido Republicano (PR).

Fosse na legalidade, fosse na clandestinidade, o PCB contou com o seu instrumento de informação, o jornal *Tribuna do Povo*. Nesse periódico os candidatos do Partido ou aqueles que eram apoiados pelo PCB tinham espaço para a divulgação de seus currículos e plataformas eleitorais. A expectativa eleitoral do Partido nessas eleições municipais não era das melhores; afinal, elegeu apenas três vereadores no estado inteiro, enquanto em outros estados – como o Rio de Janeiro –, do total de vereadores da Câmara Municipal da cidade do Rio de Janeiro, o PCB fez a maioria, com 15 vereadores eleitos (dentre os quais figurava Maurício Torelli, o famoso “Barão de Itararé”).

Durante os outros processos eleitorais, vividos pelo Partido na década de 1950 e o início de 1960, houve uma oscilação da posição política do Partido, que ora prega a preparação da revolução, ora prega a aliança com setores da burguesia nacional. Essa

⁵² Edel Jorge Azar ficou como suplente mas no decorrer do mandato assumiu, de maneira que entendemos que ele foi eleito.

oscilação pode ser compreendida principalmente devido às reviravoltas no panorama político internacional; em determinados momentos o Partido conseguiu fazer uma separação de setores da burguesia e em outros momentos, não.

Após as eleições de 1947, só haveria eleições novamente em 1950. Nesse ano o Partido ainda se manteria na “semiclandestinidade”, mas sua posição esquerdista estaria mais consolidada, pela influência movimento internacional e das resoluções do Manifesto de Agosto de 1950.

Nesse sentido, foram apresentados candidatos de Prestes a esses pleitos, que, na verdade, são apenas reprodutores do programa da FDLN. No Paraná foram apresentados dois candidatos de Prestes: Joaquim Mochel, que era o Secretário Político do Partido em Curitiba, e Manoel Jacinto Correa, que era Vereador em Londrina⁵³. Os dois eram candidatos a Deputado Estadual, além de serem apresentados para o pleito como “candidatos de Prestes”. Seus programas políticos era baseados no Programa da FDLN. Nenhum dos dois foi eleito, pois a eleição naquela altura da vida do Partido não era fundamental, mas sim o aproveitamento do momento para divulgar as novas orientações partidárias – de radicalização e enfrentamento com a burguesia nacional, além de servir para divulgar as idéias do Partido e arrecadar fundos. De qualquer forma, a lista de candidatos de Prestes – que atingia cerca de 30 candidatos a Deputado Estadual – foi impugnada⁵⁴, não sendo considerada uma chapa legal:

Nesse sentido, mesmo quando opta pela “via pacífica da revolução”, está longe de considerar o caminho eleitoral um método eficaz de luta pelo poder – ao contrário, insiste sempre que o poder real está situado em outro lugar. O processo eleitoral serve, é claro, para fazer propaganda, melhorar o trabalho de organização e, sobretudo, fazer finanças, mas a assumida doutrina da “acumulação de forças” não chega a considerá-lo um momento da auto-organização da sociedade e das forças democráticas, sendo propício, sim, para fazer o partido crescer, tendo em vista o assalto ao poder. Dito de outra forma, o que interessa é o

⁵³ Manoel Jacinto não havia sido cassado porque fôra eleito por outra legenda, apesar de ser monitorado pelos órgãos de inteligência da repressão, desde os tempo da Revolta de Porecatu em 1948.

⁵⁴ Não se tem notícias oficiais de por quais partidos esses candidatos foram lançados. Seus materiais de campanha e o próprio jornal do Partido no estado apenas apresentavam-nos como “candidatos de Prestes”, sem legenda. Porém, consta do livro de Gildo Marçal Brandão uma lista de 30 candidatos a Deputado Estadual, em 1950, apoiados por Prestes e inscritos pelo Partido Republicano Trabalhista, PRT (cf. BRANDÃO, 1997, p. 186).

avanço da organização, mesmo porque a solução dos problemas da sociedade quem tem é o partido, e ele a colocará na mesa em outro momento (BRANDÃO, 1997, p. 188-189).

Essa guinada à esquerda fez que o PCB assumisse uma postura de denúncia das eleições de 1950, criando juntamente a Frente Democrática de Libertação Nacional (FDLN). O jornal partidário *Tribuna do Povo* indicou, com uma transcrição de apoio de Prestes aos candidatos no Paraná, em que demonstrou o abandono do processo eleitoral e adotou uma via mais radical:

Com o surgimento dos candidatos de Prestes a situação modificou-se. Eles vão ao povo, não para caçar votos, mas para convocá-lo à luta em torno de seus problemas e na base dos nove pontos apresentados por Prestes mostram à classe operária e ao Povo que de nada adianta substituir um Dutra por outro Dutra, tenha o nome que tiver, ou de substituir um Lupion por um Ângelo ou Bento, pois são todos da mesma classe, de exploradores do povo, responsáveis pelo atraso e pela ignorância em que vegeta o nosso povo (TRIBUNA DO POVO, 30 de setembro de 1950, n. 88, p. 2).

Apresentados como candidatos da Frente Democrática de Libertação Nacional, foram é claro, apoiados por Prestes e lançados para chamar a atenção para as denúncias da FDLN, como se vê no bilhete publicado no jornal *Tribuna do Povo*⁵⁵: “Povo paranaense, os candidatos populares ao pleito de 3 de outubro próximo são os seguintes, e que merecem a minha confiança e pelos quais solicito os seus sufrágios conscientes e esclarecidos. Para deputados estaduais – Joaquim Mochel e Manoel Jacinto Correia. Votos por pão, terra, paz e liberdade, fazendo vitoriosos os candidatos do povo. Saudações, Luís Carlos Prestes” (*idem*, capa).

Mas, como o PCB estava na ilegalidade, pode-se dizer que esses candidatos eram ao mesmo tempo, por assim dizer, “anticandidatos”, que se apresentavam para denunciar a burguesia nacional que estaria atrelada ao imperialismo norte-americano. Para os demais cargos – os majoritários –, o PCB orientava o voto em branco, no sentido de legitimar o programa da Frente Democrática de Libertação Nacional⁵⁶. O

⁵⁵ O original desse bilhete de Prestes é uma das poucas coisas que Izaurino Gomes Patriota, editor da *Tribuna do Povo*, diz ter conseguido guardar desse período (PATRIOTA, 2003, p. 9).

⁵⁶ Esse programa baseava-se em nove itens: governo democrático e popular; paz e condenação da guerra imperialista; imediata libertação do Brasil do jugo imperialista; entrega de terras a quem trabalha; desenvolvimento independente da economia nacional; liberdades democráticas para o povo;

Partido estava influenciado pela nova linha política internacional desempenhada pelo Comintern, que tinha a Frente a URSS, com uma defesa do chamado “realismo socialista”⁵⁷ que influenciou todas as áreas intelectuais e culturais do partido e da sociedade de forma geral e que acabou afastando inúmeros intelectuais do Partido, além do já indicado processo de “esquerdização” do PCB. Esse processo pode ser mais bem compreendido por meio da linha política do Manifesto de Agosto de 1950, referendado no IV Congresso do PCB em 1954.

Nesse momento começou a ganhar corpo na sociedade brasileira um conjunto de bandeiras nacionalistas: a luta pelo monopólio do petróleo; os grandes atos e manifestos da Campanha da Paz⁵⁸; a busca de Getúlio Vargas de consolidar um parque industrial no Brasil. Essas bandeiras nacionalistas, lançadas e apoiadas pelo trabalhismo getulista, tinham apoio de amplos setores e no campo da organização popular e tinham forte influência dos comunistas. No Paraná esses movimentos tiveram grande relevância, como se pode observar pelo destaque que receberam por diversos dos entrevistados em nossa pesquisa. Mais especificamente, muitos comitês foram formados em diversas cidades do estado; os veículos de comunicação de Partido, em sua totalidade, foram colocados a serviço dessas campanhas, principalmente as ligadas à questão da paz.

Quando Getúlio Vargas suicidou-se houve uma comoção nacional em torno do desaparecimento do carismático populista. O Partido trouxe, então, na capa de seu principal órgão de divulgação *A Imprensa Popular* que saía para circulação externa dias antes da morte de Vargas, a afirmação de que ele era entreguista e traidor dos brasileiros. O suicídio fez que o Partido recuasse da postura de acusação de Vargas,

imediato melhoramento das condições de vida das massas trabalhadoras; instrução e cultura para o povo; exército popular de libertação nacional (cf. CARONE, 1982, p. 108-112).

⁵⁷ O realismo socialista, ou realismo soviético, obrigava os artistas, literatos e intelectuais a passar para as artes e para os textos literários uma aproximação com a realidade que a União Soviética vivia – é claro que a partir do ponto de vista do Estado e do Comitê Central do Partido. Aqueles que fugiam do modelo do realismo socialista eram acusados da prática de métodos pequeno-burgueses de arte e cultura.

⁵⁸ O Partido esteve à frente da luta pela paz e contra a ameaça atômica, organizando manifestações em todo o país desde 1950 e o Congresso dos Partidários da Paz em 1951; na mobilização contra a participação do Brasil na Guerra da Coreia, em 1951 e na luta contra o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos de 1952 (RUI, 2002, p. 28-29).

sob pena de pagar caro, face à raiva da população, totalmente apenada com a morte – mais precisamente, com os motivos da morte de Vargas: “A reação do povo surpreendeu seus oponentes. Uma onda de simpatia por Getúlio envolveu o país [...]. Em meio à confusão geral, os comunistas perplexos – e para não serem tachados – foram obrigados a sair às ruas recolhendo os seus jornais das bancas, e depois irem a reboque da massa nas manifestações” (SEGATTO, 1981, p. 70).

Nas eleições de 1955 o Partido continuou com sua linha esquerdista, agora reforçada pelo IV Congresso do Partido, que se realizou poucos meses depois da morte de Getúlio Vargas. O Congresso na prática reafirmou a linha do documento apresentado pelo Comitê Central do Partido em agosto de 1950, embora com uma mudança que se pode considerar substancial: a mudança de tática adotada em relação ao trabalhismo – afinal, até então o trabalhismo e Getúlio Vargas eram considerados pelo PCB como principais inimigos dos comunistas, denunciados juntamente com o capitalismo imperialista.

A guinada política do IV Congresso do PCB aproximou os comunistas dos trabalhistas, inclusive nos campos eleitoral e sindical. Como demonstrou Edgar Carone ao transcrever o informe de Luís Carlos Prestes ao IV Congresso, o líder comunista mudou o discurso a respeito da burguesia nacional, buscando uma aproximação com setores dessa burguesia, preferencialmente a classe média. O Partido considerou essa flexão tática importante para consolidar uma das etapas da revolução brasileira, que por muitos ainda era considerada em um regime de desenvolvimento agrário e semifeudal⁵⁹:

No que concerne às relações com a burguesia nacional, o programa do Partido não só não ameaçou seus interesses como defendeu suas reivindicações de caráter progressista, em particular o desenvolvimento da indústria nacional. Essa posição acertada decorreu de uma justa compreensão do caráter da revolução brasileira em sua primeira etapa, quando das

⁵⁹ A política de estabelecer etapas para a revolução tornou-se conhecida como “etapismo”, teoria desenvolvida na década de 1940, após a II Guerra, para justificar as políticas de frentes defendidas por Moscou. Consistia em estabelecer em qual etapa de desenvolvimento determinada sociedade encontrava-se, indicando por quantas etapas ela ainda teria que passar para chegar ao socialismo. Nesse sentido, muitos países ainda considerados como do modo de produção econômica feudal tinham que fazer a revolução burguesa para depois avançar para as demais etapas da revolução e da constituição de uma sociedade socialista.

necessidades já maduras do desenvolvimento da sociedade brasileira, que exigiam solução imediata, são exclusivamente as de caráter anti-imperialista e antifeudal. A burguesia nacional não é, portanto, inimiga; por determinado período de tempo pode até apoiar o movimento revolucionário contra o imperialismo e contra o latifúndio e os restos feudais (CARONE, 1982, p. 132).

Esse programa foi reforçado pela eleição de Juscelino Kubitschek a Presidente da República – afinal, ganhou força o projeto nacional-desenvolvimentista que se iniciara no final do governo Getúlio Vargas. Isso se evidenciou no fato de o candidato a vice-Presidente na chapa de JK ter sido João Goulart, que fôra Ministro do Trabalho de Getúlio Vargas: em tese, o governo Juscelino seria uma vitória da continuação da política populista de Getúlio Vargas. Como demonstra Milton Ivan Heller: “Nas eleições presidenciais de 3 de outubro de 1955 concorreram Juscelino Kubitschek de Oliveira pela coligação PTB-PSD, Juarez Távora – UDN, Ademar de Barros – PSP e Plínio Salgado pelo PRP. A eleição de JK, com seu vice, João Goulart, embora por uma pequena margem de votos, representou a vitória do populismo de Vargas” (HELLER, 1988, p. 17).

Diferentemente das eleições de 1950, em que o Partido pregou o voto em branco e apresentou candidatos de protesto para os cargos proporcionais, em 1955 o PCB adotou uma linha de apoio⁶⁰ a Juscelino Kubitschek e a João Goulart⁶¹. Esse apoio configuraria novamente a adequação do programa do PCB aos ditames do comunismo internacional, que, posteriormente à morte de Stálin em 1953, voltou a acenar para uma possível coexistência pacífica com o bloco capitalista e para a disputa por espaços políticos dentro de processos democráticos. Isso resultou em que o Partido adotasse uma postura mais radical na busca de sua legalidade, durante anos vista como

⁶⁰ É importante notar que esse apoio dos comunistas, apesar de representar um reforço do ponto de vista estrutural de uma campanha política, era, por assim dizer, informal – afinal, para as regras eleitorais o Partido Comunista estava imerso na clandestinidade –, o que não o impediu de manter uma estrutura organizada no Brasil inteiro.

⁶¹ Nas eleições majoritárias do período entre 1945 e 1960 há uma curiosidade política, que costuma passar despercebida: havia eleições separadas para Presidente e vice-Presidente da República. Em 1955 os resultados no Paraná foram os seguintes: o candidato a vice na coligação PSD-PTB teve, segundo dados do TRE do Paraná, 181 462 votos, ao passo que quem foi eleito Presidente do Brasil, na mesma coligação, obteve 108 998 votos, perdendo no cômputo geral para o candidato a Presidente do PSP Ademar de Barros com uma votação de 127 433; o candidato a vice-Presidente de Ademar de Barros, do mesmo PSP, Danton Coelho, teve 45 492 votos.

secundária, haja vista que a posição de semiclandestinidade era-lhe cômoda, ao dar-lhe a alcunha de “partido revolucionário”. Ou seja, a luta pela recuperação da legalidade durante os primeiros anos da década de 1950 foi muito menos intensa, pois o Partido gozou de uma semiclandestinidade consentida: “Nesse sentido, ao lado das opções políticas que fez e das alianças que buscou, a não-recuperação, mais até do que a perda, do registro eleitoral acabará por definir os limites da implantação e da ação do movimento comunista durante a República Liberal, [...] potencializados pelo tipo de marxismo, de leitura do desenvolvimento capitalista e de concepções de fazer política predominante na época” (BRANDÃO, 1997, p. 31).

Porém, os ventos novos que sopraram de Moscou fizeram que essa postura de acomodação com a semiclandestinidade consentida mudasse e, no final da década de 1950, tornasse-se umas das bandeiras do PCB – principalmente depois da cisão que o PCB sofreu em 1960, com a saída do grupo que não concordava com a mudança de nome do partido e nem com as alterações feitas nos estatutos, como fruto das discussões sobre a Declaração de março de 1958, editada pelo Comitê Central do PCB (cf. declaração sobre a política do PCB, publicada no jornal *Voz Operária* de 22 de março de 1958 e transcrita em Carone (1982)).

Em 1960, para confirmar a tendência de participar do jogo eleitoral, o Partido posicionou-se a favor da candidatura do Marechal Henrique Teixeira Lott, que teve como candidato a vice-Presidente João Goulart. “Jango” foi novamente eleito vice-Presidente, mas com um Presidente eleito por outra coligação. Nessas eleições o Partido novamente deu demonstrações de sua aproximação com o trabalhismo getulista.

No âmbito regional o Partido seguiu as orientações nacionais de apoio ao Marechal Teixeira Lott e João Goulart. Nas eleições para o governo do Paraná o PCB declarou apoio ao candidato lançado pelo PTB, Nelson Maculan⁶², que amargaria

⁶² O apoio à candidatura de Nelson Maculan pode ser constatado pela ficha do DOPS do Secretário Político do Partido, o conhecido Capitão Agliberto Vieira de Azevedo, que fôra deslocado para o Paraná no final dos anos 1950 para assumir o Partido no estado: “Em 27/09/1960 o fichado assinou um manifesto em companhia de outros elementos comunistas, no qual apóia a Nelson Maculan, ao Governo do Estado” (Ficha do DOPS n. 2.874 – Agliberto Viera de Azevedo).

derrota para Ney Braga, da aliança PDC-PL. O apoio ao candidato do PTB, da mesma forma que o apoio à candidatura a Presidente e a vice-Presidente, ocorreu de maneira informal, pois no Paraná o Partido Comunista também era semiclandestino.

Depois da renúncia de Jânio Quadros em 1961, a Campanha da Legalidade confirmou Jango no Palácio do Planalto, embora com poderes limitados: vendo as possibilidades de Jango consolidar um governo com facetas populistas do PTB, setores do Exército estabeleceram e o Congresso Nacional aprovou a adoção do parlamentarismo no Brasil, enfraquecendo os poderes do Presidente. “João Goulart foi isolado de quase toda a classe dirigente nacional e, como último recurso, tentou aproximar-se do povo” (HELLER, 1988, p. 200), propondo as reformas de base. O Partido Comunista apoiou e foi um dos principais⁶³ defensores da legalidade do Presidente Jango, principalmente de suas propostas de reformas de base. O Partido estava confiante de que com Jango obteria novamente registro de partido legal, acreditava ser apenas questão de tempo esse retorno à legalidade. Afinal de contas, era o PCB um dos principais entusiastas das propostas de reforma de base de Goulart: “Em 1960, o PCB apoiou resolutamente João Goulart para a Presidência e, mais tarde, forneceu a base de sustentação sindical para o governo. Foi no setor operário, atuando no interior dos sindicatos oficiais, que os comunistas obtiveram seus maiores êxitos [...] o PCB obteve o controle dos principais sindicatos, federações e confederações” (*idem*, p. 264).

Porém, apesar de defender o governo de João Goulart, o PCB sabia que nem todas as concessões aos capitalistas foram excluídas no processo de reformas. Por isso o apoio ao governo Goulart considerava-o também um governo em disputa, que precisava ser mais firme em suas posições políticas.

As eleições de 1962, além de serem as últimas eleições antes do golpe militar de 1964, seriam apenas para cargos proporcionais e para o Senado Federal. Depois delas somente ocorreria o plebiscito a respeito da forma de governo, que optou pelo

⁶³ Resistência encabeçada pelos governadores Leonel Brizola, do Rio Grande do sul, e por Mauro Borges, de Goiás, no sentido de garantir a posse de João Goulart, após a renúncia de Jânio Quadros. A resistência contou com uma cadeia de rádio que possuía 104 rádios que reproduziam os sinais a partir do entrincheirado Palácio Piratini, do governo do Rio Grande do Sul.

presidencialismo e aprofundou a crise institucional em que o país vinha mergulhado desde a renúncia de Jânio Quadros (cf. SANTOS, 1978). O PCB do Paraná, nas eleições de 1962, tomou a posição de lançar candidatos por outras legendas – a maioria pelo PTB –, embora sem êxito na eleição de comunistas.

II.5. A organização e as lutas dos comunistas no Paraná

Os comunistas paranaenses no final dos anos 1940, por motivos de distâncias geográficas, tinham construído duas estruturas de direção intermediárias, além de uma estrutura estadual centralizada⁶⁴. As estruturas intermediárias localizadas eram o CD1 e o CD2, uma responsável pelas atividades comunistas no Norte do estado, especificamente em Londrina, e a outra para o Sul do estado, em Curitiba. Provavelmente isso ocorria devido às grandes dificuldades de locomoção nos anos 1940. Assim, supunha-se necessário existirem direções intermediárias para tocar as deliberações comunistas. É claro que isso trazia difíceis problemas de organização, pois muitas vezes o contato da direção do Norte dava-se mais freqüentemente com São Paulo do que com o Diretório Regional do Partido, que, após 1945, tinha sua sede na capital do estado. Como explica o jornalista e historiador Hermógenes Lazier:

Na prática, com a ocupação do Norte do Paraná, a partir de 1945 toda a economia do Norte do Paraná saía para São Paulo e São Paulo tinha hegemonia sobre o Norte do Paraná. A produção do café, ao invés de ir para o porto de Paranaguá, de trazer dinheiro para o Paraná, ia para o porto de Santos. Era tão séria essa briga entre São Paulo e Paraná que a estrada de ferro, que poderia ser a redenção, que vinha de Apucarana a Curitiba, podiam construí-la em 5 anos mas levaram 20, devido às sabotagens. Em uma época o Parigot de Souza trouxe à tona isso. Como havia isso na vida política, na economia do Paraná, talvez o próprio Partido tivesse influência... há um vínculo em relação à realidade econômica e social de uma região, a estrutura é complicada e, inclusive, em uma época nós tínhamos vínculos com Santa Catarina. É uma coisa complicada ainda [...]. Eles não tinham uma relação direta, o regional do Norte relacionava-se mais com São Paulo do que com o pessoal daqui (LAZIER, 2001, p. 17).

⁶⁴ Apesar de ser uma questão importante, pois estabelece duas estruturas intermediárias do Partido, que por um período tiveram certa autonomia. Entretanto, essa autonomia não feria a organização estadual, de maneira que não nos ateremos a elas.

É claro que além dessas estruturas intermediárias havia também uma forte organização nos municípios. O formato da Direção Estadual era no sentido de possibilitar uma dinâmica de fácil acesso aos dirigentes para as reuniões de Executiva do Partido. Os cargos que existiam nessa estrutura eram os seguintes: Secretário-Geral ou Secretário Político, Secretário de Organização, Secretário de Massas Eleitorais, Secretário Sindical, Secretário de Finanças ou Tesoureiro e Secretário de Divulgação⁶⁵. O restante dos dirigentes que compunham a Direção Estadual do PCB no Paraná somente participavam das reuniões quando eram chamados os “plenos ampliados”⁶⁶ da Direção Estadual.

O controle político que a direção do Partido exercia sobre seus militantes era muito forte e centralizador, sendo que a forma política mais utilizada de organização pelos comunistas era a célula, em que geralmente estavam presentes alguns membros de direção intermediária do Partido, seguindo uma característica internacional de partidos com estrutura de organização vertical: “Em vez de agrupá-los [os militantes] segundo seu domicílio, eles agrupam-nos segundo seu local de trabalho: aos comitês e seções locais sucedem-se assim as células de Usina, de loja de ateliês, de escolas etc. [...]. Faz-se que cada membro do Partido sinta concretamente a importância e o significado de sua adesão” (DUVERGER, 1968, p. 365).

No caso do Brasil, principalmente reforçada e reproduzida como herança histórica da ditadura do Estado Novo⁶⁷, a organização comunista acontecia a partir da célula – ou organismos de base –, a partir do local de trabalho ou estudo; ainda assim, com um reforço de clandestinidade⁶⁸, pois corriam riscos constantes de serem pegos

⁶⁵ Pelo que se pode perceber em diversas entrevistas, o cargo de Secretário de Divulgação – que posteriormente se chamaria Secretário de Agitação e Propaganda – na grande maioria das vezes era ocupado por quem tinha outra função importante, a de direção do jornal de circulação estadual, *Tribuna do Povo*.

⁶⁶ Muitas vezes, quando eram chamados esses “plenos”, era em caráter ampliado. Em resumo esses plenos era reuniões deliberativas do Comitê Estadual do Partido, o que possibilitava a participação de dirigentes partidários cuja participação a Executiva Estadual considerasse importante.

⁶⁷ Durante o regime militar de 1964 as células novamente tiveram grande importância.

⁶⁸ Lembremos que Maurice Duverger destaca que a organização comunista é a melhor forma de organização para um partido político, conseguindo manter uma unidade de ação e uma disciplina não encontrada em nenhuma outra forma de organização partidária (DUVERGER, 1968, p. 366).

pela polícia. No Paraná não foi diferente. A ordem da organização era a seguintes: células de empresas; sindicatos e associações; diretórios municipais; um dos dois comitês distritais e, por último, o Diretório Regional. Em todas essas instâncias eram eleitos secretariados. Os secretariados cumpriram as mesmas funções desenvolvidas pelas executivas, ou sejam, eram os órgãos centralizadores e executores das deliberações do coletivo. As instâncias de deliberações partidárias eram (e são) compostas por reuniões de bases (por local de trabalho ou de estudo), plenárias, plenos municipais e estaduais; quando existiam condições, ainda os ativos setoriais, que reuniam todos os militantes de diversos setores – por exemplo, um congresso de estudantes do Paraná, que era um momento oportuno para reunir todos os estudantes comunistas do estado⁶⁹. Outro tema importante era a organização da União da Juventude Comunista (UJC), órgão que funcionava com relativa autonomia da estrutura do Partido. Porém, seguindo a linha política desenvolvida pelo Diretório Regional do PCB, os jovens que quisessem militar no Partido deveriam fazê-lo por meio da militância na UJC⁷⁰ ou mesmo em outros setores, a partir das entidades gerais de representação ou onde existisse núcleo ou fração⁷¹ por local de trabalho.

O Partido dera um grande salto no número de filiados no Brasil inteiro e começou a funcionar de fato com um Partido nacional, bem enraizado nos estados. Esse crescimento fez que o Partido adotasse um esquema profissional de funcionamento que aqui no Paraná perduraria até o fim da ditadura militar. Muitos dos que compunham a direção estadual eram profissionais liberais (advogados, médicos) e outros eram funcionários públicos. Entretanto, por mais que quisessem, sua atuação

⁶⁹ O Partido sempre utilizou esse instrumento de organização dos setores, pois ficaria muito mais difícil bancar um encontro de todos os militantes de um certo setor do Partido; assim, eram aproveitados esses encontros de categorias e setores da sociedade para realizar os ativos do PCB.

⁷⁰ Segundo Leôncio Martins Rodrigues, a Juventude Comunista, quando foi fundada, era composta basicamente por operários; em 1946, porém, sua composição total era de estudantes (RODRIGUES, 1986, p. 385).

⁷¹ Entenda-se por fração a reunião apenas dos comunistas que exercem funções de direção em determinadas entidades; por isso se reuniam com um dirigente municipal, estadual ou nacional do Partido, conforme a importância e a abrangência da entidade, e traçavam as políticas para essa entidade (por exemplo: membros da direção de um sindicato ou de uma entidade estudantil que têm comunistas na sua direção). Entretanto, essa forma de organização ocorre mais no dias de hoje (PROGRAMA E ESTATUTOS DO PCDOB, 1990, p. 38).

era limitada. Nesse sentido o Partido adotou a liberação de alguns dirigentes – como no caso dos jornalistas Hermógenes Lazier e Izaurino Patriota, que foram profissionalizados para cuidarem do jornal do Partido. Em outros casos eram profissionalizados para cuidarem de atividades e resoluções, determinadas ou pelos plenos do Comitê Regional ou pela própria Executiva do Partido; eram os “desligados da produção”, que recebiam uma ajuda de custo para manterem-se, tendo muitas vezes que dormir alternadamente na casa de dirigentes e simpatizantes do Partido. Em determinados momentos o Diretório Regional chegou a profissionalizar mais de 10 dirigentes (cf. LAZIER, 2001, p. 19).

Os documentos guardados no DOPS mostram que a atividade comunista no Paraná era de fato intensa. No período posterior a 1950, além de dirigir a maioria dos sindicatos estaduais e locais, o Partido estava presente em diversas cidades do Paraná; dentre as mais importantes, o PCB existia em: Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Curitiba, Ibiporã, União da Vitória, Rio Negro, Cornélio Procopio, Cambé, Sertanópolis, Antonina, Paranaguá, Marrecas (Francisco Beltrão), Jaguapitã, Morretes e Curiúva.

Todos os comunistas estavam sujeitos à disciplina de organização muito rígida; mesmo que ocupassem cargos de direção intermediária municipal ou estadual, deveriam fazer parte de uma organização de base. Se tomarmos como exemplos os dois locais em que o Partido tinha bastantes militantes – Curitiba e Paranaguá –, observaremos qual era a importância dessa organização disciplinada. Segundo dados encontrados no DOPS, após a abertura política de 1945, em Curitiba e Paranaguá estavam seis das maiores células do PCB, que no total chegavam a 22 no estado inteiro; eram elas: “Célula Leocádia Prestes, em Curitiba, com 130 membros; célula Estiva – Paranaguá, 90 militantes; célula Centro Curitiba, 46 membros; célula Olga Benário – Curitiba, 41 membros; Célula 1º de maio – Curitiba, 40 membros – e célula Niazetto – Curitiba, 30 membros” (Arquivo Público, fundo DOPS: pasta 1468a, caixa 173 – Partido Comunista Brasileiro. Geral).

Os números de cada célula variaram entre os períodos de legalidade e ilegalidade do Partido. Além da forte organização e disciplina de modelo leninista,

outros dois temas eram questões de honra para o funcionamento interno do PCB: as finanças, que veremos agora, e a imprensa, que veremos mais à frente.

As finanças eram tratadas pelos dirigentes partidários com muita responsabilidade. O dr. Jorge Karan foi o Tesoureiro do Partido que ficou mais tempo no exercício do cargo; por exemplo, era um excelente arrecadador para o Partido. Todos os militantes tinham sua ficha que ficava nas mãos do Tesoureiro e do Secretário de Organização. Essas fichas continham, além de informações gerais sobre o militante, sua profissão, data de início da militância, em que entidade atuava e em que base estava inscrito etc. Tinha também o controle das obrigações financeiras de cada militante, a partir de um acordo feito entre os dirigentes e os dirigidos. Para complementar essas arrecadações eram feitas muitas atividades, como bailes, piqueniques e churrascos, como conta a dirigente Iraci Soares de Oliveira: “A parte que eu fazia era arrecadar fundos para o partido, por que ninguém dava nada para a gente. Então, fazíamos festas, fazíamos bailes, convidávamos, organizávamos, fazíamos comícios, essas coisas [...] em nome do Partido. O Partido estava legal, então podia. A minha militância foi assim” (OLIVEIRA, 2001, p. 2). Além da venda dos materiais do Partido, principalmente os jornais de circulação nacional e a edição local, vendia-se a *Tribuna do Povo* (que antes de chamava *Jornal do Povo*), um semanário bancando pelos militantes.

II.6. Os comunistas e a questão da terra no Paraná

Todas as bandeiras levantadas no Paraná constituíam-se, de fato, em uma leitura das resoluções nacionais aplicadas à realidade local e regional pelos organismos intermediários do Partido. Nesse sentido, o que nos interessa é comprovar que a pauta de reivindicações do Partido Comunista sempre se constituiu nos moldes das orientações gerais, principalmente pelo fato de que o Partido tem uma organização vertical com um núcleo centralizado que comanda as estruturas do Partido com uma disciplina leninista de cima até embaixo.

Os anos 1950 foram os mais atribulados, levando em conta as particularidades de toda sua longa trajetória⁷², as crises e cisões que sofreu (cf. Resolução do Comitê nacional do PCB sobre a expulsão de José Maria Crispim (1952); Resolução do Comitê Central do PCB sobre a atividade antipartidária de Agildo Barata (agosto de 1957) e a Declaração sobre a Política do PCB março de 1958, em CARONE, 1982, p. 175, 315, 320) e as mudanças internacionais que refletiram nas mudanças de posturas políticas do Partido, entre as quais o Manifesto de Agosto, o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética e a conhecida declaração de março de 1958, que seria o princípio de um processo que levaria à maior cisão que o Partido sofreria, no início dos anos 1960.

No período que compreende nosso recorte, o Partido esteve envolvido no Paraná em três grandes movimentos: a Campanha pela Paz, a campanha pela imprensa popular e os conflitos de terra no Norte em 1948 a 1952 e no Sudoeste do Paraná (1957), dois grandes levantes camponeses e populares. Além disso, houve as oscilações em torno de suas orientações e posturas políticas, do Manifesto de Agosto de 1950 – que instituiu a Frente Democrática de Libertação Nacional – até a Declaração de Março de 1958 – que mudou a postura do PCB influenciado pelos ventos do XX Congresso do PCUS –, passando, no final dos anos 1950 e no início dos anos 1960, pela luta do Partido por sua legalização e pela criação da COPEL (cf. HELLER, 2000).

A respeito da questão agrária, diversos movimentos chamaram atenção, mas os que se destacam com importância e que ocuparam o cenário político da época no Paraná foram os levantes camponeses na região de Porecatu – que contaram com a participação e a organização dos comunistas – e o Levante do Sudoeste (onde se localizava antigamente a cidade de Marrecas, atual município de Francisco Beltrão). Nesses levantes agrários pode-se observar a linha política do IV Congresso do Partido

⁷² Note-se que todos os diversos momentos por que o PCB atravessou em 1922 e 1964 têm suas peculiaridades; todavia, a semiclandestinidadade a que estava submetido permitiu que o Partido entre os anos 1947 e 1964 não se excluísse da vida política do país, tomasse posições, implementasse resoluções e orientações, tanto nacionais como internacionais – diferentemente de outros períodos de exceção, em que na prática era preciso remontar toda a estrutura partidária, como no caso do Estado Novo.

ganhando corpo (cf. CARONE, 1982, v. II), inicialmente em uma postura radical de enfrentamento dos setores considerados da grande burguesia e do capital, linha claramente expressa no manifesto de Agosto de 1950 e ratificada pelo IV Congresso do PCB.

Como reflexo do levante camponês que aconteceu no Norte do Paraná, apareceram as uniões de trabalhadores que se criava em todo o Brasil. O fim do conflito de Porecatu criou condições para que, sob a liderança do Partido, organizassem-se as Uniões Gerais dos Trabalhadores (UGT): “Com a ocupação rápida e desordenada da região de Porecatu no Norte do Paraná, um conflito em torno da posse da terra no final dos anos 1940 permitiu o início da implantação do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Juntamente se deu a criação dos primeiros organismos de representação coletiva dos pequenos agricultores e trabalhadores rurais, as chamadas ‘ligas camponesas’” (SILVA, 2000, p. 63).

Em Porecatu o levante ocorreu em virtude da política nacional do Partido de estreitar o seu discurso de luta com a burguesia em busca de uma reforma agrária radical. Nesse episódio, o Partido teve uma atuação direta e organizada, destacando-se os nomes de Manoel Jacinto Correa⁷³ – um dos grandes líderes de movimento e que depois se transformou em uma liderança regional dos camponeses e do Partido, reconhecida até os dias de hoje como comunista convicto – e de Flávio Ribeiro⁷⁴, sem contar inúmeros quadros da Direção Nacional do PCB que foram ao local do conflito devido à sua repercussão, como Gregório Bezerra⁷⁵ e João Saldanha⁷⁶. A partir da consolidação dessas lideranças partidárias percebeu-se um aumento de influência do Partido após os conflitos: “O resultado final foi a ampliação da influência comunista

⁷³ Manoel Jacinto Correia – considerado pelo DOPS como um dos chefes do Partido Comunista em Londrina, onde inclusive foi eleito Vereador –, conforme consta de sua ficha do DOPS n. 1.470. Sua liderança na região Norte do estado do Paraná confirma-se também em diversas entrevistas realizadas com dirigentes comunistas da época.

⁷⁴ Flávio Ribeiro foi um militante do Partido desde sua época de estudante de Direito e que continuou sua atuação até o final da década de 1970, pelo menos.

⁷⁵ Gregório Bezerra era da Direção Nacional do Partido e foi Deputado Constituinte na Assembléia Nacional de 1946, por Pernambuco. É considerado um dos grandes líderes comunista do período.

⁷⁶ João Saldanha ficou conhecido posteriormente como um dos melhores repórteres e cronistas esportivos brasileiros.

no Norte do Paraná, que tem como pano de fundo, depois do final do conflito, a criação de das Uniões Gerais de Trabalhadores, que teria um aspecto específico da organização dos comunistas paranaenses, pois não se teria observado fenômeno igual no resto do país” (*idem*, p. 68).

No final da década de 1950 – em 1957, mais precisamente – ocorreu o Levante do Sudoeste, com características diferentes da revolta de Porecatu. O governo estadual tinha interesse nas terras da região, para o que criou uma companhia chamada CITLA⁷⁷, no sentido de regulamentar a venda das terras naquela região, a fim de retirar os posseiros de suas terras e loteá-las conforme interesses econômicos. Isso gerou um conflito armado entre posseiros e o governo, ou seja, mais uma revolta camponesa no Paraná, havendo também aí a atuação dos comunistas, embora mais discreta. Conforme descreve o dirigente Odílio Cunha Malheiros, que fôra designado como correspondente especial do jornal *Tribuna do Povo* para acompanhar o desenrolar dos acontecimentos na região, coisas terríveis foram praticadas pelos jagunços contratados pela empresa CITLA (MALHEIROS, 2001, p. 6). Essa empresa tentava vender títulos de terras aos posseiros, que já os haviam comprado da empresa CANGO (criada durante o governo Dutra), gerando o conflito. Afinal, muitos já possuíam o título e não aceitavam pagar novamente pelas terras que já lhes pertenciam.

Essas duas revoltas camponesas foram responsáveis para que durante a década de 1940 e início dos anos 1960 o PCB paranaense exercesse a hegemonia no meio sindical agrícola (SILVA, 2000) – fato confirmado por várias entrevistas concedidas por dirigentes comunistas do período. Nesse sentido, o Partido teria participação decisiva na criação de diversos sindicatos de trabalhadores rurais e também de uma federação dos sindicatos rurais, sendo que um militante do Partido, o Zé Rodrigues, chegou a ser o primeiro Secretário-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, a CONTAG.

⁷⁷ Conta-se o seguinte episódio: Moisés Lupion criou em Clevelândia um cartório que registrou uma empresa chamada Citla (Clevelândia Industrial e Territorial Ltda.); esse cartório foi criado de manhã e fechado à tarde (MALHEIROS, 2001, p. 5)!

II.7. Os comunistas e a Campanha dos Partidários da Paz

A Campanha pela Paz foi baseada na grande reunião dos partidários da paz que aconteceu em Estocolmo, capital da Suécia, de onde saiu o *Apelo de Estocolmo*, que guiaria todas as ações em busca da paz em diversos países do mundo. No Brasil, o PCB assumiu para si a tarefa de lutar pela paz, com uma grande campanha que mobilizaria o Partido no país inteiro.

Esse movimento pela paz foi criado depois do final da IIª Guerra Mundial e da explosão das bombas atômicas sobre o Japão. Era um forte movimento de massa, em que diversos países iniciaram uma campanha pela paz mundial e contra as bombas atômicas. Esses países formaram uma espécie de conselho que se denominava o Conselho Mundial da Paz; esse movimento foi reconhecido inclusive pela Organização das Nações Unidas. Entre seus fundadores estava Pablo Picasso e entre os primeiros brasileiros, Jorge Amado e Cândido Portinari, que, juntamente com outras personalidades, fundaram no Brasil o Movimento Brasileiro dos Partidários da Paz, encabeçado pelo PCB e filiado ao Conselho Mundial da Paz. No Brasil, o PCB assumiu para si a tarefa de lutar pela paz, com uma grande campanha que mobilizaria o Partido no país inteiro, mas não eram apenas comunistas que compunham o movimento pela paz no Brasil. Uma das principais tarefas era ajudar a organizar o Iº Congresso Continental Americano que aconteceria no México. Ganhando ramificações estaduais, realizou dezenas de encontros, campanhas de rua e coletas de assinaturas, pelo Brasil inteiro (*A classe operária*, n. 222, mar.2003). No Paraná, em 1949, esse movimento fundou comitês municipais de partidários da paz e muitos comitês foram formados em diversas cidades do estado. Os veículos de comunicação de Partido, em sua totalidade, foram colocados a serviço dessa campanha.

No Paraná o movimento foi organizado com o nome de Conselho Pró-Paz e Cultura e tinha uma diretoria estadual que era composta assim:

Presidente: Dr. Otávio da Silveira, médico; 1º Vice Presidente: Felipe Chede, comerciante; 2º Vice-Presidente: Joel Kuri, jornalista; Secretário-Geral: Dr. Jorge Karan, médico; 1º

Secretário: José Eduardo, universitário; 2º Secretário: Dr. Vitor Barbosa, farmacêutico; 1º Tesoureiro: Dr. Antenor Pupo, médico; 1º orador: Dalton Trevisan, advogado e escritor; 2º orador: Vieira Neto, advogado; Diretor de Publicidade: Arnaldo R. Pinto, escritor (Pasta n.: 0326 caixa n. 38 – Congresso Paranaense dos Partidários da paz, Arquivo Público, Fundo Dops)⁷⁸.

Da diretoria descrita acima pelo menos três pessoas (Otávio da Silveira, Jorge Karan e Vieira Neto) eram dirigentes estaduais do Partido; outros ainda poderiam ser filiados, ou dirigentes intermediários; infelizmente não dispomos dessa informação.

Essa coordenação do movimento convocou para o mês de agosto de 1949 o I Congresso Estadual em Defesa da Paz e da Cultura, que seria realizado em Londrina, cidade com dois vereadores comunistas, para discutir os problemas da paz. Também tiraria delegados para o Congresso Nacional Pró-Paz que aconteceria no Rio de Janeiro e que, por sua vez, tiraria delegados para o Congresso Internacional Pró-Paz que aconteceria em Paris. A chamada do congresso destacava que importantes setores da sociedade participariam da organização do congresso e qual seria sua finalidade:

Amantes da paz e da liberdade, pelas tradições de nossa vida nacional e da orientação que sempre norteou a nossa política externa, é mister que todos compreendamos a importância suprema da defesa da Paz e do entendimento entre os povos, no momento em que as forças desesperadas dos fabricantes de canhões e dos provocadores da guerra, pretendem arrastar-nos para outra hecatombe mais terrível, mais sangrenta e mais destruidora que as anteriores, como todo o seu cortejo de fome, de sangue, de mortos e mutilados e inválidos, sem falar no sacrifício, na humilhação e no luto de mulheres e crianças, pois a guerra moderna não poupa as populações civis. Esses Conforme já tivemos oportunidade de noticiar. Essas finalidades e justa e democrática com que convocamos o Povo de nosso estado para a realização do Congresso Pró-Paz em Londrina [...] como preliminar da Convenção Nacional a 15 de agosto em Porto Alegre e do Congresso Continental da Paz a instalar-se no México no dia 5 de setembro deste ano.

Esse congresso foi considerado ilegal pela polícia e a maioria dos organizadores e participantes foi presa, com a chegada da polícia, que o interrompeu no meio do seu andamento. Esse movimento pela paz não contou com o apoio dos Estados Unidos; o governo Dutra, que desenvolvia uma política de aproximação com os norte-americanos, para ser-lhes simpático decretou a ilegalidade desse movimento no Brasil. José Rodrigues Vieira Neto, um dos líderes organizadores, dias antes tentou articular

⁷⁸ Esse folheto de convocação apresentava algumas discussões sobre a paz e convocava o Congresso Paranaense dos Partidários da Paz, que ocorreria em Londrina no dia 7 de agosto de 1949.

politicamente a viabilização do Congresso Pró Paz em Londrina, conversando com o governador e com autoridades políticas, segundo consta da ficha de sua prisão, que ocorreu durante a realização do Congresso:

O Declarante procurou as autoridades estaduais, primeiramente o senhor Governador do Estado e após o chefe de polícia, inteirando-se por esta de que efetivamente se encontrava proibida todas e quaisquer manifestações em torno dos denominados 'Congressos Pró Paz e cultura' em virtude de ter sido constatado o caráter subversivo, digo, em virtude de ter sido constatado o caráter ilícito dos mesmos (Ficha da prisão de Vieira Neto – Pasta n. 0326 caixa n. 38 – Congresso dos partidários da Paz).

Mesmo sabendo que o congresso era ilegal ele foi realizado, para cumprir a finalidade de eleger os delegados para o Congresso Nacional que seria em Porto Alegre.

O movimento paranaense dos partidários da paz continuaria existindo ainda por alguns anos, realizando congressos estaduais pelo menos até 1953, participando dos encontros nacionais, que tiravam delegados para os encontros internacionais, que foram pelo menos cinco, que aconteceram no México, Polônia, França, Áustria e Argentina.

Esse movimento pela paz teve grande relevância para o Partido no Paraná, como se pode observar pelo destaque que receberam por diversos dos entrevistados em nossa pesquisa, dentre eles Hermógenes Lazier que foi preso devido ao movimento:

Quando eu entrei no Partido, em 1950, a bandeira de luta principal era pela paz. Naquela época no mundo inteiro estavam pegando assinaturas para o Apelo de Estocolmo, de casa em casa, contra a guerra e pela paz. Eu fui de casa em casa, pegando assinatura; foi nessa luta que fui preso duas vezes. Uma vez que estava pegando assinaturas em um bairro de Curitiba, em 1951, logo que cheguei aqui, e a outra em 1952, depois de uma reunião que nós fizemos com os partidários da paz. Essa foi uma luta que mais empolgava naquela época, havia o perigo de guerra no mundo, a luta pela paz naquela época era decisiva, para o Paraná, até para a humanidade, devido ao perigo de uma nova hecatombe (LAZIER, 2001, p. 12-13).

Porém esse movimento dos partidários da paz não era o único, apesar de muito importante para o Partido nesse período. O Partido tinha uma postura mais dinâmica e atuava também em outros movimentos, que acabaram dividindo espaço com o movimento pela paz. Mas o Partido fazia questão de estar nesse movimento porque dava visibilidade e também porque tinha apelo no seio da sociedade, pois existia o

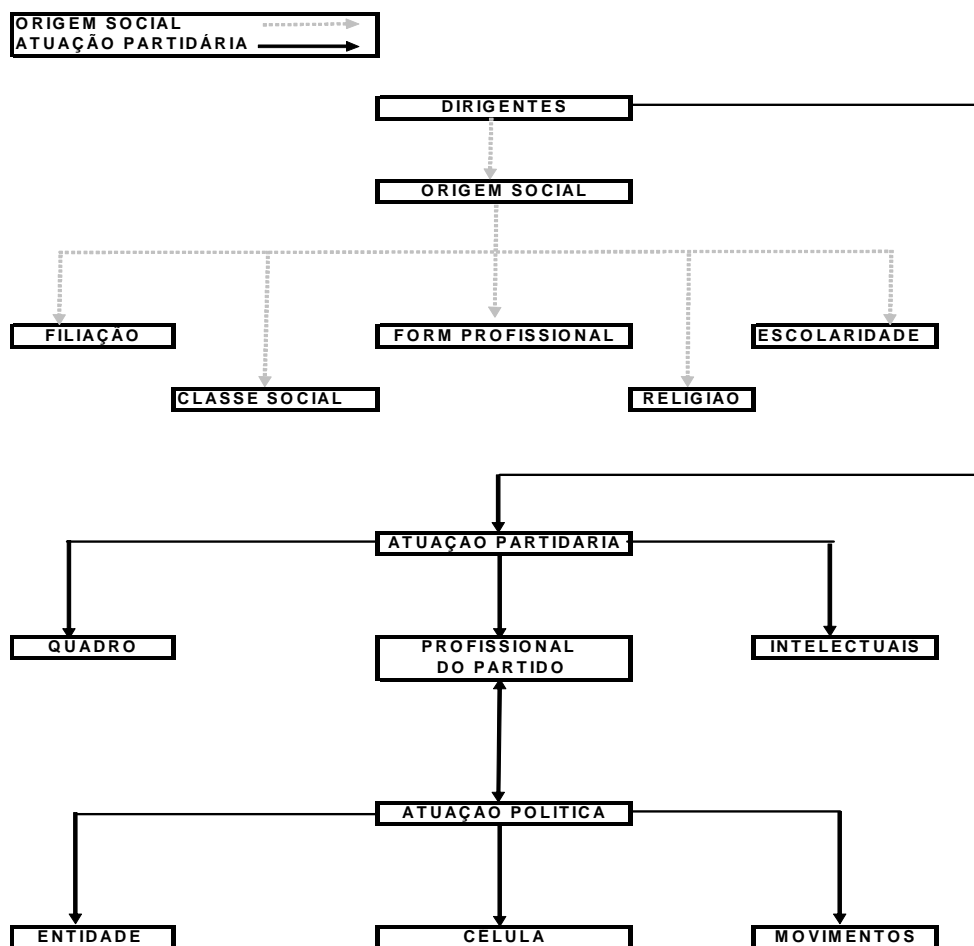
perigo denunciado pelo movimento que o Brasil, devido a um acordo militar com os EUA, enviasse soldados brasileiros para lutar na Guerra da Coréia, que começou em 1950 e foi até 1953.

CAPITULO III – OS DIRIGENTES COMUNISTAS NO PARANÁ: CONSTRUINDO UM PERFIL DA ELITE POLÍTICA DIRIGENTE

III.1. A vida dos dirigentes

Neste capítulo traçaremos o perfil sócio-econômico dos dirigentes que, ao longo de 19 anos, revezaram-se nos quadros de direção partidária, conforme o Quadro I, abaixo:

QUADRO I
ANÁLISE SOCIO ECONOMICA DOS DIRIGENTES ESTADUAIS



FONTE: o autor.

De um total de 125 nomes levantados com base nas entrevistas e fontes do Arquivo Público, fundo DOPS, chegamos a um número total de 89 nomes de pessoas que fizeram parte do Comitê Estadual do Partido no estado do Paraná, entre 1945 e 1964; os 36 nomes restantes eram apenas dirigentes municipais ou pessoas ligadas ao Partido⁷⁹ mas que não compunham o quadro de dirigentes estaduais. Tomamos como membros dos quadros de direção as pessoas que apareceram como sendo membros efetivos e membros suplentes do Diretório Regional do Partido⁸⁰, além de alguns outros que eram pessoas nacionalmente deslocadas para acompanhar o Partido no Paraná. Aliás, os dirigentes deslocados para o Paraná não foram muitos, mas todos os que foram deslocados faziam parte da estrutura do Partido, quando não vinham para assumir os cargos de Secretário-Geral do Partido. Os que se enquadraram nesses casos foram apenas três, de quem falaremos quando tratarmos dos secretários-gerais do Partido no Paraná. Em todo caso, houve no total sete dirigentes que eram membros do Comitê Central e que atuaram no Paraná.

Fora os dirigentes nacionais, que também foram computados nos quadros dirigentes do Partido no estado do Paraná, outros ainda vieram para cá reforçar as direções em determinados períodos ou mesmo vieram deslocados devido a questões profissionais – e vinham para acomodarem-se no estado. Quando isso acontecia o Partido dava todo o apoio necessário, fazendo a ligação entre o militante e o dirigente, dando ao Partido as informações de sua origem, de no que ele atuava e qual era o grau de envolvimento com o Partido⁸¹. Esse procedimento permite-nos uma noção mínima de como era a organização vertical do Partido, que tinha sobre o seu controle direto todos os seus membros dirigentes e filiados.

⁷⁹ Como Alberto Dalcanale e Valter Pecoits, deputados cassados pelo regime de 1964 e por quem o Partido tinha muita simpatia; em algumas das entrevistas que realizamos aparecem o nome dos dois como membros do Partido ou como candidatos que o Partido ajudou em eleições.

⁸⁰ Consideramos também os suplentes como membros do Partido pelo fato de que, quando há reunião do Comitê Regional, todos são convocados para a reunião, inclusive os membros suplentes, a fim de garantir o quorum máximo.

⁸¹ Nesse sentido, ver as pastas do arquivo DOPS n. 3 678 e 3 679, caixa 490, relativas a Walfrido Soares de Oliveira. Dessas pastas constam inúmeras cartas de transferência de dirigentes e militantes, tanto dos que aqui militavam e iam para outros estados como dos que para cá vinham.

No que tange à questão de gênero, podemos observar que em quaisquer dos seus níveis o Partido sempre teve uma imensa participação de homens, ao passo que a participação das mulheres era bastante reduzida.

III.2. As direções do Partido Comunista no Paraná (1945-1964)

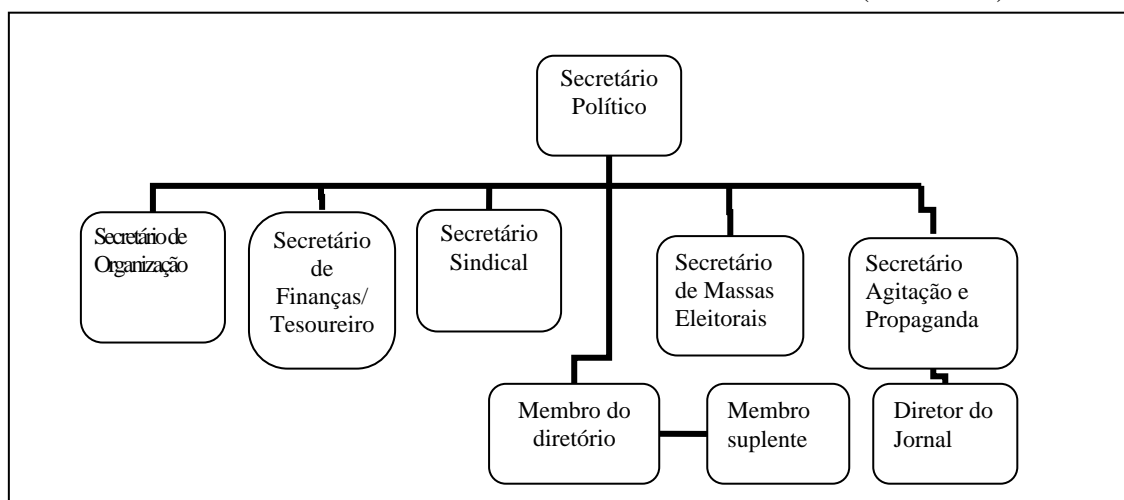
O Partido Comunista no Paraná teve ao longo de 19 anos seis secretários-gerais, que se alternaram durante o período estudado: uns ficaram mais tempo e outros ficaram menos, ao ocupar o cargo mais importante na estrutura política do Partido⁸². Assim entendemos que houve seis momentos de encontro dos comunistas paranaenses para escolher seu novo líder e aqueles que com ele conduziriam os destinos do Partido durante um novo mandato. Abaixo do Secretário-Geral estava a primeira instância de deliberação, que era o secretariado⁸³, ocupado pelos seguintes cargos: o próprio Secretário-Geral, o Tesoureiro ou Secretário de Finanças, o Secretário Sindical, o Secretário de Massas Eleitorais, o Secretário de Organização e o Secretário de Educação e Propaganda⁸⁴. Ainda no interior da hierarquia dos comunistas o dirigente que ficava à frente da pasta de Agitação e Propaganda era o diretamente responsável pelo jornal e, na maioria dos casos, era quem ocupava o cargo de Diretor ou Editor do jornal que os comunistas mantinham no Paraná. Veja-se o organograma abaixo:

⁸² Pela ordem de importância, as instâncias de deliberação do Partido Comunista eram: o Congresso Nacional; a Conferência Nacional; o Comitê Central – que por muito tempo foi conhecido como Comitê Nacional –; o Secretariado, também conhecido como Comissão Executiva, e, por fim, o Secretário Político, que durante as primeiras décadas do Partido era conhecido como Secretário-Geral e que era o homem forte. Posteriormente ao período que estudamos esse cargo passou a ser de Presidente, por força da lei eleitoral.

⁸³ O Secretariado Político geralmente era composto por seis ou sete membros e funcionava como um órgão executivo do Partido, tendo o Secretário-Geral ou Secretário Político o maior peso nessa instância.

⁸⁴ A Secretaria de Educação e Propaganda também sofreu algumas modificações em sua nomenclatura, passando a chamar-se Divulgação e Propaganda e, por fim, Agitação e Propaganda.

ORGANOGRAMA – ESTRUTURA DIRIGENTE DO PCB NO PARANÁ (1946-1964)



FONTE: o autor.

A composição do Partido Comunista seguia uma particularidade especial, apesar dos discursos em favor de uma política de gênero mais igualitária e fraterna. Assim, o que se percebe é que no PCB do Paraná, assim como em âmbito nacional, a política de gênero não dava muitos resultados, pois a proporção homem/mulher dentro das direções era muito baixa, apesar de haver um grande número de mulheres que se envolviam nas tarefas do Partidos, devido a seus companheiros militantes ou dirigentes do Partido. Conforme descreve Iraci Silva, uma das poucas mulheres que chegaram à direção do Partido em Curitiba, “Depois de nossos trabalhos, que a gente fazia para arrecadar fundos [...] a gente sempre fazia festas em pátios que havia, o bosque dos Prevides, fazíamos churrascadas. Fazíamos nosso trabalho de massa. Ali no bairro. Quem fazia essas festas aqui nos bairros era a nossa célula Olga Benário Prestes” (SILVA, 2001, p. 7)⁸⁵.

As mulheres encontravam-se mais nos trabalhos de base das células do que nos cargos de direção. O percentual de participação das mulheres nesse período nos quadros de direção não ultrapassa os 2,5 %, como demonstra a Tabela I:

⁸⁵ Leão (1999, p. 43) obteve o seguinte depoimento: “As mulheres se combinavam, organizavam toda a festa, porque a gente não tinha dinheiro. Não vinha dinheiro da URSS, como diziam não!”.

Tabela I - Composição do Diretório por Gênero

	casos	%
Valid masculino	86	96,6
feminino	3	3,4
Total	89	100,0

FONTE: o autor.

O importante a destacar é que, apesar de ser pouco numerosa a participação das mulheres – somente 3 (3,4%) casos –, a participação era qualitativamente importante: por exemplo, Maria Olímpia Carneiro Mochel chegou a ser Vereadora em Curitiba em 1947⁸⁶, juntamente com um suplente que também era membro do Partido Comunista, Jorge Hedel Azhar.

De qualquer forma, a participação das mulheres, que era ativa, é observada pelo número de comunistas casados; como se pode ver na Tabela II, abaixo, eram a grande maioria⁸⁷:

Tabela II - Estado Civil dos Dirigentes Comunistas

	Frequency	Percent	Cumulative Percent
solteiro	4	4,5	4,7
casado	82	92,1	100,0
Total	86	96,6	
sem Inf.	3	3,4	
Total	89	100,0	

FONTE: o autor.

⁸⁶ Ela foi eleita pela legenda do PST, partido em que alguns comunistas abrigaram-se para disputar eleições depois da cassação do registro eleitoral em 7 de maio de 1947.

⁸⁷ É importante destacar, entretanto, que os dirigentes comunistas, ao iniciar suas militâncias, muitas vezes não eram casados. Porém, como as prisões aconteciam geralmente quando esses militantes adquiriam um grau maior de participação e já estavam no Partido há algum tempo, quando eram presos e fichados já se encontravam com família constituída. Assim, temos um alto grau de dirigentes comunistas casados mas não conseguimos precisar qual a média etária em que esses dirigentes casavam-se.

Esses dados demonstram que 82 (96,6%) dos dirigentes comunistas eram casados, enquanto apenas 4 (4,5%) eram solteiros; sobre 3 (3,4%) dos dirigentes não se tem informação sobre o estado civil. Some-se a isso o fato de que as mulheres que aparecem nos quadros de direção eram casadas ou parentes de comunistas: Maria Olímpia Carneiro Mochel e Anita Carneiro eram irmãs e a primeira era casada com e a segunda era cunhada do dirigente comunista Joaquim Mochel, um dos principais líderes do Partido em Curitiba no final da década de 1940; Iraci Soares de Oliveira era casada com Walfrido Soares de Oliveira, homem forte do Partido no Paraná; Walfrido tinha ainda uma irmã, Odete Soares de Oliveira, que militava no Partido em Curitiba. A família dos Prevides também tinha diversas mulheres que atuavam no Partido em Curitiba, segundo Wilson Previde.

No que se refere ao local de atuação e à residência dos dirigentes estaduais, podemos observar na Tabela III que a maioria atuou no seu próprio lugar de origem, a não ser quando ascendiam ao quadro de dirigentes da Executiva Estadual, ou do Secretariado, em que as reuniões eram mais freqüentes e havia a necessidade de deslocamento de suas residências de origem para a capital⁸⁸, ou, ainda, em casos em que o dirigente devia assumir tarefas do Partido para atuar em determinadas localidades consideradas importantes.

Tabela III - Local de Residência dos Dirigentes Estaduais

	casos	%	% válida
Curitiba	58	65,2	66,7
interior e litoral	20	22,5	23,0
fora do estado	5	5,6	5,7
div cid e estados	4	4,5	4,6
Total	87	97,8	100,0
sem informação	2	2,2	
Total	89	100,0	

FONTE: o autor.

⁸⁸ Também é importante lembrar que muitos que aqui moravam vieram de outros lugares para estudo e trabalho, então se entende que a capital do estado é o seu local de origem, ou seja, onde moram; posteriormente é que se deslocam para atuar em locais que nós chamaremos de local de atuação II. Quando nos referimos a esse segundo local de atuação é que nos referimos à situação do dirigente que recebe com tarefa do Partido atuar em outro local que não o seu de origem.

Esses casos geralmente ocorriam quando uma grande fábrica instalava-se nesses locais e a direção do Partido entendia que era necessário ter um quadro dirigente atuando para organizar os trabalhadores e também para criar raízes do Partido. Esse foi o caso do dirigente Milton Ivan Heller:

Um pouco depois a gente ouviu que uma discussão que o Partido precisava ter algumas informações sobre Monte Alegre, porque lá ficava a maior fábrica de papel da América do Sul e o Partido não tinha nenhuma informação, não tinha ninguém por lá etc. Daí, como eu era solteiro na época, dispus-me a ir para lá com essa intenção de fazer um apanhado das informações, mas acabei ficando lá por dois anos e meio [...]. Levantamos lá a bandeira da criação do sindicato e aquilo pegou feito um rastilho de pólvora. Em pouco tempo o sindicato chegou a ter três mil filiados (HELLER, 2001, p. 3).

Esse é um dos muitos casos de deslocamento que aconteceram nesse período, pelos mais diferentes motivos, inclusive para tirar de cena os dirigentes visados pelos órgãos de repressão. Outro caso parecido foi o do dirigente Odílio Cunha Malheiros, deslocado para o Sudoeste do Paraná com a função de cobrir os acontecimentos do levante camponês da região: “O Sudoeste foi uma tragédia, porque quando soubemos já estava levantado. Então me mandaram para lá fazer uma reportagem e eu fui” (MALHEIROS, 2001, p. 6). Odílio Malheiros, inclusive, foi um dos que veio de Santa Catarina para o Paraná cumprir uma tarefa nacional do Partido nos anos 1950:

Eu vim de Florianópolis para cá [Curitiba] em 1950, por volta de fevereiro ou março. Naquela época o Comitê Nacional do PCB havia decidido fazer a unificação dos comitês estaduais do Paraná e de Santa Catarina e criou um Comitê Regional. Só ficou fora o Norte do Paraná, que tinha um comitê independente. Os militantes mais destacados daquela época vieram para cá, para, digamos assim, “reforçar o time” paranaense. Viemos então com o companheiro Arnaldo José Sagaz (idem, p.01).

Os dois vieram para o Paraná trabalhar no jornal partidário *Tribuna do Povo* e Odílio assumiu a Secretaria de Agitação e Propaganda do Comitê Estadual.

Mas o que observamos na Tabela III é que a maioria dos dirigentes tinha como local de atuação a capital do estado, o que se confirma na Tabela IV:

Tabela IV - Local de atuação dos Dirigentes Comunistas

	casos	%	% válida
Curitiba	58	65,2	66,7
interior e litoral	20	22,5	23,0
fora do estado	5	5,6	5,7
div cid e estados	4	4,5	4,6
Total	87	97,8	100,0
sem inf.	2	2,2	
Total	89	100,0	

FONTE: o autor.

Dos 89 dirigentes, apenas 4 (4,5%) tinham uma atuação fora do Paraná, enquanto 20 (22,5%) atuavam no interior ou no litoral; a maioria – 58 (65,2%) – atuava em Curitiba, por diversos fatores – como já apontamos, deslocamento profissional, tarefas do Partido ou por fazerem parte do Secretariado, tarefa que exigia a presença em tempo integral do dirigente na capital, onde ficava a sede do Diretório Regional. Somente em alguns casos é que os dirigentes saíam, como vimos, da capital para outras localidades a que o Partido achasse imperativo deslocar alguém⁸⁹. Construindo uma tabela com duas variáveis (local de origem e local de atuação), vemos que, do total de dirigentes, apenas 20 (22,5%) tiveram atuações fora de seus locais de origem, o que inclui os dirigentes que vieram de fora do estado para atuar em Curitiba – 4 (4,6%) – e para atuar no interior do estado – também 4 (4,6%) –; apenas em um caso um dirigente paranaense deslocou-se de Curitiba para compor o Secretariado do Comitê Central do Partido no Rio de Janeiro: Jorge Herlain⁹⁰ durante a década de 1940. A maioria (69 (77,5%)) tinha a capital como residência e como local de atuação:

⁸⁹ Essa era uma prática usual do Partido, inclusive em termos nacionais.

⁹⁰ Jorge Herlain era pai de outro dirigente do Comitê Estadual, Milton Ivan Heller, que tem nome diferente devido ao registro de nascimento, em que o cartorário escreveu erroneamente o sobrenome. Segundo consta, Jorge Herlain, que era ferroviário, foi comunista destacado entre o final da década de 1930 e início da década de 1950; porém, teria sido membro efetivo do PCB antes da reorganização do Partido na famosa Conferência da Mantiqueira em 1943, pois posteriormente não aparece seu nome como membro efetivo do Comitê Central.

Tabela V - Residência e Local de Atuação do Dirigentes Estaduais

Count

	local de atuação			Total
	Curitiba	int e litoral	outros estados	
residência capital		5	1	6
interior	4		4	8
fora do estado	1	1	4	6
Total	5	6	9	20

FONTE: o autor.

Outro fator importante, que traz alguns dados interessantes, é a proporção de dirigentes que escolheu o Paraná para fixar residência. Dentre esses, alguns imigrantes de várias nacionalidades, que aqui fincaram raízes e ligaram-se ao Partido por questões internacionais: a vitória da Revolução Russa de 1917, a guerra contra o nazismo ou mesmo pela história de lutas de seus povos e de seus países, de onde muitos tiveram que fugir para países como o Brasil. Vários desses imigrantes, por questão de sobrevivência e de acordo com suas consciências, trouxeram resquícios do anarquismo e do socialismo que se fortalecia nos países da Europa após a revolução vitoriosa do Partido Comunista russo. Enfim, dentre os dirigentes comunistas que vieram de outros estados e países, podemos contar o número de 43 (48,3%), conforme a Tabela VI:

Tabela VI - Naturalidade dos Dirigentes Estaduais

	casos	%	% válida
Do estado	40	44,9	48,2
De fora do estado	38	42,7	45,8
Estrangeiro	5	5,6	6,0
Total	83	93,3	100,0
sem infor.	6	6,7	
Total	89	100,0	

FONTE: o autor.

Desse total, trinta e oito (42,7%) dirigentes eram de fora do estado e 5 (5,6%) eram de outros países; a respeito de 6 (6,7%) não encontramos informações sobre a naturalidade. Para explicar esse alto índice de pessoas que eram de fora do estado é necessário novamente levar em conta os deslocamentos de dirigentes para o cumprimento de tarefas designadas pelo PCB. Aqui entra o caso dos dirigentes que vieram com a tarefa de dirigir o Partido no estado, da mesma forma que os que assumiram tarefas junto a movimentos populares e sociais⁹¹, como Agliberto Vieira de Azevedo: “Por volta de 1958 estava atuando na organização estadual do PCB no Paraná, onde colaborou no semanário *Tribuna do Povo* e, mais tarde, em *Novos Rumos e Terra Livre*” (CHILCOTE, 1982, p. 268); da mesma forma, Gregório Bezerra “Passou os nove anos seguintes escondendo-se da polícia, mas falando de reforma agrária e organizando os camponeses em ligas e sindicatos, particularmente no Paraná e em Goiás” (*idem*, p. 269).

Os dirigentes estrangeiros do PCB no Paraná totalizavam 5 (5,6%) e eram Jotad Nicolas Kuri, natural de Horus, na Síria; Jorge Herlain, natural da Sibéria, na Rússia; Jorge Karan, natural de Kfour, na Síria; Francisco Paciornick, natural da Polônia, e Israel Jugend, natural de Socol⁹². Entre os que não determinamos a naturalidade, sugerimos a hipótese de haver mais um ou outro de origem estrangeira.

Ainda em relação ao local de atuação, vemos na Tabela VII a relação de membros do Diretório e do Secretariado cruzada com o local de atuação:

⁹¹ Nesse caso podemos incluir o nome de seis dirigentes que eram do Comitê Central: três vieram para serem secretários políticos do Partido no estado (Francisco Antônio Leivas Otero, o Ciro; Mautílio Muraro, o Gustavo, e Agliberto Vieira de Azevedo, o Pedro) e mais três vieram por outras razões para o Paraná (Gregório Bezerra e Élon Costa: Costa veio fugindo da prisão e Bezerra atuou junto ao levante camponês conhecido como revolta de Porecatu, e o jornalista João Saldanha, que atuou no levante camponês que ocorreu no final dos anos 1950 do Sudoeste do Paraná e teve orientação do Partido).

⁹² Chaim Israel Jugend não era filiado ao Partido mas era homem de confiança também em relação às finanças. Em entrevista afirmou que apenas não se filiou porque nunca lhe falaram a respeito. Aqui o incluímos como Auxiliar de Finanças pois ele ajudava diretamente o Secretário de Finanças na captação de recursos para o partido, junto à comunidade judaica de Curitiba.

Tabela VII - Relação entre cargo no diretório X Local de atuação

Count		Local de atuação				Total
		Curitiba	interior e litoral	fora do estado	diversas cidades e estados	
Cargo	sec político	4			2	6
	tesoureiro	3				3
	sec sindical	4	1			5
	organização	5	1			6
	sec agit e prog	7		1		8
	sec massas eleitorais	1				1
	membro diretório	30	16	4	2	52
	membro suplente	3	2			5
	auxiliar financeiro	1				1
Total		58	20	5	4	87

FONTE: o autor.

Na Tabela VII, acima, observamos que, dos 6 (6,9%) que ocuparam o cargo mais importante do Partido, apenas dois eram dirigentes que tiveram atuação em outros estados e cidades e um de quem não se tem informação; sobre eles falaremos mais à frente. Relativamente aos tesoureiros, temos apenas três casos e todos tinham atuação em Curitiba. Desses casos, dois ficaram entre a primeira composição do Diretório Regional – que contou com Vilário Muller entre 1945 e 1947 –, e a segunda composição do Diretório Regional – com Esmeraldo Blasi Jr., entre 1947 e 1948. O terceiro, que ficou por muito mais tempo no período que compreende nosso recorte, foi o dr. Jorge Karan, responsável pelas finanças do Partido por mais de 14 anos, entre 1948 e 1964.

Dr. Jorge Karan era sírio de nascimento e médico de formação; entrou para o Partido por volta de 1948, identificou-se com as finanças e logo foi recrutado para ser o “homem do dinheiro” do PCB no Paraná – por diversos motivos, entre os quais ser médico da classe alta de Curitiba. Isso lhe permitia fazer uma política de arrecadação de finanças muito discreta, aliada ao conceito que tinha como um excelente profissional da área da saúde. Segundo expedito Oliveira Rocha, “O Jorge era aquela figura maravilhosa, tinha amizade com todo mundo, do pobre ao rico, ele que

levantava a finança. Ele morreu com a clínica à disposição dos trabalhadores. Jorge naquela época era um médico quase caseiro. Ele vivia nas vilas, nas favelas, fazendo tratamento dos operários e não cobrava nada” (ROCHA, 2001, p. 25).

Ainda sobre o papel importante que o dr. Jorge Karan desempenhou cuidando da parte de financeira do Partido, completa um outro dirigente do período, Milton Ivan Heller:

Havia o doutor Jorge Karan, que era outra figura história do Partido, também desde os idos de 1930⁹³. Era muito visado pela repressão a tal ponto que já tinha no consultório uma maleta com [cueca] zorba, muda de roupa, pasta de dente. Ele sabia que mais dias, menos dias, os tiras iam lá buscá-lo. Dizia: “Espera um pouquinho que eu vou pegar as minhas coisas”. Pegava e ia... Ele pegou inúmeras cadeias sem motivo nenhum, porque era figura que não ameaçava ninguém – era o Tesoureiro do Partido. Ele era muito bem relacionado na sociedade, tinha uma clínica médica muito concorrida. Muita gente acabava contribuindo com o Partido por causa do dr. Jorge, por ser uma pessoa seriíssima, muito estimada (HELLER, 2001, 12).

Sem dúvida o dr. Jorge Karan ocupou o lugar de maior destaque entre os homens que cuidavam das finanças. Além disso, eram poucas as tarefas que assumia, pois a profissão de médico tomava-lhe boa parte do tempo. Somente em relação à Campanha pela Paz no final dos 1940 e início dos 1950 ele foi eleito Secretário-Geral de uma entidade estadual que reunia os partidários da paz, por desenvolver atividades relacionadas à campanha da paz no Paraná.

Os secretários de Organização totalizaram 6 (5,6%), dos quais cinco tinham atuação na capital: Berek Krieger, advogado; Clodomiro Batista, ferroviário; Elias Neves de Miranda, ferroviário, e Francisco Paciornick, industrial. Apenas um tinha como local de atuação o interior: Nelson Torres Galvão, bancário⁹⁴.

⁹³ Milton Ivan Heller, em sua entrevista, afirmou que o dr. Jorge Karan compunha os quadros do Partido desde os anos 1930. Porém, conforme averiguamos por meio de outros entrevistados, Karan entrou no Partido em 1947; essa informação também pode ser averiguada em sua pasta no Arquivo Público do Paraná, fundo DOPS (pasta n. 1 963, caixa n. 386).

⁹⁴ Dentre os secretários é possível que apareçam nomes que eram dirigentes antes do período que estudamos; isso só não ocorrerá com relação aos secretários políticos e secretários de Finanças (Tesoureiro), pois nesses casos consideramo-los ocupados pelo dirigente, o que não ocorreu com os demais cargos. Podemos observar que esse fato verificou-se porque os nomes que aparecem ocuparam mais de um cargo nas diversas direções estaduais que se sucederam no período 1945-1964.

Os secretários sindicais do Partido foram 5 (5,6%), dos quais apenas um tinha atuação fora da capital, Jayr Freire, bancário, que atuava em Paranaguá; os demais eram: Bernardo Burba Filho, funcionário público; Expedito Oliveira da Rocha, sindicalista; Nascimento Marílio Pereira, pedreiro da construção civil, e Nilo Isidoro Biazzetto, bancário.

Os secretários de Agitação e Propaganda somaram 8 (9,0%), sendo que apenas 3 (3,6%) – Homero Cavalcanti de Quadros, advogado; Izaurino Gomes Patriota, advogado, e Milton Ivan Heller, jornalista – tinham como local de atuação inicial a capital e aqui continuaram. Os outros tinham como local de atuação de origem outras cidades e estados, como Antônio Brito Lopes, portuário, que veio de Santos para atuar em Paranaguá e em Ponta Grossa; Odílio Cunha Malheiros, que foi deslocado de Santa Catarina para atuar em Curitiba; Flávio Ribeiro, advogado e jornalista; Manuel Alberto Azevedo Coelho, advogado, e Hermógenes Lazier, professor e jornalista, saíram de Curitiba para atuar respectivamente na região Norte do Paraná, especificamente em Londrina e Jandaia do Sul, e na região Sudoeste do estado, em Francisco Beltrão.

Com relação aos 3 (3,4%) dirigentes que ocuparam cargos no diretório de Secretário Eleitoral de Massa e Auxiliar de Finanças, é necessário fazer duas observações especiais. Em primeiro lugar, o cargo de Secretário Eleitoral de Massas foi criado assim que o Partido tornou-se legal em 1945. Devido ao rápido crescimento que o Partido teve nos anos após 1945 em que se manteve na legalidade, multiplicaram-se por todos os cantos do Brasil os comitês democráticos de alistamento eleitoral e o Partido tinha aí uma atuação-chave, pois designou para a tarefa dois dos seus mais representativos quadros, Elias Neves de Miranda, ferroviário que fôra responsável pela organização estadual da Aliança Libertadora Nacional (ANL), e Dario Printz, também ferroviário e uma das mais expressivas lideranças do Partido Comunista na década de 1940, como indica José Antônio Segatto:

A necessidade de manter e consolidar o espaço de liberdade colocou, por exemplo a tarefa de criação de “comitês democráticos” ou “comitês populares” ou unidades de vizinhança [...]. O programa desses comitês era basicamente o de lutar pela ampliação da democracia ao nível local, devendo estabelecer uma plataforma que levasse em conta as realidades sociais específicas; ali dentro, em assembléia de massa, deveriam lutar contra a carestia e os

remanescentes fascistas; promover campanha de alistamento eleitoral, reclamar água para o bairro etc. Os comitês formavam Ligas Juvenis, times de futebol, organizavam festas populares e piqueniques (SEGATO, 1981, p. 51).

Como a legalidade do Partido não ultrapassou três anos, esse cargo de Secretário de Massas Eleitorais somente foi utilizado pelo Diretório Regional do Paraná nas duas primeiras gestões legais, em 1945 e 1947; nas quatro reformulações por que o Partido passou entre 1945 e 1964 não houve mais esse cargo.

Em segundo lugar, o cargo de Auxiliar Financeiro nunca existiu na verdade, mas Israel Jugend na prática cumpriu essa tarefa durante os anos de semiclandestinidade após 1947. Existia uma política do Partido voltada para as finanças, que, apesar de clandestino, nunca deixou de atuar. Assim, as contribuições que chegavam ao Partido iam por meio de um esquema montado com diversas pessoas e Chaim Israel Jugend⁹⁵ fazia a intermediação com os setores da comunidade judaica que contribuía para o Partido e de onde provinham boas somas⁹⁶: “O setor judeu apoiava o PCB em nome do ideal ao combate ao anti-semitismo. O apoio ao Partido foi traduzido em suporte financeiro para suas operações. Essa afirmação que pode, em um primeiro momento, parecer estranha, foi na realidade uma das resoluções do Comintern objetivando a união de forças contra o anti-semitismo” (ROEDEL, 2002, p. 147). A contribuição de Chaim Jugend ia além da questão financeira, pois muitas vezes, no período da clandestinidade, ele emprestou sua casa para que se fizessem as reuniões do Diretório Estadual do Partido.

Além da grande ajuda do setor judaico na questão financeira, ao tratarmos da questão da religião entre os dirigentes comunistas veremos uma expressiva presença de judeus nos quadros de direção do Partido no Paraná.

⁹⁵ Tão grande era a participação de Chaim Israel Jugend na questão de finanças que a maioria dos entrevistados, quando o tema abordado era esse, lembravam as contribuições de Jugend – alguns inclusive reconheceram-no como Tesoureiro do Partido.

⁹⁶ Os judeus tiveram na década de 1940 uma grande participação no movimento comunista, principalmente depois do final da II Grande Guerra, em virtude da vitória do Exército Vermelho sobre o exército alemão e também devido à posição de combate ao anti-semitismo adotado pelos comunistas em todo o mundo, como orientação do Comintern.

Todos os dirigentes que ocuparam as funções de Secretário de Massas Eleitorais e Auxiliar de Finanças tinham como local de atuação a capital do estado.

Entremos agora propriamente na composição social e econômica daqueles que compuseram o Diretório no Paraná. Primeiramente vejamos qual a faixa etária dos dirigentes comunistas no estado, considerando um recorte que engloba os anos de nascimento até 1950 (afinal, entende-se que aquele que nascesse depois da década de 1950 seria muito jovem para ocupar um cargo de direção, pois não teria mais do 14 anos em 1964). A Tabela VIII apresenta o ano de nascimento dos dirigentes:

Tabela VIII - Ano de nascimento do Diregentes Comunistas

	casos	%	% válida
ANO 1880 a 1889	1	1,1	1,3
1890 a 1899	3	3,4	3,9
1900 a 1909	20	22,5	26,3
1910 a 1919	24	27,0	31,6
1920 a 1929	16	18,0	21,1
1930 a 1939	11	12,4	14,5
1940 a 1950	1	1,1	1,3
Total	76	85,4	100,0
sem infor.	13	14,6	
Total	89	100,0	

FONTE: o autor.

Observando a Tabela encontramos a seguinte distribuição: de 13 (14,6%) dirigentes não conseguimos identificar precisamente o ano de nascimento, considerando-os, então, como sem informação. Do total de ocorrências válidas totalizamos 76 (85,4%), dos quais nascido entre 1880 e 1889 houve apenas 1 (1,2%); de 1890 a 1899, houve 3 (3,4%) casos, totalizando 4 (4,5%) pessoas que fizeram parte do Diretório Estadual e que nasceram no século XIX. Nos anos de 1900 a 1909 houve 20 (22,5%) e de 1910 a 1919, 24 (27,0%) (o maior índice); entre 1920 e 1929 houve 16 (18,0%), de 1930 a 1939, 11 (12,4%), e somente 1 (1,2%) nasceu nos anos 1940. O mais novo a ocupar cargos de direção foi Hiran Ramos de Oliveira, que entrou para os quadros de Direção já na década de 1960, e o mais idoso foi Júlio Manfredini, conhecido por todos como “vovô” Manfredini. A respeito de “vovô” Manfredini,

alguns falam dele como uma pessoa conciliadora que já na década de 1940, apesar de ser dirigente, era considerado um guru do grupo, por ser muito vivido e ter tido muitas experiências: “O vovô Manfredini por muitos anos foi o Presidente de Honra do Partido. Eu não alcancei mais o vovô na direção do Partido, mas ele era uma pessoa de muito respeito, eles tinham muito carinho com o vovô, em encerramento de reuniões aparecia o vovô Manfredini para fazer o discurso” (ROCHA, 2001, p. 20).

Se tomarmos apenas o total de dirigentes que ocuparam cargos no Diretório Estadual do Partido nascidos entre 1900 e 1930, dos 76 (67,5%) dirigentes de que temos informação com relação ao nascimento, apenas 16 (18,0%) têm ocorrência fora desses anos, ou antes ou depois, como já vimos.

No que diz respeito à formação escolar, temos os seguintes índices, como nos demonstra a Tabela IX:

Tabela IX - Formação escolar dos dirigentes estaduais

	Casos	%	% válida
Grau primário	24	27,0	27,6
secundário	32	36,0	36,8
superior	30	33,7	34,5
sup incompl	1	1,1	1,1
Total	87	97,8	100,0
sem infor.	2	2,2	
Total	89	100,0	

FONTE: o autor.

Do total de dirigentes, vinte e quatro (27,0%) tinham freqüentado os bancos escolares apenas no grau primário⁹⁷; com o grau secundário esse índice já sobe para 32 (36,0%) casos e o grau de nível superior foi alcançado por 30 (33,7%) casos, ocorrendo apenas 1 (1,2%) caso de nível superior incompleto. Para termos uma boa

⁹⁷ Em relação à formação escolar é preciso uma localização temporal, para que não pareça que o Partido tinha um baixo nível: afinal, nos idos de 1930 e 1940, a educação no país ainda era privilégio de uma minoria, que freqüentemente pertencia às classes mais abastadas. Por outro lado, nesse período começava-se a dar os primeiros passos para uma política industrial, o que forçava as elites políticas e econômicas a mudar os olhos do governo brasileiro para a educação.

dimensão desse aspecto, talvez um cruzamento de dados entre o ano de nascimento e a formação escolar dê-nos um parâmetro melhor para a análise dos casos, pois é necessário, quando se analisa a formação escolar, levar em conta de qual período da história brasileira estamos tratando, de maneira a podermos traçar mais claramente um quadro sobre essa questão. Vejamos a Tabela X:

TABELA X - Ano de nascimento x formação escolar

Count		FORMAÇÃO ESCOLAR				Total
		primário	secundário	superior	sup incompl	
N	1880 a 1889		1			1
A	1890 a 1899	2	1			3
S	1900 a 1909	8	6	6		20
C	1910 a 1919	7	10	5	1	23
I	1920 a 1929	3	6	7		16
M	1930 a 1939	1	1	9		11
E	1940 a 1950			1		1
N	Total	21	25	28	1	75

FONTE: o autor.

Ao traçar um perfil sócio-econômico da elite política do Império brasileiro, José Murilo de Carvalho alertou para a importância desse procedimento: “Em primeiro lugar, porque quase toda a elite possuía estudos superiores, o que acontecia com pouca gente fora dela: a elite era uma ilha de letrados num mar de analfabetos” (CARVALHO, 1996, p. 55). É nesse sentido que também nos preocupamos em saber qual é o período da história em que esses dirigentes obtinham sua formação escolar, pois, se levarmos esse dado em conta, observaremos que nas primeiras décadas do século XX ainda era um privilégio raro para a pequena burguesia chegar ao nível superior de ensino. Somente com a mudança de rumo do país após 1930 é que houve uma popularização maior do ensino no Brasil. Para termos um indivíduo formado com nível superior era necessário somar ao seu ano de nascimento pelo menos 20 a 25 anos. Partindo desse princípio, então, teremos no período dos que nasceram entre 1900

e 1909, 1910 e 1919, indivíduos formando-se entre os anos de 1925 e 1935, 1935 e 1940, respectivamente. Em relação aos que nasceram de 1890 até 1909, somente 6 (6,7%) dos dirigentes alcançaram e concluíram o nível superior; os que nasceram entre 1910 e 1939 somam um total de 21 (23,6%) que atingiram o nível de educação superior e apenas 1 (1,2%) com superior incompleto. Isso nos leva a podermos identificar a classe social⁹⁸ desses dirigentes com maior propriedade, pois, segundo os dados que temos, seria impossível classificar a classe social dos dirigentes: a variável “classe social”⁹⁹ é constituída a partir de hipóteses, de modo que, para chegarmos a um valor, mesmo que aproximado, não nos resta senão um procedimento como esse. Veja-se a Tabela XI:

TABELA XI - CRUZAMENTO CLASSE SOCIAL E FORMAÇÃO ESCOLAR

Count		CLASSE SOCIAL			Total
		baixa	média	alta	
FORMAÇÃO ESCOLAR	primário	10	14		24
	secundário	3	26	3	32
	superior	2	21	7	30
	sup incompl		1		1
Total ^a		15	62	10	87

a. Não foram considerados 2(2,2%) casos de dirigentes que não tinham uma ou outra das informações.

FONTE: o autor.

A partir da Tabela XI podemos concluir que eram oriundos de classes mais baixas e menos abastadas apenas 15 (17,2%) dos dirigentes regionais, sendo que 72

⁹⁸ Na grande maioria dos casos dos entrevistados, chegamos à conclusão de sua classe social por meio do cruzamento de dados como formação escolar e profissão. Nesse sentido, podemos comprovar o que outros autores, como Leôncio Martins Rodrigues, José Antonio Sagatto, Gildo Marçal Brandão e John F. Dulles apontaram em seus trabalhos, de que a direção do Partido Comunista no Brasil sempre foi composta, na sua grande maioria, por pessoas oriundas das classes médias.

⁹⁹ A grande maioria dos documentos e fichas individuais do fundo DOPS do Arquivo Público não traz a variável origem social; somente elementos trabalhados em conjunto (ano de nascimento, formação escolar e profissão) permitem-nos identificar a variável classe social em que o indivíduo enquadrava-se. Porém, é importante deixar claro que essa variável é usada para classificar os dirigentes no período de atuação. Para a origem social, teríamos que fazer um levantamento com base em dados genealógicos, o que, no que se refere ao material encontrado no Arquivo Público, também não há condições para fazê-lo.

(82,5%) dos dirigentes provinham das classes média e alta, assim divididos: 62 (71,3%) da classe média e 10 (11,2%) da classe alta. Ou seja: a imensa maioria dos dirigentes comunistas não era de operários, mas sim de segmentos das pequena e média burguesias.

Por que isso acontecia? Por que são os membros da classe média os que estão à frente do Partido Comunista no Paraná, historicamente adotando ações nitidamente voltadas para a ascensão do proletariado como classe para a tomada do poder? Talvez possamos utilizar-nos aqui das formulações de Michels sobre por que os chefes abrem mão de sua boa vida, em sua classe de origem para dedicarem-se a outra classe que não a sua:

Esses elementos que se destacam do bloco burguês para aderir ao proletariado não são, na verdade, muito numerosos. Mas são os melhores [...]; desertando de sua classe de origem, dão uma direção consciente aos instintos ainda adormecidos do proletariado, apressando, desta forma, sua emancipação. [...] Os grandes precursores do socialismo econômico e os grandes representantes do socialismo filosófico, Saint-Simon, Fourier, Owen; os fundadores do socialismo político, Louis Blanc, Blanqui, Lassalle; os pais do socialismo científico, Marx, Engels, Rodberthus, eram todos intelectuais burgueses (MICHELS, 1909, p. 177).

Talvez ainda possamos utilizar o argumento de Gildo Marçal Brandão sobre como o partido da classe operária tinha construído uma ligação com setores da classe média brasileira e da intelectualidade no complicado quadro da reorganização social após 1945:

É com o aliancismo que o marxismo começa a penetrar no rarefeito mundo da alta cultura, não só atraindo para a acidentada órbita do proletariado dois ou três grandes intelectuais como estabelecendo a conexão entre esses dois grupos sociais; com o que se transforma em um fenômeno potencialmente de massa, capaz de incorporar um número ponderável de médios e pequenos intelectuais, e consideravelmente diversificado. [...] Entre 1945 e 1947 [...] a ele a adere quase toda a intelectualidade mudancista e disputa com a União Democrática Nacional lideranças das entidades que a reorganização da precária sociedade civil da época havia gerado (BRANDÃO, 1997, p. 152, 156).

Claro que a intelectualidade não aderiu apenas então às fileiras do Partido, mas após 1945 houve uma situação de legalidade que, com todo o histórico trilhado juntamente pelo PCB e pelos aliancistas nos calabouços do Estado Novo, fortaleceu os laços entre os comunistas e a intelectualidade. Outro fator que corroborou muito com

essa nova ordem entre as classes médias e o PCB foi o novo posicionamento político do bloco soviético, que no período após a II Guerra Mundial adotou uma postura de frentes populares para a realização da revolução: “De fato, durante o período da legalidade, o PCB cresceu bastante e transformou-se na maior organização da América Latina. Nessa mesma época o mundo, sobretudo a Europa, assistiu ao crescimento de diversos partidos comunistas, [que,] desde meados da década de [19]30, ajudou a reverter uma ascensão do nazi-fascismo e propiciou posteriormente significativas vitórias eleitorais para os comunistas” (PANDOLFI, 1996, p. 144).

Como vimos, existem diversas razões para o crescimento do PCB entre a classe média e os intelectuais: reordenamento mundial após 1945; a chegada de imigrantes fugidos da Europa, ainda durante a I Grande Guerra; a aproximação de outras classes sociais que não somente os operários e uma política de abertura conjuntural patrocinada pelo governo Vargas, que deu ao PCB essa fisionomia na sua composição social.

Outra variável importante para a composição social é a das profissões¹⁰⁰, como descreve Leôncio Martins Rodrigues:

Não foi entre pequenos comerciantes, pequenos industriais, ou pequenos proprietários rurais, ou seja, entre os setores dedicados a uma atividade ligada ao jogo do mercado e ao capitalismo competitivo que o PCB (e a esquerda) tiveram maior influência. Mais exatamente, entre as classes médias, os dirigentes do PCB provieram fundamentalmente dos intelectuais (especialmente jornalistas e professores), profissionais liberais (médicos e advogados), e em meados da década de trinta, do Exército (capitães e tenentes) (RODRIGUES, 1986, p. 385).

Sobre o PCB do Paraná, a leitura de Leôncio Martins Rodrigues é extremamente adequada, inclusive a respeito dos militares – pois os militares que apareceram como membros do Diretório ingressaram no Partido na segunda metade da década de 1930, após a existência da ALN. Veja-se o comentário de José Murilo de Carvalho:

¹⁰⁰ Trabalhamos com três variáveis para a discussão de com que os dirigentes comunistas no Paraná trabalhavam. As duas primeiras são profissão e ocupação (a primeira era a profissão do indivíduo e a segunda era o que de fato o indivíduo fazia – como, por exemplo, sendo profissional do Partido) e a terceira é a profissão anterior, a fim de determinar a trajetória profissional do dirigente.

A ocupação, principalmente se organizada em profissão, pode constituir importante elemento unificador mediante a transmissão de valores, do treinamento e dos interesses materiais em que se baseia. Na medida em que o recrutamento de uma determinada elite política se limite aos membros de algumas poucas ocupações, aumentarão os índices de homogeneidade ideológica e de habilidades e interesses. [...] A ocupação pode ser também vista como um indicador de classe social (CARVALHO, 1996, p. 83).

Os profissionais liberais, principalmente advogados, que eram oriundos das próprias elites políticas e econômicas no Império, tiveram ainda muita força e influência nos meios sociais até a década de 1940. O contexto das profissões mudou muito pouco no período que antecedeu a década de 1930, quando começou um esforço mais sério para a industrialização do Brasil, com a criação de um forte parque industrial e tecnológico¹⁰¹. Vejamos então a Tabela XII, com as profissões dos dirigentes:

Tabela XII - Profissão X ocupação dos dirigentes comunistas

Count	OCUPAÇÃO																			Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	
P advogado	7				1							2								10
R militar														3						3
O comercio	1	7					1							1						10
F médico			7				1													8
I operário												1	1	1			1	1	4	9
S professor					5		1				1			2	1					10
Ã ferroviário				9															2	11
O livreiro		1																		1
fun público												2							1	3
administ.						2														2
agricultor							1	3												4
barbeiro																			1	1
dona de casa										1										1
escultor														1						1
jornalista												1				1				2
bancário									5											5
Engº Agron.														1						1
empresário							1								1					2
alfaiate												1								1
Total	8	8	7	9	6	2	5	3	5	1	1	7	1	9	2	1	1	1	8	85

FONTE: o autor.

NOTA: A leitura das colunas são, respectivamente: 1. Advogado, 2. comércio, 3. médico, 4. ferroviário, 5. professor, 6. administrador, 7. vereador, 8. agricultor, 9.

¹⁰¹ Principalmente durante a II Guerra Mundial, quando o governo Vargas negociou a criação de um parque siderúrgico em troca de seu apoio ao Aliados, contra o Eixo nazifacista, composto por Itália, Alemanha e Japão. Ainda assim, até o início da década de 1940 o governo brasileiro nutria certa simpatia pela Alemanha hitlerista, inclusive deportando para lá diversos comunistas envolvidos na Intentona Comunistas de 1935, como foi a situação da judia alemã Olga Benário Prestes.

bancário, 10.dona de casa, 11.gráfico, 12. funcionário público, 13. deputados estadual/federal 14. Profissional do PCB, 15. empresário, 16. jornalista, 17. marceneiro, 18. mecânico, 19. operário.

Essa tabela mostra-nos quais eram as profissões e as ocupações dos dirigentes comunistas. Na profissão de advogado temos 10 (11,2%) casos, sendo que 2 (2,2%) tinham como ocupação o serviço público e 1 (1,1%) era professor e também ocupou uma cadeira¹⁰² na Assembléia Estadual Constituinte de 1947¹⁰³. Os militares que atuavam no Paraná que eram em um total de 3 (3,3%) – todos profissionais do Partido. Os comerciantes eram em um total de 10 (11,2%), mas apenas 7 (7,7%) tinham atuação no comércio; um (1,1%) também era advogado, um (1,1%) era profissional do Partido e Adão Aghar Toledo do Nascimento ocupava uma cadeira de Vereador em Antonina. Os médicos eram 8 (9,0%) – todos exercendo sua profissão e atuando no Partido, com a exceção de Otávio da Silveira, que foi Deputado Constituinte em 1934, e Jorge Karan, que foi Secretário de Finanças por mais de uma década, conciliando a atividade profissional com seu cargo no Partido. Com relação à proporção de operários – que eram ao todo 9 (10,1%), apenas 4 (4,5%) enquadravam-se como tais, os demais distribuindo-se da seguinte forma: Waldemar Reckdal, segundo consta, fôra Deputado Federal em 1934; Mautílio Muraro, profissional do Partido que também fôra Deputado Estadual, mas em São Paulo e que veio destacado para o Paraná para ser Secretário Político entre 1945 e 1947¹⁰⁴; um (1,1%) era marceneiro, um (1,1%) era mecânico de automóveis e 1 (1,1%) era funcionário público da Prefeitura de Curitiba. Os professores somavam um total de 10 (11,2%), sendo que desses apenas 5 (5,6%) tinham o magistério como ocupação, dois (2,2%) eram profissionais do Partido (Hermógenes Lazier e Odílio Cunha Malheiros); Maria Olímpia Carneiro ocupava

¹⁰² Sobre os comunistas que exerceram mandatos falaremos mais à frente; aqui trataremos dos que ocuparam uma cadeira em um das casas legislativas municipal, estadual ou federal.

¹⁰³ No caso dos comunistas que eram da Executiva do Partido e que não são considerados como profissionais do Partido, por serem autônomos e, nesse sentido, conseguiam conciliar suas atividades profissionais com as atividades desenvolvidas no Partido. Nesse caso encontramos advogados, médicos, empresários, professores e os membros das diretorias dos sindicatos e entidades.

¹⁰⁴ Desse dirigente, Mautílio Muraro, consideramos apenas a ocupação que ele teve no Paraná como profissional do Partido, não levando em conta sua ocupação de Deputado Estadual Constituinte na Assembléia de São Paulo.

uma vaga na Câmara de Vereadores de Curitiba; um (1,2%) era gráfico e 1 (1,2%) era empresário. Dos 11 (12,3%), apenas 2 (2,2%) encaixavam-se como operários e não como ferroviários, assim como 3 (3,3%), que eram funcionários públicos, um (1,1%) não era funcionário de burocracia mas operário da companhia de energia elétrica. Dos 4 (4,4%) que trabalhavam como agricultores, um (1,1%) era administrador de fazenda e o outro, que era Manoel Jacinto Correia, ocupava uma vaga na Câmara de Vereadores de Londrina, no Norte do estado. Os bancários todos atuavam na sua profissão. Dos 2 (2,2%) jornalistas¹⁰⁵, um (1,1%) atuava como profissional do Partido. Os demais – que eram 1 (1,1%) escultor, um (1,1%) engenheiro agrônomo, um (1,1%) comerciante e 1 (1,1%) operário – eram todos profissionais do PCB. Apenas sobre 3 (3,6%) não possuímos qualquer tipo de informação utilizável para determinar sua ocupação – ou seja, dos 89 dirigentes, um total de 85 tem a variável “ocupação” determinada.

Outro dado importante que pode ajudar-nos a entender a evolução dessa elite política dos comunistas é a ocupação anterior desses dirigentes. Essa variável também reforça a classe social e aponta o caminho profissional trilhado por essa elite política. Vejamos a Tabela XIII:

¹⁰⁵ Os jornalistas parecem ser poucos, mas nós consideramos nesses casos a primeira ocupação como sendo a principal, ou seja, muitos tinham outra profissão como ocupação principal (advogados, professores etc.).

TABELA XIII - Ocupação Anterior x Profissão dos Dirigentes Estaduais

Count	PROFISSÃ															Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	
O agricultor		1							1	3	1					6
C estudante	4	3	1	7	2	2							2	1	1	23
U militar				1												1
P operário			2		7	3	3	1		1					1	18
Ç professor	1					1										2
Ã prof do partido						1										1
O comerrciante			6				3						1			11
A fun public	1							2				1	1			5
N ferroviário							4									4
T jornalista	2															2
R jornalista																1
I estivador			1			2										3
O corr de segurc						1										1
R autônomo	1						1									4
bancário	1								1			1	1			4
total.		4		8	9			3	2	4	1	2	5	1	2	86

FONTE: o autor.

NOTA: 1 Advogado, 2. militar, 3. comerciante, 4. médico, 5. operário, 6. professor, 7. ferroviário, 8. funcionário público 9. administrador, 10. agricultor, 11. escultor, 12 jornalista, 13. bancário, 14 engenheiro, 15 empresário

Analisando o cruzamento das variáveis profissão e ocupação anteriores¹⁰⁶, teremos: dos 10 (11,2%) dirigentes que tinham como profissão a advocacia, quatro (4,4%) eram estudantes, dois (2,2%) jornalistas, um (1,1%) professor, um (1,1%) funcionário público, um (1,1%) bancário e 1 (1,2%) autônomo; dos 3 (3,3%) dirigentes que tinham por profissão a farda, três (3,3%) eram estudantes e 1 (1,1%) era agricultor; dos 10 (11,2%) dirigentes que tinham por profissão o comércio, dois (2,2%) eram operários e 1 (1,1%) estivador; dos 8 (9,0%) médicos que eram dirigentes, sete (7,8%) eram estudantes e 1 (1,1%) era militar; dos 9 (10,1%) operários, apenas 1

¹⁰⁶ Só consideraremos que o dirigente tinha como ocupação anterior ser estudante em dois casos: 1) quando não há nenhuma citação sobre outra ocupação e 2) quando o dirigente não tinha ocupação anterior mas teve formação escolar no mínimo igual ao nível secundário ou superior.

(1,1%) era estudante; dos 10 (11,2%) professores que fizeram parte da direção do PCB, três (3,3%) eram operários, dois (2,2%) eram estudantes, dois (2,2%) eram estivadores e 1 (1,1%) era corretor de seguros; dos 11 (12,4%) ferroviários, três (3,3%) tinham como ocupação anterior o comércio, três (3,3%) eram operários e apenas 1 (1,1%) era autônomo antes de tornar-se ferroviário; dos 3 (3,3%) que tinham como profissão o funcionalismo público, apenas 1 (1,1%) era operário em sua ocupação anterior; dos 2 (2,2%) administradores, um (1,1%) era agricultor e 1 (1,1%) era bancário; dos 4 (4,5%) dos agricultores, apenas 1 (1,1%) era operário. O único escultor, que era Expedito de Oliveira da Rocha, era de ocupação anterior agricultor, como nos conta:

Saí nas aventuras normais dos nordestinos brasileiros à procura de sobrevivência [...] naquela época, através de uma divulgação paga, feita pelo Governador Moisés Lupion, que abrangia o país inteiro e dizia que no Paraná se refestelava dinheiro [...]. Entrei para formar uma fazenda de café e lá fiquei 15 meses. Cheguei a derrubar 15 alqueires de mato. Tirei alguma safra de lavoura branca (ROCHA, 2001, p. 2).

Se observarmos a Tabela acima, veremos que as ocupações anteriores que aparecem com mais frequência são: 23 (25,8%) estudantes, dezoito (20,2%) operários, onze (12,4%) comerciantes, seis (6,7%) agricultores, cinco (5,6%) funcionários públicos, quatro (4,5%) bancários, quatro (4,5%) autônomos, quatro (4,5%) ferroviários, três (3,3%) estivadores, dois (2,2%) jornalistas e as demais ocupações anteriores ocorreram apenas uma vez.

Os dados apresentados até aqui referem-se à formação social, econômica e profissional dos dirigentes comunistas estaduais. As variáveis que apresentaremos a seguir ligam-se estreitamente à atuação dos dirigentes no interior do Partido: início e término de militância, data de entrada e filiação; como se dava a intervenção dos comunistas paranaenses nos movimentos sociais, entidades, associações e sindicatos em que o Partido atuava e dirigia; a participação dos dirigentes do Partido nas diversas eleições que ocorreram no período 1945-1964; enfim, como se dava a atuação e a organização interna do Partido no Paraná e qual era o seu comportamento durante as cisões e rachas que o Partido enfrentou, principalmente no início dos anos 1960, e

também como foram durante o período de legalidade e de clandestinidade as posições políticas e táticas eleitorais e de ação que os comunistas adotavam para enfrentar as adversidades.

III.3. Os dirigentes – a vida no PCB do Paraná

De todos os dirigentes que analisamos, o que de fato importa para nós é que eles tenham estado na direção do Partido pelo menos durante um determinado tempo, no período entre 1945 e 1964. Talvez tenhamos algumas indagações de porque outros nomes não aparecem como sendo dirigentes. A explicação para esse fato é bem simples: ou não tinham documentos que comprovassem a atuação no Partido nos anos de nosso recorte ou, ainda, não tenham sido citado pelos entrevistados como dirigente estadual¹⁰⁷. Dessa forma, o quadro que apresentaremos diz respeito ao ano do início da militância e não o da filiação. Afinal, do ponto de vista legal o Partido existiu mesmo no Paraná a partir de 1945, ano em que foram criado o Tribunal Superior Eleitoral e o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná¹⁰⁸.

Muitos dos militantes do Partido começaram a militar antes – alguns muito antes de 1945. Houve casos de militantes comunistas no Paraná nos primeiros anos da década de 1930 e de outros que atuaram no movimento que os comunistas dirigiram em 1935, a Aliança Libertadora Nacional (ALN), como demonstra a Tabela XIV:

¹⁰⁷ O que não quer dizer que nossa pesquisa não possa ter deixado de lado um ou outro dirigente. Como argumentamos no início do trabalho, as fontes para a pesquisa são os dados fornecidos pelo entrevistados e também pelos documentos dos arquivos do DOPS, que são fichas e pastas relativas ao PCB no Paraná e ainda pastas individuais dos dirigentes.

¹⁰⁸ Em 1945 aconteceu a criação legal do PCB, mas a organização nacional dos comunistas configura o PCB como o único partido no Brasil que já na década de 1920 tinha uma estrutura vertical nacionalmente estruturada, diferentemente dos outros partidos, que eram fortes apenas em alguns estados; esses partidos eram identificados pelos seus estados de origem, como o Partido Republicano Paulista (PRP), o Partido Republicano Mineiro (PRM); esse tipo de organização perdurou até 1937 (cf. BRANDÃO, 1997).

Tabela XIV - Início da Militância dos Dirigente Estaduais

		casos	%	% válida
A	1930-34	6	6,7	6,9
N	1935-39	22	24,7	25,3
O	1940-44	17	19,1	19,5
	1945-49	19	21,3	21,8
	1950-54	10	11,2	11,5
	1955-59	9	10,1	10,3
	1960-64	4	4,5	4,6
	Total	87	97,8	100,0
	sem infor.	2	2,2	
	Total	89	100,0	

FONTE: o autor.

Assim, os dirigentes que entraram em contato com o partido entre 1930 e 1934 somam 6 (6,7%) casos; dentre os que entraram nesse período estão: Gregório Bezerra, militar, e Adolfo Gináglia, marceneiro, que entraram no Partido em 1930; Dario Printz, ferroviário e um dos homens fortes do Partido entre 1940 e 1950, ingressou em 1932. De data de entrada de 1933, consta somente o nome do funileiro Waldemar Reickdhal, que fôra Deputado Classista em 1934¹⁰⁹; em 1934 entraram para as fileiras do Partido apenas 2 (2,2%) dirigentes: Jorge Herlain, ferroviário, o único dos membros do PCB do Paraná a integrar o Comitê Nacional do Partido como responsável pela área Sindical, e Ângelo Maria Patittutti, alfaiate, dirigente do Partido em Paranaguá, citado posteriormente como um agente infiltrado da repressão do governo Vargas. Dos 10 (11,2%) dirigentes que entraram no Partido em 1935, todos posteriormente cumpriram o papel de evidência nas fileiras do Partido; merecerem destaque o Capitão da Aeronáutica Agliberto Vieira de Azevedo, que foi deslocado para ser Secretário Político do Partido no Paraná no final dos anos 1950; Carlos e Walfrido Previde, da tradicional família de comunistas Previde¹¹⁰; Otávio da Silveira, médico e Deputado Federal em 1934; por fim, Júlio Manfredini, o mais velho e respeitado dos dirigentes

¹⁰⁹ Sobre o mandato de Waldemar Reickdhal, não se tem maiores informações se foi Deputado Classista Estadual ou Federal.

¹¹⁰ A família dos Prevides fez história no PCB do Paraná, pois um bom número de membros da direção do Partido no estado foram membros dessa família. Somente no Arquivo Público, nas fichas do fundo DOPS, há nada menos que nove pessoas de sobrenome Previde.

comunistas do Paraná, carinhosamente conhecido pelo apelido de “vovô” Manfredini¹¹¹. No ano de 1936, apenas 4 (4,5%) dirigentes entraram no Partido, entre eles Arpad Printz¹¹², ferroviário, que foi o primeiro Secretário Político do Comitê Municipal de Curitiba¹¹³; também Antônio Leivas Otero “Ciro”, militar que militou no do Partido do Paraná na metade dos anos 1950, vindo de fora. Em 1937 entraram 2 (2,2%) dirigentes; em 1938, quatro (4,5%), entre os quais Jacob Schmidt, gráfico, e Miguel Pan, ferroviário, um dos líderes da Campanha pela Paz entre 1949 e 1951. Já em 1939 aderiram às fileiras do Partido 2 (2,2%) dirigentes; os dois merecem destaque, pois eram Walfrido Soares de Oliveira, que foi o Secretário-Geral do Partido no período de transição da ilegalidade no Estado Novo para a legalidade advinda da constituição de 1946, e Expedito de Oliveira Rocha, que nos dias atuais ainda é militante do Partido e seu Presidente de Honra (Expedito Oliveira da Rocha, aliás, não se filiou ao Partido no Paraná, mas em Pernambuco). Em 1940 entraram 2 (2,2%) dirigentes, com destaque para o médico Newton Leopoldo Câmara, que foi Vereador em Londrina em 1947; entre 1941 e 1943 entraram apenas 3 (3,3%) dirigentes e em 1944 juntaram-se às fileiras 11 (12,4%) dirigentes partidários, alguns dos quais merecem destaque: José Rodrigues Vieira Neto, advogado e professor, o único Deputado Estadual eleito pelo voto direto no Paraná em 1947¹¹⁴. Vieira Neto, aliás, por questões de visibilidade política para o PCB, que durante a legalidade cresceu bastante, assumiu o cargo de Secretário Político também em 1947; porém, com a cassação do registro do PCB em 1947¹¹⁵, foi cassado – assim como todos os deputados estaduais e federais que o Partido elegera – no início de 1948. De qualquer forma, Vieira Neto continuou à frente do Partido até 1950. Outros dirigentes que entraram no

¹¹¹ Manfredini, no final da década de 1940 e durante a década de 1950, foi eleito o Presidente de Honra do PCB no Paraná. Tinha pouca atuação mas sempre estava por dentro dos acontecimentos e deliberações do Comitê Estadual, inclusive participando das reuniões do Diretório.

¹¹² Arpad Printz era irmão de Dario Printz. Aliás, alguns dos entrevistados dizem que o sobrenome Printz na verdade escrevia-se Prince.

¹¹³ O Comitê instalou-se em 15 de julho de 1945, quatro meses antes da instalação do Diretório Estadual, que se instalou em 17 de novembro de 1945.

¹¹⁴ Todos os comunistas que se elegeram após 1947 foram eleitos por outras legendas, pois o PCB estava ilegal.

¹¹⁵ Sobre o cancelamento do registro do PCB, cf. Resolução n. 1 841, de 7 de maio de 1947, do TSE.

Partido em 1944 foram: Joaquim Moschel, engenheiro agrônomo e dirigente de grande destaque em Curitiba, ainda como estudante; Manoel Jacinto Correa, dentre outras coisas pedreiro e Vereador em Londrina em 1947, juntamente com Newton Câmara; Antônio Carlos Raimundo, que foi Secretário Político do Comitê Estadual, e Flávio Ribeiro, advogado, dirigente do PCB desde os tempos de estudante, quando teve muito destaque em Curitiba, e, depois de formado, foi atuar na região Norte do Paraná, em Londrina. O último que merece destaque era Chaim Israel Jugend, que, apesar de participar das reuniões do PCB, é o único dos que constam como dirigentes que nunca se filiou ao Partido. Em 1945, ano da legalização do Partido, o total de dirigentes que iniciou a militância foi de 12 (13,5%), dos quais ressaltam Adão Aghar Toledo do Nascimento, comerciante, eleito Vereador em Antonina; Ari Steckmann, médico, que foi Secretário Político do Partido no início dos anos 1950, e as três mulheres que fizeram parte da direção do Partido: Maria Olímpia Carneiro, professora, eleita Vereadora pela legenda do Partido Social Trabalhista (PST), juntamente com o suplente, que chegou a assumir a cadeira, Hedel Jorge Azar; Anita Carneiro, que foi Presidente da Associação dos Professores de Curitiba, e Durvalina Alves Batista, líder do movimento das donas de casa. No ano de 1946 apenas 4 (4,5%) dirigentes aderiram ao Partido; em 1947, apenas o dirigente e médico Jorge Karan, que foi quem ficou mais tempo cuidando das finanças do Partido no estado. Em 1948, entraram 2 (2,2%), que merecem destaque: Orlando Ceccon, dono da Gráfica Lítero-Técnica, onde por muito tempo foi rodado o jornal dos comunistas, a *Tribuna do Povo*, e José Rodrigues dos Santos, administrador de fazenda na região de Maringá que ajudou a fundar a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura, CONTAG, sendo inclusive seu vice-Presidente. Em 1950 também entraram para o Partido 3 (3,4%) dirigentes, sendo que dois merecem destaque: Hermógenes Lazier, professor e jornalista, dirigiu o jornal *Tribuna do Povo* entre 1950 e 1964, e Wilson Previde, bancário, membro da direção do PCB no Paraná até os dias de hoje. Em 1952 entraram 3 (3,4%) dirigentes; em 1954, apenas 1 (1,1%); de 1953 a 1956 também entrou 1 (1,1%) em cada ano. Em 1957 ingressaram 2 (2,2%) dirigentes; em 1959, três (3,4%) e, em 1960, último ano

em que se registra a entrada dos dirigentes que fizeram parte da direção até 1964, entraram 2 (2,3%), sendo que merece destaque Hiram Ramos de Oliveira.

Como vimos, muitos desses dirigentes entraram no Partido antes da fase legal. Na Tabela XV vemos quando eles filiaram-se ao PCB, por meio do cruzamento das variáveis de início da militância com o ano de filiação:

Tabela XV - Início de militância X ano de filiação

Count		FILIAÇÃO			Total
		1945-49	1950-54	1955-60	
INICIO DA MILITÂNCIA	1930-34	6			6
	1935-39	21	1		22
	1940-44	16			16
	1945-49	19			19
	1950-54		8	2	10
	1955-59			9	9
	1960-64			4	4
Total		62	9	15	86

FONTE: o autor.

Na realidade, essa tabela vale para aqueles que se filiaram antes de 1945, pois os anos posteriores coincidem o ano de militância com o ano de filiação; o que observamos é que a grande maioria filiou-se ao Partido entre 1945 e 1949: do total de 62 (69,7%), filiaram-se 56 (63%) em 1945; em 1946 apenas 3 (3,4%) filiaram-se; em 1947, somente 1 (1,1%) filou-se; em 1948, três (3,4%) e no ano de 1949 não entrou nenhum dirigente. No período de 1950 a 1954, nove (10,1%) filiaram-se ao Partido, sendo que apenas 1 (1,1%) tem a data de filiação diferente da de início de militância: Jair Freire, bancário, que começou a militar em 1938 e filiou-se em 1951. Por fim, assinaram ficha entre 1960 e 1964 4 (4,5%) dirigentes, dos quais 2 (2,2%) começaram a militância antes da filiação: Arnaldo Assunção, lavrador que, segundo documentos, começou a militância em 1950 mas deve ter feito uma nova filiação no Paraná em 1960, e Dante Leonelli, bancário que começou a militar em 1957 e também se filiou em 1960. Durante os anos de 1961 a 1964 não se filiou nenhum dirigente – mesmo em virtude de que, entre entrar para o Partido e ascender aos quadros de direção, há um

caminho que requer um tempo intermediário como militante e mesmo como dirigente de estruturas inferiores ao Diretório Regional, como células de base e diretórios municipais.

Veamos na Tabela XVI a proporção de dirigentes estaduais que atuavam em diretório municipais:

Tabela XVI - Cargo na Direção Estadual X Cargo nas Direções Municipais

Count		Diretório Municipal			Total
		Curitiba	interior	não	
Diretório Estadual					1
	sec político	2	2	3	7
	tesoureiro			2	2
	sec sindical		1	4	5
	organização		3	3	6
	sec agit e prog	1	5	2	8
	sec massas eleitorais	1			1
	membro diretório	11	21	20	52
	membro suplente	3	2		5
	aux financ			1	1
Total		18	34	35	87

FONTE: o autor.

Com exceção dos dirigentes que se deslocavam para atuar em Curitiba, na Comissão Executiva do Comitê Estadual, daqueles que assumiam a Secretaria Política do Partido e daqueles que estavam no litoral ou na região metropolitana (que tinham facilidade de acesso à capital), todos os dirigentes estaduais tinham também atuação em seus diretórios municipais, ou pelo menos só alçavam vôos maiores após passar por essas estruturas intermediárias do Partido nos municípios. Somente subiam diretamente para a estrutura regional do Partido os dirigentes que vinham destacados de outros estados para assumirem tarefas no Paraná.

Outro dado importante é que a renovação dos quadros de direção era muito limitada, sendo que muitos dos que ascenderem aos quadros de direção do Partido ficaram em média 10 anos como dirigentes estaduais; quando saíam, geralmente não

voltavam a ocupar cargos de direção intermediária. Quando não saíam por falecimento, esses dirigentes ganhavam *status* de conselheiros, como Júlio Manfredini, que se tornou Presidente de Honra do Partido no estado. Vejamos quem foram as pessoas que ocuparam cargos no Secretariado do Comitê Estadual durante o período estudado; a Tabela XVII demonstra como estavam distribuídos esses dirigentes na principal estrutura executiva do PCB estadual, com a visualização dos nomes e dos cargos:

Tabela XVII - Dirigentes com Cargo no Secretariado (Presidium) do PCB

Count

	Cargo no Secretariado (executiva) do Diretório Estadual do PCB						
	sec político	secretário de finanças (tesoureiro)	secretário de organização	secretário sindical	sec de Agitação e Propag.	sec de massas eleitorais	aux financ
N	X						
O	X						
M				X			
E	X						X
				X			
						X	
		X					
			X				
					X		
					X		
					X		
				X			
		X					
	X						
					X		
	X				X		
			X				
			X				
		X					
	X						
Total	6(6,7%)	3(3,4%)	5(5,6%)	6(6,7%)	8(9,0%)	1(1,1%)	1(1,1%)

FONTE: o autor.

É necessário ressaltar que o Secretariado era um coletivo relativamente pequeno, que não ultrapassava seis pessoas; como já dissemos, na maioria das vezes, todos os que fizeram parte desse coletivo tiveram que mudar sua residência para onde era a sede do Partido – no caso do PCB do Paraná, para Curitiba. Eram muito raros os casos em que o dirigente participante dessa estrutura atuasse em local muito distante; geralmente quando um dirigente atuava em lugares mais distantes da capital ele era deslocado para atuar no local onde ficava a sede do Diretório Regional do Partido.

Quando acontecia de um dirigente ter que se deslocar do seu local de origem para passar a atuar no Partido, esse dirigente muitas vezes tornava-se o popularmente chamado de “profissional do Partido” ou, como se falava muito nos anos 1950, quando o dirigente era solicitado que largasse seus afazeres profissionais e passasse a somente viver em função do Partido, era chamado de “desligados da produção”; o Partido, então, assumia o ônus de manter as despesas desses dirigentes:

O próprio Wilson Previde nós tiramos uma época para ser liderança do Partido; tirou licença e depois ele voltou outra vez, o Laélio [Laélio Andrade] também foi de licença [...]; o Jair [Jair Freyre] foi outro que tiramos da produção para atuar no Partido. Tínhamos um monte de funcionários, era uma loucura. Isso é uma coisa séria! Nós tínhamos aquela teoria do ‘partido de quadros’. Então, achávamos que tinha que ter um monte de gente para cuidar do Partido. Cem por cento para o Partido. Tiramos da produção um monte de gente e não podíamos bancar (LAZIER, 2001, p. 17).

Nos anos 1950 o Partido não passava pelos mesmos tempos de bonança por que passara logo após 1945. A falta da legalidade custava-lhe caro; apesar da forte política de finanças que o Partido desenvolvia, existiam prioridades a serem cumpridas e muitas vezes a manutenção dos dirigentes ficava em segundo plano, pois em primeiro lugar estava a organização das lutas e movimentos e a manutenção do jornal.

Por outro lado, os próprios dirigentes deixados em segundo plano, envolvidos por suas consciências revolucionárias, eram os primeiros a concordar que existiam outras prioridades. Afinal, para os dirigentes que por tempos suportaram as piores dores, muitos inclusive as dores físicas do Estado Novo, para manter o Partido em pé, o Partido adquiria uma dimensão que ultrapassava a barreira da lógica e do racional –

o que Jorge Ferreira chama de hierofania¹¹⁶: “O Partido era vivido entre os adeptos não apenas como uma organização política, comunitária e familiar, mas, sobretudo, como uma entidade mítica. Mais precisamente, o Partido surgia para os militantes como uma hierofania. Na acepção mais larga do termo, hierofania é qualquer coisa que manifesta, que expressa o sagrado. Tudo aquilo que surge como sacralizado” (FERREIRA, 2002, p. 44)¹¹⁷.

Se na militância essa hierofania já aparecia como um traço muito forte, nos dirigentes assumia um aspecto consolidado, em que permanecer individualmente em segundo plano era uma das provações para alcançar-se a vitória da revolução socialista, que, segundo o dirigente comunista, só poderia ser alcançado pelo partido da vanguarda da classe operária. Ferreira, ao comentar a atitude de Agliberto Vieira de Azevedo (dirigente do PCB do Paraná no final dos anos 1950) diante de juízes, indica como era forte essa característica nos dirigentes partidários:

Finalmente, diante dos juízes, com altivez declarou: “pertencço ao partido de Prestes, sou um combatente do proletariado brasileiro e, como tal, intransigente contra o imperialismo ianque”. Sua estratégia no tribunal foi a de seguir as instruções do Partido: não capitular, não ceder em matéria de princípios, não temer a condenação nem a morte e transformar a defesa em acusação (LAZIER, 2001, p. 20).

Essa era a determinação que movia os dirigentes do Partido em todo o Brasil. Essa crença no partido de vanguarda era uma característica de todos os partidos comunistas do mundo, antes de assumirem o poder. A fé que essas pessoas depositavam na força do partido para a construção de uma nova sociedade parece que era reforçada a cada nova prisão, pois os dirigentes sempre voltavam à tona para retomar a vida do Partido quando eram soltos. A vida partidária de muitos dos dirigentes que atuavam no PCB era de fato, para todos os efeitos, uma opção cotidiana de fé no partido, determinados que a revolução aconteceria e que o PCB era o instrumento para colocá-la em prática.

¹¹⁶ Jorge Ferreira adota o termo “hierofania” a partir da obra de Mircea Eliade (1980).

¹¹⁷ Jorge Ferreira (2002) não diferencia militantes de dirigentes, pois tratou do imaginário; isso pode ser visto ao referir-se a Agliberto Vieira de Azevedo e Gregório Lourenço Bezerra: ao citá-los, trata-os apenas como militantes e não como históricos dirigentes do PCB.

Aliada a essa crença e determinação no Partido estava a descrença em termos religiosos. Aliás, essa mesma crença que os dirigentes depositavam na organização partidária, eles tinham-na de maneira inversa ao buscar sempre laicizar as discussões, deixando a religião para assuntos secundários. Isso é observado na Tabela XVIII:

Tabela XVIII - Opção Religiosa dos Dirigentes Comunistas

		casos	%	% válida
Opção	ateu	70	78,7	
Religiosa	judeu	10	11,2	11,2
	catolico	1	1,1	1,1
	sem informação	8	9,0	9,0
Total		89	100,0	100,0

FONTE: o autor.

Podemos observar que dos 89 (100%) dirigentes, setenta (78,7%) podem ser considerados sem religião¹¹⁸ e 10 (11,2%) eram judeus¹¹⁹. Houve apenas 1 (1,1%) caso de dirigente que era católico e 8 (9,0%) de que não se tem informações. Talvez a passagem de uma discussão na instalação da Assembléia Estadual Constituinte de 1947, quando se discutia o Regimento Interno, previamente à elaboração da Carta Magna do estado, em que se discutia se se instalaria uma imagem de Cristo no saguão de entrada do plenário, ajude a ilustrar a posição do PCB sobre a questão tão polêmica da religião em suas fileiras:

¹¹⁸ Chegamos a essa conclusão por meio dos relatos dos entrevistados, da ausência de citações a respeito nos documentos e pastas desses indivíduos no Arquivo Público e também do fato de ser uma máxima do marxismo o distanciamento da religião em relação à política, ou seja, a busca por uma discussão laica da política.

¹¹⁹ A aproximação dos judeus ao Partido Comunista tem duas razões prováveis: a primeira é que os partidos socialistas não são anti-semitas, sendo inclusive muitos dos intelectuais desses partidos judeus, como aponta Michels, destacando diversos nomes de líderes judeus, entre os quais Marx, Ferdinand Lassalle e Rosa Luxemburgo (MICHELS, 1982). A segunda razão é que, mesmo dentro da primeira corrente política ligada aos trabalhadores no início do século XX – o anarquismo –, também se contava em suas fileiras inúmeros judeus; como a maioria do movimento anarquista migrou para o socialismo após a vitória de 1917, também o iniciante movimento socialista no Brasil teve marcante presença de judeus.

O Senhor Justiniano Climaco: *E por sermos imperfeitos não devemos nos afastar de Cristo. Devemos ter Cristo à nossa frente para sempre imitarmos a sua perfeição, já que V. Excia. acha que somos imperfeitos.*

O Senhor Vieira Neto: *V. Excia. está querendo impor a sua religião ao outros?*

O Sr. Santos Filho: *Sim. Devemos caminhar para a perfeição.*

O Sr. V. N.: *(ao senhor Justiniano): - O que estou pedindo é que a religião fique no terreno espiritual e resolva os problemas do céu, nós resolveremos os problemas da terra.*

[...]

O Sr. J. C.: *Cristo é de todas as religiões e só nunca foi dos ateus: “Eu sou o alfa e o ômega, o princípio de todas as cousas”.*

[...]

O Sr. V. N.: *Nós estamos aqui em nome do povo, não em nome dos católicos, dos protestantes ou dos ateus. Estamos em nome da maioria imensa do povo (ANAIS DA ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE DE 1947, 1949, p. 180-181; negritos no original).*

Para reforçar essa discussão de como os dirigentes do Partido não tratavam como questão central a religião, é importante notar que participavam do PCB judeus – mas a postura política que se professava no Partido é que o judeu, antes de ser judeu, é cidadão e como tal quer um estado que lhe sirva, independentemente de sua religião, como vemos em Marx: “Bem, diz-se – e o próprio judeu confirma – o judeu deve ser emancipado, não como judeu, pelo fato de ser judeu, não porque professe um princípio geral tão excelente de moral humana; o judeu, como tal, passará a segundo plano: primeiro será cidadão. E será cidadão apesar da condição de judeu e de permanecer judeu, isto é, será e permanecerá judeu apesar de cidadão e de viver num contexto de relações humanas gerais” (MARX, s/d, p. 16).

Retornando à questão política e a como os comunistas enfrentavam as provações mais adversas para levar adiante a bandeira do Partido com toda a determinação, como verdadeiros “soldados do Partido”, talvez seja interessante a discussão que Gildo Marçal Brandão faz sobre a questão da semilegalidade consentida em que o Partido Comunista vivia no Brasil: “Ao lado das opções políticas que fez e das alianças que buscou, a não recuperação, mais até do que a perda, do registro eleitoral acabará por definir os limites da implantação e da ação do movimento comunista durante a República Liberal. Contra-elite com consciência estatal, em sua maturidade empenhada em se constituir como força de governo, mesmo estando fora do governo e desfrutando de semilegalidade consentida” (BRANDÃO, 1997a, p. 31).

Talvez faça sentido a afirmação de Brandão de que o Partido gostava, ou pelo menos tirava proveito, da semilegalidade¹²⁰ após 1947, quando foi cassado o registro do Partido: afinal, o objetivo era conquistar o poder e para isso precisava demonstrar que o sistema capitalista era opressor e autoritário; assim, beneficiava-se da semilegalidade.

O sistema político depois de maio de 1947 não prendeu os comunistas, como o Estado Novo, que vigia anteriormente, ou como o regime militar que veio depois de 1964; a situação pós-1947 apenas tornou os comunistas ilegais para as disputas eleitorais e restringiu sua participação em algumas entidades. E, é claro, intensificou a vigilância sobre esses comunistas, por meio de uma forte política de monitoramento dos militantes e principalmente dos dirigentes comunistas. Na Tabela XIX vemos que todos os dirigentes comunistas foram ou presos ou, pelo menos, monitorados pelo DOPS:

TABELA XIX - Monitoramento X Prisão dos Direntes estaduais

Count		PRISÕES		Total
		sim	não	
MONITORAMENTO	sim	60	23	83
	não		5	5
Total		60	28	88

FONTE: o autor.

Mesmo no período entre a anistia de 1945, que tirou dos calabouços do Estado Novo os dirigentes comunistas, e a cassação do registro em 1947, eles continuaram a ser monitorados pelos agentes infiltrados do DOPS, em suas células e até em direções intermediárias. Segundo consta, existiu até um caso de um infiltrado no Diretório

¹²⁰ Embora cassado o registro do Partido e seus representantes em casas legislativas eleitos em 1946 e 1947, não foram iniciadas perseguições abertas aos dirigentes comunistas, mas apenas um acompanhamento sistemático pelos órgãos de repressão do governo. Os comunistas, inclusive por meio de outras legendas, conseguiram manter-se no jogo eleitoral. Em virtude da força política que representavam, influíam na composição de alianças e apoios políticos.

Regional do Partido no Paraná¹²¹. Esse monitoramento aumentou, e muito, após a cassação do registro do PCB em maio de 1947, como demonstra a carta de um agente do DOPS infiltrado em uma reunião de base dos comunistas em Curitiba, de 27 de novembro de 1946:

Curitiba, 27/11/1946.

Sr. Delegado da D. P. e Social

Cumpre-me levar ao vosso conhecimento que ontem assisti uma reunião do PCB (Célula Marcílio Dias), sito a Rua Ermelino de Leão n. 40.

Foi presidida pelo Sr. Júlio Manfredine, que falou sobre uma circular expedida pelo CM. (Comitê Municipal), sobre a palestra de hoje do Sr. Plínio Salgado, no Teatro Avenida, dizendo que não é permitido pessoa alguma, que pertença ao P.C.B. se aproximar do referido teatro ou aceitar provocações, com pena de ser expulso do P.C.B., para assim demonstrar a capacidade do P.C.B.

Disse-me o Dr. Vieira Neto que falará com alguém não pertencente ao P.R.P., mas que tem muito prestígio com o mesmo, e contará que o P.R.P tem em sua sede um arsenal de guerra pronto para romper contra que desacatar a pessoa de Plínio Salgado, sabendo eles que o P.C.B. irá atacar o citado 'líder'.

Cientifiquei-me do seguinte nome: José Glichelshi, operário da Cia. Força e Luz do Paraná.

Nada mais ocorreu digno de nota.

Respeitavelmente,

Assinatura do agente (Carta contida entre os documentos da pasta n. 1466a, caixa n. 173. Documentos gerais do PCB).

Como vimos, as reuniões e também as pessoas que supostamente eram do PCB eram monitoradas. Dos 89 dirigentes comunistas, não foram controlados pela Delegacia de Ordem Política e Social, ou pela Divisão de Segurança e Informações (DSI), ou, ainda, pela 5ª Região Militar, apenas 5 (5,6%). Sobre as prisões desses dirigentes falaremos mais à frente.

Importante também era o grau de organização que tinha o Partido Comunista no Paraná. Essa organização estava intrinsecamente ligada a quatro condições básicas que cada militante tinha que assumir para o bom funcionamento do Partido, inclusive os

¹²¹ Apesar de não se poder identificar quem era o dirigente que na verdade era um agente infiltrado, segundo consta esse agente chegou ao Partido devagar e, mostrando-se interessado nos problemas do Partido, tão convincente foi em seu desempenho que em poucos meses as reuniões do Partido aconteciam em sua casa. Todavia, não há comprovação desses fatos e o único caso de que se tem fontes sobre um agente infiltrado nas hostes do PCB é de Ângelo Maria Patittutti. De qualquer forma, todo o cuidado na análise desses dados é pouco, pois poderia ser uma tática dos órgãos de repressão para causar cisões internas no PCB, com o lançamento de boatos desse tipo (cf. pasta individual n. 257, caixa n. 287, e a ficha n. 30, pasta n. 754, caixa n. 4 422, de Ângelo Maria Patittutti, arquivadas no Arquivo Público do Paraná, fundo DOPS).

dirigentes, segundo o homem mais forte do Partido depois de Luís Carlos Prestes, Diógenes Arruda: “São quatro as condições leninistas fixadas nos estatutos do Partido que devem ser satisfeitas integralmente pelo militante: aceitar o Programa e os Estatutos do Partido e contribuir para sua aplicação; militar numa das organizações partidárias e nela trabalhar ativamente; aplicar as decisões do Partido; e pagar mensalmente as contribuições financeiras estabelecidas” (ARRUDA, 1982, p. 4).

Todos os dirigentes, além de fazerem parte da estrutura estadual do Partido, tinham por obrigação estatutária participar de um organismo de base ou célula de base. Porém, em determinados períodos de perseguição política, isso se tornava inviável: se cruzarmos os dados dos anos de filiação com a atuação em células, veremos que nos períodos mais acirrados de perseguição, próximos a 1964, existiam muito poucos que eram organizados nessas células. Os resultados que aparecem são de pessoas que tinham atuação em municípios, pois na capital a organização esvaziava-se e o Partido adotava uma postura de partido de quadros, com forte centralização, conforme a tabela XX:

Tabela XX - Ano de filiação e atuação célula de base do PCB

Count		ATUAÇÃO EM CÉLULA DE BASE			Total
		sim	não	sem informação	
FILIAÇÃO	1945-49	44	7	11	62
	1950-54		4	5	9
	1955-60	5	5	7	17
Total		49	16	23	88

FONTE: o autor.

A tabela indica-nos que perto dos períodos de mais acirrada perseguição e semiclandestinidade a atuação de célula era mais difícil, ao contrário de quando havia abertura política. Assim, por exemplo, em relação aos dirigentes que se filiaram entre os anos de 1945 e 1949, nada menos que 44 (48,5%) estavam organizados em células de base, enquanto 7 (7,6%) não estavam e de 11 (12%) não se tem informação (mas provavelmente estivessem, pois fazer parte de uma base era uma regra básica de

funcionamento do Partido). Para o período de 1950 a 1954, apenas 4 (4,5%) dirigentes não estavam organizados em célula e de 5 (5,6%) não se tem informação. Nos anos de 1955 a 1960, que compreende a militância nos anos que antecederam o regime militar, apenas 5 (5,6%) dirigentes estavam organizados em base, outros 5 (5,6%) não estavam organizados e de 7 (7,6%) não se tem informação. Isso vem ao encontro do que dissemos: em tempos mais difíceis havia uma organização mais restrita ao quadros de direção, que se utilizavam de diversos subterfúgios para terem uma atuação das mais discretas possíveis, para que não chamassem a atenção dos órgãos de repressão. Outro fator importante para que as bases parassem de funcionar é que, também nesses períodos em que a vigilância era mais acentuada, os principais membros das células de base eram presos ou ficavam foragidos para não serem presos.

É importante destacar que o grosso das prisões aconteceram antes ou depois do período 1945-1963, confirmando o que dizemos sobre essa organização mais freqüente dos dirigentes comunistas, conforme deixa claro a Tabela XXI:

Tabela XXI - período das prisões de Dirigentes

	casos	%
p antes de 1947	12	13,5
e entre 1947 e 1963	7	7,9
rí 1964 e depois	24	27,0
o ant e depois de 1964	11	12,4
o ant de 1947 e depois	3	3,4
em todas as fases	3	3,4
não foi preso	28	31,5
Total	88	98,9
sem infor.	1	1,1
Total	89	100,0

FONTE: o autor.

Antes de 1947, dezoito (20,3%) dirigentes foram presos; entre 1947 e 1963, foram 21 (23,7%) e de 1964 em diante foram 38 (42,8%) – ou seja, os casos de dirigentes presos depois de 1947 (incluindo aí o pós-1964) perfazem um total de 56 (59,8%) dirigentes; aqueles que não foram presos somam um total de 28 (31,5%) (ou, ao menos, não constam das fichas desses dirigentes prisões). De todas as prisões que

registramos nos documentos desses militantes, o que é de espantar é que apenas o caso de 1 (1,1%) dirigente – dentre todos os que foram presos após a Intentona Comunista em 1935 e depois da instalação do regime militar de 1964 – foi por outro motivo que não ser suspeito de ser comunista, subversivo ou ajudar o PCB – o motivo foi roubo. Esse caso foi do dirigente Clemenceau Rodrigues de Oliveira, ferroviário, acusado de assaltar sacas de café de um depósito: “O fichado foi preso como assaltante, fazendo parte de uma quadrilha de ladrões de café. Tendo sido furtado quase uma centena de sacas de café da Companhia Paraná-São Paulo de Armazéns Gerais em Paranaguá (publicação feita pelo *O Dia*, jornal editado em Curitiba, de 14/03/1950)” (Ficha n. 29 122/1 556, Arquivo Público, fundo DOPS).

Apesar de um dirigente estar envolvido nessa questão do assalto, essa prática de assaltos e seqüestros de personalidades políticas foi utilizada por algumas siglas que se criaram após o racha do PCB, como o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e pela Vanguarda Popular Revolucionária Palmares (VPR-Palmares).

Para as prisões de dirigentes comunistas conseguimos levantar seis tipos de motivos, nos períodos que antecederam o Estado Novo e o regime militar de 1964: 1) atividades comunistas ou ser membro do PCB; 2) suspeito de atividades comunistas ou suspeito de ser membro do PCB; 3) participante do movimento dos partidários da paz, movimento político do final dos anos 1940 e início dos anos 1950, que, com base no Apelo de Estocolmo, pedia a paz e o fim da Guerra da Coréia; 4) Operação Marumbi: apreensão de um caminhão com matérias ligados ao PCB que levou à prisão do comunista Aparecido Moralejo, após o golpe de 1964. A prisão desse indivíduo levou as forças de repressão a muitos outros dirigentes comunistas e também a pessoas que nada tinham a ver com o Partido no Paraná; 5) contribuição financeira para o PCB e 6) assalto, que, como vimos, foi apenas um dos casos de todas as prisões de dirigentes do período.

TABELA XXIII - Motivo da Prisão dos Dirigentes Comunistas

	casos	%	% válida
Motivos			
ativ comunistas	22	24,7	24,7
susp ativ comun	16	18,0	18,0
mov part paz	12	13,5	13,5
op. Marumbi	7	7,9	7,9
contri financ pcb	3	3,4	3,4
assalto	1	1,1	1,1
não foi preso	28	31,5	31,5
Total	89	100,0	100,0

FONTE: o autor.

Vejamos, então, quais motivos levaram os comunistas às prisões. Como sabemos, diversos dirigentes do PCB do Paraná tiveram mais de uma prisão, de modo que, para efeitos de classificação, levaremos em conta a primeira prisão que aparece em seus documentos e fichas. A maioria das prisões dos dirigentes perfaz 22 (24,7%) casos, em que foram presos por atividades comunistas; já 16 (18,0%) dirigentes foram para as prisões apenas por suspeitas de serem agentes comunistas; outros 12 (13,5%) foram presos por envolverem-se com a Campanha dos Partidários da Paz, de que o Partido foi o organizador nacional; sete (7,9%) dirigentes foram presos na chamada Operação Marumbi¹²² e, por último, o caso único do dirigente que foi preso na década de 1950 por assalto.

O Partido tinha uma vida política muito agitada, pois, com raras exceções de dirigentes que se dedicavam somente à atividade partidária, a grande maioria dos dirigentes comunistas também tinha atuação de destaque em movimentos e entidades, inclusive em muitas delas o Partido exercia a força hegemônica de direção, local ou estadual. Em sindicatos e associações o Partido após 1945 construiu uma forte base de apoio para o seu projeto de crescimento, estando presente em praticamente todas as entidades de classe que apareceram, estando inserido nos grandes movimentos. A

¹²² A Operação Marumbi ficou formalmente conhecida pelo nome de Processo 444 e, em virtude dela, diversos comunistas foram presos e muitos outros foram chamados para testemunhos. O processo levou a 5ª Região Militar do Paraná e Santa Catarina a remontar às estruturas do Partido nos períodos anteriores a e durante o regime militar de 1964.

respeito das entidades em que os comunistas ocupavam cargos, veja-se a Tabela XXIII:

Tabela XXIII - Atuação dos dirigentes comunistas em entidades.

Count		ATUAÇÃO EM ENTIDADE		Total
		sim	não	
CARGO	presidente	13		13
NA	vice-presidente	1		1
ENTIDADE	tesoureiro	2		2
	diretor	41		41
	dir. nacional	1		1
	advogado	2		2
	militante	7		7
	sem inf.		22	22
	Total		67	22

FONTE: o autor.

Assim, um total de 13 (14,6%) dirigentes ocuparam cargos de presidentes nas entidades, um (1,1%) ocupou cargo de vice-Presidente, enquanto 2 (2,2%) ocuparam cargos de tesoureiros; também 2 (2,2%) ocuparam cargos de advogados de entidades¹²³, somente 7 (7,8%) eram militantes de alguma entidade e de 22 (26,6%) não se tem informações de atuação em entidades (mas provavelmente tinham algum tipo de militância assim como os demais dirigentes comunistas paranaenses). Eram diretores de entidades 41 (45,9%) dirigentes, em uma das entidades relacionadas abaixo: Aero Clube de Londrina, Associação das Donas de Casa de Curitiba (ADCC), Associação dos Ferroviários do Paraná (AFP), Associação dos Funcionários Públicos (AFP), Associação dos Professores de Curitiba (APC), Associação dos Profissionais dos Ferroviários da RVPSC (APF), Centro Acadêmico Hugo Simas (CAHS), do curso de Direito da Universidade Federal do Paraná, Comitê Popular do Água Verde, Comitê Popular do Bigorriho, Comitê Popular do Centro, Conjunto Paranaense de Teatro, Cooperativa de Trabalhadores Gráficos Elo Ltda., Federação das Mulheres do Paraná

¹²³ Esses casos de advogados eram de profissionais remunerados por entidades. Do ponto de vista de assessoria jurídica o Partido sempre esteve ao lado das entidades dos movimentos social, sindical e estudantil, porém sem prestação oficial de serviços para essas entidades.

(FMP), Federação dos Trabalhadores na Lavoura do Estado do Paraná (FETAEG), Federação e Sindicato dos Bancários do Paraná (FEEB-PR), Frente Nacionalista do Paraná (FNP), Sindicato dos Ferroviários do Paraná, Instituto Brasil-Cuba (IBC), Juventude Comunista (JC), Liga da Organização Estudantil, Ordem de Advogados do Brasil, seção Paraná (OAB-PR), Sindicato da Indústria da Construção Civil, Sindicato dos Agricultores de Curitiba, Sindicato dos Bancários de Curitiba, Sindicato dos Bancários de Londrina, Sindicato dos Bancários de Paranaguá, Sindicato dos Bancários do Norte do Paraná, Sindicato dos Gráficos do Paraná, Sindicato dos Jornalistas do Paraná, Sindicato dos Metalúrgicos de Curitiba, Sindicato dos Operários da Companhia de Força e Luz, Sindicato dos Portuários de Paranaguá, Sindicato dos Químicos do Paraná, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jandaia do Sul, Sociedade Beneficente Garibaldi, Sociedade Cultural Israelita Brasileira do Paraná (SOCIB-PR), Sociedade Tingüi Futebol Clube, União de Trabalhadores Rurais (ULTRAB), União dos Trabalhadores de Curitiba (UTC), União dos Trabalhadores Rurais de Londrina, União dos Trabalhadores Rurais de Maringá, União Nacional dos Estudantes (UNE) e União Paranaense dos Estudantes (UPE).

Além das entidades, esses dirigentes participaram de diversos movimentos sociais organizados pela sociedade brasileira e paranaense, alguns deles com relativo destaque, inclusive em vários em que foram os organizadores e idealizadores ou em que estiveram presentes por afinidades com as causas levantadas nesses movimentos sociais, agrários e urbanos. A Tabela XXIV apresenta um quadro de quantos dirigentes estiveram envolvidos nesses movimentos populares e quantos neles ocupavam cargos de direção e organização, pelo estado do Paraná¹²⁴.

¹²⁴ Ressalte-se que, apesar de estaduais, esses movimentos tinham sede nas capitais – no caso do Paraná, Curitiba.

TABELA XXIV - ATUAÇÃO E FUNÇÃO NOS MOVIMENTOS

Count		ATUAÇÃO EM MOVIMENTOS		Total
		Sim	não	
CARGO	Presidente	7		7(7,8%)
	Dirigente	56		56(62,9%)
	Militante	21		21(23,6%)
	Lider Nacional	3		3(3,4%)
	Sem Infor.		2	2(2,2%)
Total		87(97,8%)	2(2,2%)	89(100%)

FONTE: o autor.

Do total de 87 dirigentes comunistas que contém as duas variáveis cruzadas nessa tabela, temos um percentual de 7 (7,8%) que ocuparam cargos na presidência dos movimentos; três (3,4%) ocuparam lugar de destaque em movimentos nacionais (Agliberto Vieira de Azevedo, que ocupava cargo de direção nacional no Movimento Brasileiro dos Partidários da Paz, e Gregório Bezerra e José Rodrigues dos Santos, que ocupavam lugar de destaque no movimento camponês nacional; como vimos, José Rodrigues chegou a ocupar cargo na Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura, CONTAG); vinte (22,4%) apenas militavam em algum ou vários movimentos e 55 (63,3%) ocuparam algum cargo de direção. Esses dirigentes estavam dispersos entre esses movimentos durante o período 1945-1964: Aliança Nacional Libertadora (ANL), movimento camponês, movimento sindical, movimento estudantil, movimento de mulheres, movimento social, Movimento Paranaense dos Partidários da Paz, Movimento de Solidariedade a Cuba, Comitês Democráticos de Bairros, Movimento Nacionalista do Brasileiro, Movimento O Petróleo é Nosso, Revolta de Porecatu (1948), levante do Sudoeste (1957), movimento pela criação da Companhia Paranaense de Eletricidade (COPEL), Juventude Comunista¹²⁵ e movimento israelita. Todos esses movimentos tiveram a presença dos comunistas paranaenses. Somente de

¹²⁵ A Juventude Comunista foi criada no ano de 1925 e com o tempo adquiriu uma certa autonomia. Os jovens que se organizavam na Juventude Comunista ainda não podiam fazer parte dos quadros do Partido. A Juventude tinha direção e linha política próprias, mas existia um acompanhamento sistemático do Partido para manter os jovens comunistas sobre a influência do Partido.

2 (2,2%) não se tem informações a respeito de suas participação ou mesmo se ocuparam cargo em algum dos movimentos descritos acima.

Outra questão importante referente aos movimentos é que, como os comunistas eram militantes ativos, é possível que tenha havido uma mescla de participação de dirigentes em vários movimentos ao mesmo tempo ou em tempos diferentes – mas tudo leva a crer que, apesar de os dirigentes comunistas receberem tarefas de atuação prioritárias em determinados momentos, acabavam militando em outros movimentos, sem terem uma atuação mais destacada, somente para engrossar os movimentos. Outras campanhas internamente importantes que o Partido organizou foram a campanha pela legalidade do PCB, que se fortaleceu principalmente no final dos anos 1950 e início dos anos de 1960, e, também durante as décadas de 1940 e 1950, houve uma forte mobilização do Partido em todos os locais onde ele estava organizado, por uma imprensa popular. Essas campanhas, que diziam respeito internamente ao Partido, eram muitas vezes levadas em conjunto com a atuação dos dirigentes em outros movimentos pelo Paraná afora.

Vejamos agora a participação dos dirigentes comunistas nos processos eleitorais que ocorreram entre 1945 e 1964, frisando que, do ponto de vista legal, o Partido somente teve atuação em duas eleições – as que ocorreram no fim do ano de 1945, para eleger a Assembléia Nacional Constituinte de 1946, e as que ocorreram no fim do ano de 1946, para a instalação da Assembléia Estadual Constituinte de 1947. Nos outros processos eleitorais o Partido sempre esteve presente, mas por meio de artifícios que conseguiram dar-lhe uma fisionomia própria apesar de legalmente impedido de participar das eleições. A Tabela XXV indica-nos quantos dirigentes comunistas do período 1945-1964 disputaram eleições:

TABELA XXV - Dirigentes que Disputaram Eleições

	casos	%
Candidato à: dep. federal	3	3,4
dep. estadual	22	24,7
vereador	3	3,4
dep. est/fed	3	3,4
dep. est/vereador	4	4,5
senador deputado federal	1	1,1
sem Infor.	13	14,6
não foi candidato	40	44,9
Total	89	100,0

FONTE: o autor.

É importante frisar que não foram apenas os dirigentes comunistas que foram candidatos. Outros militantes e dirigentes intermediários também foram candidatos pelo PCB ou, na época de semilegalidade, por outras legendas. Ainda assim, aqui mostraremos apenas os dirigentes estaduais que foram candidatos a um cargo eletivo. Assim, temos um quadro que se apresenta da seguinte forma: dos 89 dirigentes estaduais, quarenta e nove (56,1%) concorreram a algum cargo eletivo. Porém, muitos concorreram a mais de um cargo, em eleições diferentes; por exemplo, José Rodrigues Vieira Neto foi candidato a Deputado Federal em 1945, candidato a Deputado Estadual em 1950 e candidato a Deputado Federal em 1954. Assim como ele, muitos foram candidatos a Deputado Federal e Estadual, ou a Deputado Federal e a Vereador, ou, ainda, a Deputado Estadual e a Vereador.

As eleições de 1945 só aconteceram para o Congresso Nacional, ou seja, só houve eleições para deputados federais, senadores e Presidente, pois elegia-se uma bancada constituinte. Nesse ano, sete (7,8%) dirigentes foram lançados para Deputado Federal e 1 (1,1%), que era Otávio da Silveira, para Senador, mas Luís Carlos Prestes também concorreu como candidato a Senador e a Deputado Federal pelo Paraná¹²⁶; o candidato a Presidente pelo PCB era Yedo Fiúza. De todos os apresentados para esse

¹²⁶ As normas eleitorais posteriores ao Estado Novo permitiam que um candidato concorresse a mais de um cargo e por diferentes estados da federação. Assim, Luís Carlos Prestes concorreu nessas eleições em diversos estados, em alguns como candidato a Senador e Deputado Federal, sendo eleito Senador pelo Distrito Federal, na época o Rio de Janeiro (cf. CHILCOTE, 1982, p. 312).

pleito não se elegeu ninguém pelo estado. Para sermos mais claros: sete (7,8%) dirigentes foram candidatos a Deputado Federal e, para Deputado Estadual, foram 26 (29,2%) dirigentes do PCB que concorreram distribuídos nas eleições de 1945, 1947, 1950, 1954, 1958 e 1962 – sendo que, como vimos, em 1945 somente concorreram para a Constituinte Federal e 1947 houve eleições apenas para a Constituinte Estadual. Candidatos a Vereador, nas eleições de 1947, 1951, 1955, 1959, 1962¹²⁷ e 1963, também foram 7 (7,6%), em diversas cidades do estado. Nas eleições do início de 1947, dezoito (20,2%) dirigentes foram candidatos a Deputado Estadual, em uma relação aprovada pelo Comitê Central que tinha 29 nomes. O Partido Comunista no Paraná, seguindo a orientação do Comitê Nacional de lançar candidatos em 1950, lançou apenas 2 (2,2%) dirigentes candidatos a Deputado Estadual¹²⁸ e, na verdade, foram candidatos que aproveitaram o espaço político das eleições para apresentar à sociedade as propostas políticas da Frente Democrática de Libertação Nacional (FDLN); os dois candidatos apareceram como candidatos de Prestes no Paraná e em suas plataformas, em suma, está o manifesto da FDNL. As candidaturas estaduais do PCB, nos diversos estados para as eleições de 1950, foram, na verdade, a consolidação da Guerra Fria, que polarizou o mundo em dois grandes blocos econômicos após 1947; com isso, o PCB partiu para a radicalização política, inclusive pedindo aos seus eleitores o voto nulo para Presidente.

Em 1954 foram lançados 2 (2,2%) dirigentes como candidatos a Deputado Federal e 5 (5,6%) como candidatos a Deputado Estadual. Nas eleições municipais de 1955 não foi possível identificar se algum dirigente foi lançado como candidato a Vereador, pois nessas eleições todos os candidatos saíram por outras legendas. Em relação às eleições de 1958, dispomos da informação de que o Partido lançou apenas 1 (1,1%) dirigente como candidato a Deputado Estadual. No processo eleitoral de 1959

¹²⁷ As eleições municipais de 1962 foram realizadas somente para preencher o cargo de Prefeito; nesse ano não houve eleições proporcionais para a Câmara de Vereadores (RESULTADOS ELEITORAIS DO PARANÁ, 1989).

¹²⁸ Os candidatos do PCB na eleição de 1950 foram Manoel Jacinto Correia e Joaquim Mochel. Eles não eram candidatos reconhecidos do ponto de vista legal. Foram candidatos lançados pela FDNL, com um documento em que apontavam nove pontos básicos de transformação da sociedade brasileira, sob orientação do conhecido Manifesto de Agosto de 1950, que radicalizou a política do PCB (cf. CARONE, 1982).

para as câmaras municipais, não se tem notícia de nenhum dirigente que tenha sido lançado. Nas eleições de 1962 foram lançados 3 (3,4%) dirigentes como candidatos a Deputado Federais e 5 (5,6%) como Deputado Estadual. Nas eleições municipais de 1963, última eleição livre antes da instalação do regime militar no Brasil, o PCB lançou 3 (3,4%) dirigentes estaduais como candidatos a Vereador.

A respeito dos eleitos e de seus suplentes no período, temos algumas indicações. Em primeiro lugar, é importante destacar que, dos 8 (8,7%) dirigentes que foram eleitos deputados constituintes, dois, após 1945, fizeram parte da Direção Regional do Partido no Paraná: Octávio da Silveira, médico, e Waldemar Reickdhal, funileiro. Não temos dados precisos sobre se eles foram deputados eleitos pela legenda do PCB ou não. Fora esses dois dirigentes, um total de mais 5 (5,6%) foi eleito nos processos eleitorais que aconteceram entre 1945 e 1963, da seguinte forma: um (1,1%) dirigente (José Rodrigues Vieira Neto, advogado), eleito em janeiro de 1947, com 775 votos; suplentes de Vieira Neto: quatro (4,6%) dirigentes (Manoel Leandro da Costa Jr., estivador, também com 775 votos; Antônio Carlos Raimundo, gráfico, com 454 votos; Nelson Torres Galvão, bancário, 289 votos; Mozart de Oliveira Valin, operário¹²⁹, com 286 votos e Miguel Pan, ferroviário, com 283 votos), todos pela legenda do PCB. Nas eleições municipais que ocorreram no segundo semestre de 1947, houve um total de 5 (5,6%) dirigentes eleitos, sendo dois em Curitiba (Maria Olímpia Carneiro Moschel, professora, e o suplente, que assumiu no decorrer da legislatura, Hedel Jorge Ázar pelo PST¹³⁰); em Londrina também foram 2 (2,2%) dirigentes eleitos (Manoel Jacinto Correia, agricultor, e Newton Leopoldo Câmara, médico – ambos pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)); em Antonina foi eleito Adão Aghar Toledo do Nascimento, comerciante, pela União Democrática Nacional (UDN). Depois das eleições de 1947, somente em 1958 é que um dirigente do Partido apareceu como suplente da bancada de deputados estaduais do PTB (Nilo Izidoro Biazetto, bancário) e em 1963 o sindicalista Expedito Oliveira da Rocha foi suplente

¹²⁹ Mozart de Oliveira Valin não era da Direção Estadual do PCB; deve ter sido um militante de base ou um dirigente intermediário do PCB.

¹³⁰ Entretanto, importa notar que Hedel Ázar não era da Direção Estadual.

da bancada de vereadores do PTB em Curitiba. Esse é o quadro de dirigentes do período estudado que disputaram cargos eletivos; dos resultados obtidos pelos eleitos e pelos suplentes trataremos mais à frente, ao abordarmos as eleições de 1945 a 1963.

A questão que abordaremos a seguir refere-se à produção intelectual dos dirigentes comunistas¹³¹. Como vimos, entre os dirigentes havia profissionais de diversas profissões: advogados, médicos, jornalistas e professores, o que permitiria conferir-lhes o *status* de intelectuais. Todavia, um detalhe pode ajudar a definir melhor quais entre os dirigentes comunistas podiam ser classificados como intelectuais: o que esse dirigente produzia. Nesse sentido, o melhor instrumento é verificar sua participação nos jornais do Partido¹³².

De todos os que escreviam para os jornais do Partido havia ainda aqueles que produziam independentemente, como o Prof. José Rodrigues Vieira Neto, que tinha duas publicações; Hermógenes Lazier, que, como professor de História, posteriormente ao período estudado publicou diversas obras sobre o movimento camponês e sobre história do Paraná. Também posteriormente ao período estudado, o jornalista Milton Ivan Heller publicou várias obras¹³³. As produções intelectuais do Partido estavam estritamente ligadas à produção de artigos para os jornais que o PCB dirigia na época ou à elaboração de panfletos, documentos, manifestos políticos, cartas abertas à população e teses partidárias. Essas tarefas geralmente eram papel dos dirigentes que ocupavam as pastas de Agitação e Propaganda do Diretório Regional do Partido. Na Tabela XXVI vemos o que era produzido pelos dirigentes nesse período:

¹³¹ É importante deixar claro que a análise de produção intelectual dos dirigentes foi feita com base nos documentos coletados no fundo DOPS do Arquivo Público, de modo que pode haver pequenas divergências quanto a quem produzia intelectualmente.

¹³² Falamos aqui em no mínimo três jornais (*Jornal do Povo*, *Tribuna do Povo* e *Novos Rumos* – o último de âmbito nacional).

¹³³ As obras a que nos referimos estão relacionadas nas “Referências bibliográficas” desta pesquisa.

TABELA XXVI - Produção Intelectual dos dirigentes comunistas

	casos	%	% válida
Tipo de produção			
jornal/artigo/livros	5	5,6	10,9
jornal docs PCB	18	20,2	39,1
jornal e movimentos	11	12,4	23,9
não produzia	12	13,5	26,1
Total	46	51,7	100,0
sem inf.	43	48,3	
Total	89	100,0	

FONTE: o autor.

Apesar de destacados dirigentes comunistas, não eram todos que de fato davam-se ao luxo da produção intelectual: dos 89 (100%) dirigentes que compuseram as fileiras do PCB, de 43 (48,3%) não se tem informações se produziam ou não produziam, enquanto 12 (13,4%) dirigentes declaradamente não produziam, nem sequer escreviam matérias para o jornal comunista. Entre os 44 (49,4%) dirigentes que tinham algum tipo de produção intelectual, por mais simples que fosse (como escrever um artigo para o jornal do Partido), estavam distribuídos assim: 5 (5,6%) tinham diversos tipos de produção como livros¹³⁴, documentos escritos para as reuniões, plenárias, congressos e outras atividades do Partido, além de constantemente escreverem para jornais e também manifestos de categorias em lutas e para os movimentos que aconteceram durante o período e de que o Partido tomava parte; onze (12,4%) escreviam regularmente para o jornal do Partido e também escreviam documentos para entidades sindicais e movimentos sociais e 18 (20,2%) dirigentes escreviam, esporadicamente, apenas para o jornal do Partido. Se quisermos ter uma dimensão um pouco maior do grau de produção intelectual no PCB, basta observarmos

¹³⁴ Consideramos aqui todas as obras, principalmente livros, que os dirigentes escreveram, mesmo depois do período estudado. Como vimos, os diversos autores – como Hermógenes Lazier, Milton Ivan Heller, Gregório Bezerra, Agliberto Vieira de Azevedo – escreveram depois do período que nos interessa. Todavia, esses dirigentes, desde quando já eram dirigentes do PCB, tinham uma vida literária muito intensa, pois estavam sempre às voltas com a produção de documentos ou cuidando dos problemas do jornal. Com exceção de Gregório Bezerra, que escreveu um livro de memórias, todos os outros tinham uma vinculação muito própria com os jornais comunistas, inclusive ocupando o cargo de Secretário de Agitação e Propaganda, que na prática eram quem de fato era o responsável pelas publicações dos comunistas, ou seja, o responsável direto pelo jornal do PCB.

a Tabela XXVII para percebermos quais dos 89 dirigentes estaduais produziam intelectualmente:

TABELA XXVII - RELAÇÃO DE DIRIGENTES QUE TINHAM PRODUÇÃO INTELECTUAL

Count		PRODUÇÃO INTELECTUAL				Total
		jornal/arti go/livros	jornal docs PCB	jornal e movimentos	não produzia	
NOME	Agliberto V. de Azevedo	X				1
	Alaor Figueredo				X	1
	Alberto Dambinski				X	1
	Angelo Cajardoni				X	1
	antonio Carlos Raimundo		X			1
	Arii Steckmann		X			1
	Arpad Printz		X			1
	Berek Krieger				X	1
	Carlos Previde				X	1
	Chaim Israel Jugend				X	1
	Claudemiro Batista				X	1
	Clemenceau R de Oliveira		X			1
	Dario Printz		X			1
	Dinarte pereira Brasil		X			1
	Elias Neves Miranda				X	1
	Elson Costa		X			1
	Ervino hauer kwasinski				X	1
	Expedito de O. Rocha		X			1
	Flavio Ribeiro		X			1
	Francisco Luiz França		X			1
	Francisco paciornick				X	1
	Gregório Bezerra	X				1
	Hermógenes Lazier	X				1
	Jahyr Freire			X		1
	João Batista Teixeira			X		1
	Joaquim R. Moschel		X			1
	Jorge Herlain		X			1
	Jorge karan		X			1
	José R. dos Santos			X		1
	José R. Vieira Neto	X				1
	Manuel Jacinto Correa			X		1
	Manuel Leandro da C. Jr.			X		1
	Maria Olimpia C. Mochel			X		1
	Mautílio Muraro		X			1
	Milton Ivan Heller	X				1
	Newton L. Câmara			X		1
	Nilo Izidoro Biazetto			X		1
	Otávio da Silveira			X		1
	Otto Bracarense Costa			X		1
	Raul dias		X			1
	Simon Nicoleviscki				X	1
	Waldemar Reickdal			X		1
	Walfrido previd		X			1
	Walfrido S. de Oliveira		X			1
	Wilson Previdi		X			1
	Zola Cúnico				X	1
Total		5	18	11	12	46

FONTE: o autor.

Como o nosso recorte sobre o Partido Comunista no Paraná vai até meados da década de 1960, não poderíamos deixar, dentro desse quadro relativamente denso de análises, de verificar qual foi a postura política que os dirigentes tiveram com relação, não ao único, mas ao maior racha que o Partido Comunista do Brasil teve em sua história, que foi a divisão política que levou à criação no início dos anos 1960 de dois partidos comunistas no Brasil. Esse racha aconteceu no V Congresso do PCB, em 1960, em que o Partido redirecionou seus esforços no sentido de tornar-se um partido legal, com a atitude de mudar seus estatutos e seu programa para adequar-se aos ditames do TSE (KIELLER, 2002). Essa cisão vivida nas hostes nacionais do PCB teve repercussão em diversos estados, mas no Paraná a repercussão foi pequena, o que demonstra a Tabela XXVIII:

Tabela XXVIII - Posição dos Dirigentes no Racha do PCB em 1960

Count		Como se posicionou?				Total
		ficou no PCB	foi para o PCdoB	saiu antes	expuls o antes	
Cargo	sec político	3		2		5
	tesoureiro	2		1		3
	sec sindical	4			1	5
	organização	4		2		6
	sec agit e prog	5	1	1	1	8
	sec massas eleitorais			1		1
	membro diretório	36	1	16		53
	membro suplente	2		3		5
	aux financ			1		1
Total		56	2	27	2	87

FONTE: o autor.

O PCB no Paraná era um partido que mantinha uma máquina política azeitada e em perfeita sintonia com as orientações do Comitê Central, pois muitos dos dirigentes ficaram no Partido depois da cisão de 1960. A leitura que fazemos desse episódio é que o Partido tinha seus diretórios regionais sob controle, alinhados com a política centralizada do Comitê Central, e que muitas das divergências que ocorriam no interior do principal organismo do PCB não era reproduzidas imediatamente nos

estados onde o Partido estava organizado. Como observamos em diversos de nossos entrevistados, quanto perguntados sobre a posição política que tiveram em relação ao racha de 1960, ouvimos a seguintes posições, como a de Hermógenes Lazier: “Eu sempre defendi a posição oficial. Eu sempre digo o Partido mudou e eu mudei junto, ou eu mudei e o partido mudou junto. Eu tenho que ficar sempre a favor da maioria, nesse processo eu não podia ficar a favor do PCdoB, não tinha sentido. Minha posição sempre foi essa e eu tinha muita clareza em relação a isso. Eu sempre achava, e naquele momento também, que estava certa a posição tomada” (LAZIER, 2001, p. 7). Ou a posição de Nelson Torres Galvão, que passou a condenar o que acontecia na URSS pelo Secretário-Geral do Partido, ou seja, a posição que o PCB defendeu desde o fim dos anos 1930 até a metade dos anos 1950, quando da morte do Secretário-Geral Stálin:

A queda de Stálin foi muito sentida, porque aquela linha de ditadura do proletariado você discutia muito as coisas mas dentro de uma determinada linha. Não saía muito daquilo. Pegou o pessoal de supressa. A gente tinha na realidade aquela linha sectária de trabalho. Posteriormente, em função dos acontecimentos da abertura da União Soviética, a liberação das repúblicas todas de lá, a liberação do regime socialista, a gente evidenciou que ditadura é sempre ditadura, não importa a origem, pode ser militar, pode ser civil, pode ser ditadura do proletariado, ela apodrece no tempo, assim como um país com um partido único. Então o caminho do socialismo tem que ser um caminho aberto, sem se pensar mais em regime ditatoriais (GALVÃO, 2002, p. 4).

Analisando os depoimentos e a tabela acima, em que dos 58 (65,1%) dirigentes que estavam na direção do Partido durante os episódios do grande racha que o PCB viveu em 1960, apenas 2 (2,2%) dirigentes foram para o PCdoB – Manoel Jacinto Correia, agricultor, e Odílio Cunha Malheiros, professor e jornalista. O primeiro saiu do Partido, segundo alguns dos entrevistados, por questões particulares e não por divergências ideológicas ou com a direção do Partido. Já Odílio Cunha Malheiros, que na época da reorganização do PCB militava em Porto Alegre, conta-nos porque foi para o PCdoB:

Eu militava no PCB, no Comitê Municipal de Novo Hamburgo [...]. Nós fomos a Porto Alegre para participar de uma reunião com o Amazonas [João Amazonas] e outros comitês [...]. Éramos contra a mudança de nome porque achávamos oportunismo. Então veio a proposta: Partido Socialista Revolucionário, e nós rejeitamos. O Comitê de Novo Hamburgo já tinha

feito uma resolução: “já que eles mudaram o nome nós ficamos com o antigo. Eles é que mudaram. Nós não mudamos. Vamos colocar PCdoB”. Então nessa reunião ficou estabelecido isso (MALHEIROS, 2001, p. 2).

Apesar de ter sido um processo traumático a médio prazo para o PCB, a curto prazo foi uma questão que não trouxe grandes problemas para o Partido do Paraná: além de ter sido um número baixo de dirigentes que saíram, essas baixas só começaram a acontecer em 1962, quando o Partido, segundo seus fundadores, passou a reorganizar-se.

No mais, no Paraná houve 27 (30,3%)¹³⁵ dirigentes que deixaram de militar antes da histórica cisão do PCB e 2 (2,2%) que foram expulsos do Partido em outras épocas – Vilário Muller, funcionário público, e Homero Cavalcanti de Quadros, advogado. Tudo indica que esses dois dirigentes foram expulsos porque reproduziam idéias ou por identificarem-se com os trotskistas na década de 1940¹³⁶.

Um último aspecto que abordaremos é a atuação no jornal do Partido. Especificamente da história do jornal trataremos no capítulo IV, mas é importante desde já deixar claro que o jornal tinha a importante missão de unificar os discursos da Direção Estadual do Partido – tanto que mesmo no período de semilegalidade o jornal não deixou de existir. Juntamente com a política de finanças, a área de comunicação – especificamente o jornal – era a grande prioridade do Partido, pois todos os esforços eram no sentido da manutenção ininterrupta da sua circulação. A ajuda de custo aos dirigentes eram atrasadas, da mesma forma que diversos compromissos, mas o jornal tinha que sair todas as semanas. Nesse sentido, todos os dirigentes tinham

¹³⁵ Talvez tenhamos um número relativamente grande de pessoas que deixaram de militar antes do racha de 1960, porque perderam a perspectiva na atuação do Partido e, como os dirigentes maiores engalfinhavam-se em uma disputa para ver quem comandaria o Partido, esses dirigentes acabaram abandonando-o. Fazemos esse comentário porque alguns dos entrevistados notadamente tinham algum tipo de ressentimento com o rumo que o Partido tomou.

¹³⁶ Leon Trotski fundou o Exército Vermelho e, juntamente com Josef Stálin, era um dos dois prováveis sucessores de Lênin para assumir o Partido Comunista Soviético e também o cargo de Secretário-Geral do partido (que, em tese, era também o Presidente da União Soviética). Mas foi Stálin quem assumiu o cargo de Secretário-Geral e começou uma perseguição implacável a Trotski, que criticava o rumo da construção do socialismo na União Soviética. Trotski defendia a tese que da revolução permanente, ao invés da revolução em um só país. Como resultado da disputa e da perseguição stalinista, Trotski foi exilado no México e depois assassinado, segundo alguns historiadores a mando de Stálin.

compromisso com alguma tarefa de um dos jornais que o Partido mantinha no Paraná: entre 1945 e 1949, o *Jornal do Povo*; entre 1949 e 1964, o jornal *Tribuna do Povo*. Durante esse período também tiveram entrada no Paraná os jornais editados nacionalmente pelo Partido, principalmente no início dos anos 1960: o jornal *Novos Rumos*, que inclusive tinha como funcionário no estado o próprio Secretário-Geral, que na época era Agliberto Vieira de Azevedo. Todos os dirigentes tinham uma cota mínima de jornais; os demais tinham como tarefa escrever para o jornal e outros eram responsáveis diretos pelo jornal do Partido; como demonstra o Organograma no início deste capítulo, a imprensa era ligada diretamente ao Comitê Regional; mesmo estando localizada na capital, não tinha nenhum tipo de relação direta com o Comitê Municipal de Curitiba. Vejamos na Tabela XXIX qual era o envolvimento da maioria dos dirigentes comunista com o jornal.

Tabela XXIX - Atuação dos Dirigentes Estaduais nos Jornais do PCB

	Casos	%	% válida	
Função nos Jornais do PCB	dir Jorn do Povo	2	2,2	2,6
	dir trib do Povo	2	2,2	2,6
	edit trib do Povo	1	1,1	1,3
	dir Novos Rumos	2	2,2	2,6
	func trib Povo	2	2,2	2,6
	colab JP/TP	16	18,0	20,8
	col. ativ JP/TP	36	40,4	46,8
	col nov Rumos	2	2,2	2,6
	col atriv NR	6	6,7	7,8
	col ativ TP/NR	8	9,0	10,4
	Total	77	86,5	100,0
	sem inf.	12	13,5	
	Total	89	100,0	

FONTE: o autor.

Pelas informações obtidas, dos 89 (100%) dos dirigentes, apenas 12 (13,5%) não cumpriam nenhuma tarefa em relação aos jornais que o Partido editava; os demais 77 (86,5%) desempenhavam alguma função ou tarefa nos jornais.

Os diretores dos jornais no estado eram 5 (4,5%), sendo que 2 (2,2%) foram diretores do *Jornal do Povo* durante os três anos em que existiu e 2 (2,2%) foram

diretores durante os quatorze anos de existência da *Tribuna do Povo*; a sucursal do jornal *Novos Rumos* no Paraná teve também 2 (2,2%) dirigentes. Foi editor do jornal *Tribuna do Povo* apenas 1 (1,1%) dirigente, provavelmente porque o cargo foi posteriormente extinto; houve 2 (2,2%) dirigentes que foram funcionários da *Tribuna do Povo*¹³⁷. Muitos desses dirigentes que ocuparam a diretoria e a editoria desses jornais ocupavam no Partido o cargo de secretários de Agitação e Propaganda.

Em relação aos colaboradores dividimos os dirigentes em duas categorias: simples colaboradores, em que consideramos que os dirigentes tinham pequenas tarefas, que não ultrapassam o mero estabelecimento de uma cota de jornais para vender e a divulgação do jornal. Esses colaboradores geralmente não escreviam para o jornal, apenas eram multiplicadores das teses e orientações que a linha editorial apresentava. Nessa categoria encontramos 16 (17,9%) dirigentes estaduais que colaboravam com os jornais *Jornal do Povo* e *Tribuna do Povo* e 2 (2,2%) que eram colaboradores do jornal *Novos Rumos*. A outra categoria engloba os colaboradores ativos, que em suas funções em relação ao jornal escreviam constantemente materiais e artigos, além de serem dirigentes que tratavam da sua estrutura e manutenção financeira. Esses colaboradores ativos somavam 42 (47,9%) dirigentes para o jornal *Tribuna do Povo*, enquanto 14 (15,7%) dirigentes eram colaboradores ativos do jornal *Novos Rumos*. Esse panorama deixa claro o tamanho da importância que o jornal assumia como instrumento unificador dos discursos e da política dos comunistas paranaenses.

III.4. Homens fortes do PCB – os cinco secretários-gerais do Paraná

Nos 19 anos que compreende o nosso recorte, o Partido teve cinco secretários-gerais, ou secretários políticos, como eram chamados, que se alternaram na direção partidária, como sendo os homens fortes do Partido. É a partir deles que apresentaremos as cinco direções estaduais do período. Esses homens foram, pela

¹³⁷ Esses funcionários eram remunerados pelo jornal. Mas outros dirigentes que ficaram responsáveis pelo jornal recebiam uma ajuda de custo do Partido e não do jornal.

ordem em que assumiram o cargo: Walfrido Soares de Oliveira, ferroviário, que dirigiu o Partido de 1943 a 1947 (ANEXO I); José Rodrigues Vieira Neto, advogado e professor, que dirigiu o Partido de 1947 a 1950 (ANEXO II); Ari Steckmann, médico, que dirigiu o Partido de 1950 a 1955 (ANEXO III); Mautílio Muraro, metalúrgico, dirigiu o Partido de 1955 a 1957 (ANEXO IV) e Agliberto Vieira de Azevedo, ex-militar e jornalista, dirigiu o Partido no Paraná de 1958 até 1964 (ANEXO V).

O primeiro Secretário Político do Partido após 1945 foi Walfrido Soares de Oliveira¹³⁸, brasileiro, natural de Curitiba, nascido em 25 de janeiro de 1914, filho de Augusto Soares de Oliveira e Elfrida Soares de Oliveira, casado com a dirigente municipal e suplente do Comitê Estadual do PCB Iracy Soares de Oliveira. Com formação escolar secundária, iniciou sua vida profissional como comerciante e depois entrou na Rede Ferroviária Paraná-Santa Catarina (RVFPSC), onde teve contato com o Partido Comunista; terminou sua carreira profissional como bancário do Banco do Estado do Paraná (Banestado). Ainda na década de 1930 começou a militar na Juventude Comunista; logo que ingressou na rede ferroviária começou a envolver-se com as questões de sua categoria e passou atuar no movimento sindical. Já em 1935 figurava nos arquivos do antigo DEOPS: “Foi identificado como comunista militante, preso em 20.12.1935, seguiu para o Rio de Janeiro a requisição do Ministério da Guerra” (Ficha do DOPS n. 23 931 – Walfrido Soares de Oliveira. Arquivo Público do Paraná, Fundo DOPS); Oliveira seria ainda preso em 1936 e 1937. Com um crescimento relativamente rápido tornou-se liderança entre os ferroviários e ascendeu de maneira rápida aos quadros de direção do PCB no Paraná, na época ainda muito incipiente no estado. No início da década de 1940 transformou-se em uma das principais lideranças do Partido no Paraná: “O Del. Estadual do Segurança Política e Social do Rio enviou a esta delegacia uma anotação apreendida no arquivo do encarregado da organização do PCB, na qual consta o seu nome” (*ibidem*). Por volta de 1942 assumiu a direção do Partido no Paraná, como Secretário Político do PCB. Em 1943, quando grupos de comunistas de São Paulo, Bahia e Minas organizam a

¹³⁸ As informações a respeito desse dirigente foram obtidas por meio das entrevistas, da ficha n. 2 274/01 e da pasta n. 3 678, caixa n. 490 – Walfrido Soares de Oliveira, do fundo DOPS, do Arquivo Público do Paraná.

Conferência da Mantiqueira¹³⁹: “[...] A II Conferência Nacional do PCB, conhecida como conferência da Mantiqueira (nome saído de onde a conferência se realizou), em 27 de agosto de 1943. Compareceram delegações do Distrito Federal, Pará, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul e outros estados e três assuntos foram abordados: política, organização e a escolha de um novo Comitê Central” (CHILCOTE, 1982, p. 89).

Pelo Paraná, o único a participar foi Walfrido Soares de Oliveira, na modalidade de delegado. Essa conferência na prática reorganizou o Partido, que estava praticamente esfacelado pela instalação do Estado Novo.

Logo em seguida à Conferência, o Partido preparou-se para tornar-se legal. Oliveira, que já respondia pelo Partido, tornou-se o primeiro Secretário Político legal no Paraná. Em uma viagem ao Rio de Janeiro, Prestes pediu-lhe que ficasse responsável no Paraná: “O Walfrido era assim também, tanto que o Luís Carlos Prestes deixou-o como o líder do Partido aqui no Paraná. Quando ele foi ao Rio de Janeiro o Prestes disse: ‘O Partido lá vai ficar em suas mãos’” (OLIVEIRA, 2001, p. 11). Logo após a legalidade, Oliveira assumiu a tarefa, juntamente com Arpad Printz, de serem o responsáveis pela divulgação da palavra de Luís Carlos Prestes no Paraná. Com outros membros da Direção do Partido e outros militantes comunistas, foi candidato a Deputado Federal em 1946, pela chapa do PCB, quando fez um total de 114 votos. Também foi candidato a Deputado Estadual em 1947, mas não se tem informação de sua votação. Ainda no ano de 1947 deixou o cargo de Secretário-Geral para que assumisse o cargo o Deputado eleito pelo Partido, José Rodrigues Vieira Neto. Walfrido Soares de Oliveira militou na direção do Partido Comunista do Brasil até a metade dos anos 1950, quando ingressou no Banestado; por algumas divergências internas com outros dirigentes e por estar com filhos pequenos, afastou-se do Partido, para dar prioridade à sua vida profissional. Nas épocas de semicladestinidade do Partido era conhecido pelo codinome de “Alemão”.

As atividades de maior destaque no período em que Oliveira foi Secretário Político do Partido no estado foram: grande desarticulação nacional com muitos

¹³⁹ Sobre a Conferência da Mantiqueira, cf. Chilcote (1982), Rodrigues (1986) e Kieller (2002).

líderes comunistas presos; a Conferência da Mantiqueira e a eleição do novo Comitê Central; a volta do PCB à legalidade; eleição de Prestes como Senador, juntamente com uma bancada de 15 deputados federais; a III Conferência Nacional, de que o Paraná participou; a eleição como Deputado Estadual de José Rodrigues Vieira Neto, pelo PCB, e a eleição dos vereadores por outras legendas em 1947.

O segundo Secretário-Geral foi José Rodrigues Vieira Neto¹⁴⁰, nascido em Rio Negro, no Paraná, em 15 de dezembro de 1912, filho do renomado Professor Ulysses Falcão Vieira e de Carmem Alves Vieira e casado com Irmínia Carneiro Viera, membro de família abastada. Vieira Neto, como seus companheiros de Partido chamavam-no, tinha formação superior, era advogado, professor e jornalista. Veio para Curitiba para estudar e acabou fixando residência na capital do estado. Entrou em contato com o Partido Comunista Brasileiro por volta do início da década de 1940. Devido à sua boa formação e eloquência no movimento estudantil, ocupou rapidamente lugar de destaque: “[...] ele foi grande no Partido, foi eleito Deputado pelo Partido. Nos comícios ele empolgava as massas. Eu lembro-me de que havia comícios e ele dizia assim: ‘constituente, constituinte, constituinte’” (*idem*, p. 4).

No começo de sua militância teve mais atuação no Comitê Municipal de Curitiba e depois, em 1947, é que conseguiu projeção estadual, pelo fato de ter sido eleito, no pleito de 1947, Deputado Estadual pelo Partido – aliás, o único Deputado Estadual comunista eleito, até os dias de hoje, pela legenda do PCB¹⁴¹.

José Rodrigues Vieira Neto já fôra candidato a Deputado Federal Constituinte em 1945, alcançando 1 469 votos, sendo o mais votado da chapa do PCB, mas o Partido não fez o coeficiente necessário para eleger ninguém no Paraná. Nas eleições de 1947, saiu candidato novamente e foi eleito¹⁴² com 775 votos, a mesma votação que

¹⁴⁰ As informações a respeito desse dirigente foram obtidas por meio das entrevistas, da ficha n. 6 524/02 e das pastas n. 2 193 e 2 194, caixa n. 400 – José Rodrigues Vieira Neto, do fundo DOPS, Arquivo Público do Paraná.

¹⁴¹ Houve um deputado comunista de nome Márcio, eleito em 1985, mas pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), e de quem não se tem notícias concretas sobre sua atuação como deputado.

¹⁴² Sobre o mandato de Vieira Neto, ver os *Anais da Assembléia Legislativa de 1947* (1949) e Costa (1984).

obteve o primeiro suplente, Manuel Leandro da Costa Júnior, estivador. Por algum critério de desempate foi Vieira Neto quem assumiu a vaga.

Como Deputado Estadual, de acordo com vários depoimentos, foi brilhante; com sua capacidade de oratória fazia discursos brilhantes no Plenário da Assembléia; às vezes vinham pessoas de longe somente para ouvir os discursos de Vieira Neto. O seguinte trecho de um discurso seu na Assembléia demonstra que era um parlamentar bem preparado e que conhecia bem os trâmites burocráticos dessas casas de lei:

Sr. Presidente, pedi a palavra para definir a posição política do meu partido, o Partido Comunista do Brasil, perante esta douta assembléia [...]. Em consequência da derrota do nazismo na Europa, das conquistas democráticas do povo em praça pública, o meu partido, o glorioso Partido Comunista do Brasil, veio para a legalidade, e durante todo esse tempo nos mantivemos como defensores intransigentes da ordem e da tranqüilidade, demonstrando justeza de nossa linha política pela justeza de nossos próprios atos e temos dado o exemplo notório de que lutamos pelos princípios democráticos, de que queremos um ambiente de ordem e de tranqüilidade. [...] Esta nossa política é conhecida e proclamada há mais de um ano e meio de legalidade do nosso Partido e veio mostrar que somos os melhores defensores da lei, da ordem propugnando pela constitucionalização do país e pela realização de eleições livres e honestas nas datas marcadas (ANAIS DA ASSEMBLÉIA, 1949, p. 10-11).

Porém, com a cassação do registro do Partido Comunista, os deputados eleitos pela legenda do PCB foram cassados no início de 1948. Segundo Izaurino Gomes Patriota, que era assessor parlamentar, Vieira Neto, quando foi cassado, recebeu homenagem de todos os partidos da Assembléia: “Quando o Vieira Neto foi cassado, nós acompanhamos um grupo de parlamentares à casa dele. Foi um momento traumatizante e de muito desgosto [...]. E foi cassado com homenagens de todos os partidos. Todos os partidos fizeram discursos homenageando e lamentando sua saída da Assembléia, pois era um homem que estava dando grandes contribuições, inclusive para a elaboração da constituição estadual” (PATRIOTA, 2003, p. 14).

Ainda como Deputado Estadual, no ano de 1947 José Rodrigues Vieira Neto assumiu a Secretaria Política da Direção Estadual – parece-nos que para dar maior visibilidade ao Partido, pois Vieira Neto alcançara projeção estadual com sua atuação no parlamento. Depois da deputança estadual e da cassação de seu mandato, por ter sido ao mesmo tempo considerado um excelente parlamentar e cruelmente injustiçado com a perda do mandato, virou uma espécie de Luís Carlos Prestes do Paraná; nos

anos seguintes o Partido soube tirar proveito dessa popularidade, pois nas eleições para vereador de 1947 e 1950 apresentou os candidatos como os de Prestes e Vieira Neto.

Vieira Neto transformou-se, então, em uma pessoa de muito prestígio na sociedade paranaense, tanto como professor catedrático de Direito quanto como advogado e liderança política. Devido à turbulência política na década de 1950, deixou de ser o Secretário Político do PCB no Paraná, mas não deixaria de integrar a Direção Executiva do Partido no estado.

Foi preso em duas ocasiões: durante a Campanha da Paz no final dos anos 1940 e início dos anos 1950 e durante o processo n. 444, denominado Operação Marumbi, chefiada pela 5ª Região Militar de Santa Catarina e do Paraná, que, depois de 1964, mapeou as atividades dos comunistas nos dois estados.

Em entrevista, Hermógenes Lazier afirmou que a História e a Ciência Política têm que se debruçar sobre a interessante figura política de José Rodrigues Vieira Neto:

Na última reunião, eu era o Presidente do PPS estadual, aqui em Maringá. Eu propus que fosse aprovada a carta de Maringá. Essa carta de Maringá tem uns 20 itens. Em um deles levanto a importância de que se estude a história do Vieira Neto, porque ele foi uma das figuras realmente extraordinárias na história política do Paraná e na história política do Partido Comunista do Paraná. Foi ele quem criou a Ordem dos Advogados aqui e foi o primeiro Presidente. Ele era o maior tribuno que passou pelo Paraná até hoje. Ele era professor universitário e Doutor na Faculdade de Direito [...]. Não sei se você, mas alguém tem que fazer estudo sobre o Vieira Neto (LAZIER, 2001, p. 5).

Vieira Neto ficou na Secretaria Política do Partido até o início de 1950. Quando faleceu ainda era membro da Direção Estadual do Partido. Apesar de nunca ter sido, ou, pelo menos, de não se ter notícias que tenha sido membro do Comitê Central, nas décadas de 1950 e 1960 era elemento de ligação entre os diretórios Regional e Nacional. No momento de maior repressão política na década de 1960, era conhecido pelo codinome de “Macedo”.

Os eventos de maior destaque enquanto Vieira Neto foi Secretário-Geral do Partido no Paraná foram: a cassação do registro do PCB em 1947; a cassação do mandato de todos os parlamentares comunistas eleitos em 1947 pelo PCB, inclusive o próprio Vieira Neto; a revolta camponesa de Porecatu; a campanha pela criação da

COPEL, contra a Companhia de Força e Luz, e o início do Movimento dos Partidários da Paz no fim dos anos 1940.

O terceiro Secretário-Geral foi Ari Steckmann¹⁴³, médico. Nascido em 1923, natural de Bagé, no Rio Grande do Sul, não encontramos informações sobre seus pais, formação superior, embora fosse médico por profissão. Era judeu, de classe abastada. Começou sua militância muito jovem no movimento estudantil e na Juventude Comunista; iniciou sua militância no Partido Comunista aproximadamente em 1943. Desde os tempos de estudante tinha atuação destacada no Comitê Municipal de Curitiba. Em sua célula de base, chamada Franklin Roosevelt, desde o início ocupou posição de mando. Durante um tempo licenciou-se do Partido no Paraná para participar de cursos de formação e aperfeiçoamento no Rio Grande do Sul; em seguida, ao retornar ao Paraná, retomou suas ligações com sua célula de base e assumiu importantes tarefas no Comitê Municipal, como consta de sua ficha: “Viajou para Bagé, no Rio Grande do Sul, onde fez parte do Partido Comunista do Brasil, tendo assistido reuniões e se capacitado politicamente, tendo regressado a esta capital em Maio, sendo novamente estruturado na Célula Franklin Roosevelt, onde em julho passou a ser Secretário de Organização e Finanças, tendo recebido votos de louvor por trabalhos prestados” (Ficha do DOPS n. 6 163/01 – Ari Steckmann – Arquivo Público do Paraná, fundo DOPS).

Pouco tempo depois de sua volta, em meados de 1948, era requisitado para assumir tarefas do Partido, tanto no Comitê Municipal como no Estadual. Nesse período já era de confiança do Partido. Em 1949 começou a ser preparado para ser o homem forte. Ari Steckmann teve uma trajetória rápida desde o começo de sua militância no movimento estudantil; juntamente com ele, outro dirigente que também subiu rapidamente foi Joaquim Moschel – inclusive acederam juntos ao panorama estadual do Partido. Nessa época foi desligado de sua célula para poder dedicar-se com mais tempo às atividades do Partido no Paraná: “Elemento de confiança do Partido na ilegalidade, exercendo ainda posto de mando em sua célula, atualmente foi desligado

¹⁴³ As informações a respeito desse dirigente foram obtidas por meio das entrevistas, da ficha n. 6 524/02 e das pastas n. 6 163/01 – Ari Steckmann, do fundo DOPS, Arquivo Público do Paraná.

para viajar pelo Partido, levando ao interior do estado as ligações subversivas” (*ibidem*). Em 1950, assumiu finalmente o papel de Secretário Político do PCB no estado: “Em princípios de 1951, quando saí do Exército, mudei-me de União da Vitória para Curitiba, com o propósito de filiar-me ao Partido. Imediatamente, ao chegar à capital, liguei-me ao PCB e comecei a atuar. Na época dirigia o Partido Ari Steckmann. Assumi em seguida a direção do jornal do PCB no Paraná, a *Tribuna do Povo*, além de atuar em todas as frentes de luta do partido” (LAZIER, 2001, p. 1).

Provavelmente Ari Steckmann ficou à frente do Diretório Estadual até a metade dos anos 1950, quando saiu da Secretaria-Geral do Partido para ser substituído por um Secretário Político que veio de fora do estado, por orientação do Comitê Central.

Steckmann era colaborador ativo do *Jornal do Povo* e da *Tribuna do Povo*; assim como os que o antecederam, era um intelectual, trabalhava com a produção de documentos para o Partido; assim como os demais secretários políticos, vivia intensamente a sua vida em função do PCB.

Durante o período de Ari Steckamm, os fatos de maior destaque foram: ainda se desenrolava a Movimento dos Partidários da Paz; continuou também a revolta camponesa de Porecatu; o Partido, na semiclandestinidade, radicalizou sua linha política com o Manifesto de Agosto de 1950; aconteceu em 1954 o IV Congresso do Partido que reafirma linha política do Manifesto de agosto de 1950; houve a campanha do Petróleo é Nosso, que permitiu a criação da Petrobrás, e em 1953 morreu o líder máximo dos comunistas, Josef Stálin.

O quarto Secretário Político do PCB do Paraná foi Mautílio Muraro, metalúrgico. Foi membro de destaque do Partido nos anos 1940, sendo eleito para o Comitê Central do Partido na Conferência da Mantiqueira. Elegeu-se Deputado Estadual em 1947, em São Paulo, juntamente com uma bancada de mais 10 comunistas, inclusive Caio Prado Júnior. Porém, renunciou ao mandato em 1947, antes da cassação do Partido¹⁴⁴.

¹⁴⁴ Infelizmente não tem se notícias do porquê da renúncia do mandato de Deputado Estadual, antes da cassação, mas consta de algumas entrevistas que Muraro, apesar de bem articulado politicamente, era uma pessoa com problemas de relacionamento.

Mautílio Muraro fôra designado pelo Comitê Central para comandar o Partido no Rio Grande do Sul e lá, depois de algum tempo, teria tido alguns problemas, de modo que, por volta de 1954, veio para o Paraná¹⁴⁵, designado pelo Comitê Central do Partido para ser o Secretário Político do Partido no estado. Muraro atendia pelo codinome de “Gustavo”, outros chamavam-no de “Cabelo de fogo” e também de “Vasco”. Segundo Expedito de Oliveira da Rocha:

O primeiro cidadão que eu conheci aqui era chamado de ‘Gustavo’ [...]; depois da cassação ele foi para o Rio o Rio Grande do Sul e depois veio para Curitiba. [...] O cara não era eleito, era determinado pelo Comitê Central, e normalmente não era pessoa do estado, era uma pessoa estranha, que só dirigia em razão de segurança. Esse cidadão chegava de pára-quedas, você não sabia onde ele nasceu, qual era idade e qual era o nome. [...] Você não sabia nada da vida desse cidadão. Ele era uma autoridade máxima que dava dedo em você (ROCHA, 2001, p. 14).

Depois de algum tempo estabelecido como Secretário Político, Muraro começou também a ter problemas de relacionamento com os dirigentes:

Eu sempre achei um tanto estranho essa vinda de pessoas para cá. No caso do Agliberto, foi uma boa coisa, mas no caso do Vasco... era um sujeito truculento; pela análise que fiz naquela época, ele era um sujeito de pouca cultura e havia gente muito melhor para fazer o meio de campo com o Comitê Central. [...] Ele veio lá de cima todo pomposo, não conseguia discutir – ele impunha. Vinha com frases feitas. Esse foi o motivo, não digo o motivo principal, mas foi o motivo [dos desentendimentos] (SANT’ANA, 2002, p. 13-14).

Outros ainda reclamavam das posturas do dirigente Mautílio Muraro, que chegaram, em determinados períodos, inclusive a abandonar a militância, ou pelo menos afastar-se da capital, voltando para suas cidades, como foi o caso de Hermógenes Lazier, que, vendo que o problema não tinha solução, foi para Francisco Beltrão, a fim de engajar-se nas lutas fora da capital:

Então, nessa época, esse Gustavo, que era o dirigente do Partido, começou a fazer coisas que não eram normais. Fazia todos passarem fome, os que moravam no aparelho, enquanto ele tinha os seus privilégios. Eu cansei de ter discussões sérias com ele, até fiz um documento na

¹⁴⁵ Não somente secretários políticos foram deslocados para atuar no Comitê Estadual do Paraná, como vieram para cá diversas pessoas que atuaram em diversas áreas do Partido e em diversos municípios. Porém, o que neste caso importa são os dirigentes que vieram para o Paraná assumir o cargo de Secretário Político; durante o período estudado, foram apenas dois dirigentes.

época descrevendo tudo o que ele estava fazendo. E nós, juntamente com o dr. Jorge Karan, com o Laélio Andrade e com o Hugo Santana, resolvemos que iríamos fazer um comunicado para o Partido. Iríamos comunicar ao Comitê Central. Mas o Dr. Jorge Karan disse: “não, eu vou atrás dele e vou conversar com ele, eu vou ao Rio de Janeiro conversar”. Ele foi lá e conseguiu falar com o Leandro Konder, mas não conseguiu falar com o Prestes, pois não era fácil falar com o Prestes. E não resolveu o problema. Então eu deixei o Partido, a direção do Partido, a direção regional. E eu voltei para minha cidade natal. Isso foi na prática o início do rompimento com o stalinismo. Fiz isso como uma coisa prática (LAZIER, 2001, p. 4).

Depois de algumas tentativas de conciliação e de correção, percebendo que o dirigente estava mais atrapalhando que unificando o Partido no estado, o Comitê Central resolveu retirá-lo, substituindo-o por um outro dirigente histórico.

Durante o período que Muraro estava à frente do Partido no estado, os principais acontecimentos foram: o início do levante agrário do Sudoeste em 1957; em 1956 aconteceu o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, o primeiro depois da morte de Stálin, em que teve início o processo de desestalinização.

O quinto e último dirigente do período estudado foi o ex-Capitão da Aeronáutica, Agliberto Vieira de Azevedo¹⁴⁶. Filho de José Paes de Azevedo Sá e Cecília Vieira Sá, agricultores de cana de açúcar, nasceu em 19 de outubro de 1906 na cidade de Rosário, em Sergipe, oriundo da classe média. Casado com Glória de Azevedo, teve um filho. Sua formação escolar era de nível secundário. Azevedo entrou cedo para o serviço militar e alcançou a patente de Capitão ainda no início da década de 1930. Participou pessoalmente dos acontecimentos no quartel da Praia Vermelha, uma das batalhas da insurreição comunista de 1935. Ligou-se ao Partido na década de 1930, como descreve Chiltote: “Ligou-se formalmente ao PCB em 1933 e participou um ano depois das grandes lutas do proletariado brasileiro, e na organização da ANL” (CHILCOLTE, 1982, p. 268); assim, abraçando a causa do Partido participou da Aliança Nacional Libertadora e da Intentona Comunista de 1935.

Azevedo ficou preso entre os anos de 1936 a 1945; depois de sua libertação foi destacado para atuar em Recife, em Pernambuco, onde foi novamente preso em 1950,

¹⁴⁶ Sobre Agliberto Vieira de Azevedo existem muitas informações e fontes de consulta. Pelo menos dois autores dão destaque especial à sua figura: Chiltote (1982) e Ferreira (2002). Além disso, há um farto material contido em sua ficha n. 2 874/01 e na sua pasta individual n. 81, caixa 277, arquivadas no Arquivo Público do Paraná, junto ao Fundo Dops.

por estar envolvido com forças comunistas no interior das Forças Armadas; depois de 1950, ficou preso por mais quatro anos.

Membro do Comitê Central do PCB desde 1943, Agliberto Azevedo recebeu, em 1957, a tarefa de vir comandar o Partido no Paraná, para substituir Mautílio Muraro. Ao chegar ao estado reorganizou o Partido, da mesma forma como reaproximou alguns dirigentes afastados devido às práticas autoritárias do Secretário Político anterior:

Então o Agliberto veio substituir esse cidadão. Havia uma crise muito grande, uma crise interna muito grande. [...] Foi um cara que teve uma influência muito forte aqui. Muito conhecido. Ampliamos a distribuição do nosso jornal Tribuna do Povo [...]. Não era um elaborador de idéias. Era um burocrata, mas que dominava a questão marxista, tinha muito conhecimento, era um homem muito digno, muito honesto. Então, não se tem dúvida nenhuma de que ele ajudou nesse processo de organização do Partido no estado. Foi com ele que nós tivemos em todas as cidades fundamentais uma organização partidária (ROCHA, 2001, p. 14-15).

Agliberto Azevedo atuava no Paraná quando ocorreu a discussão sobre os reflexos do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética no movimento comunista mundial. Em 1958, o Partido lançou a conhecida “Declaração política de março de 1958”¹⁴⁷; o resultado da declaração foi o racha que o Partido enfrentou no V Congresso do Partido, que se realizou no início dos anos 1960 (KIELLER, 2002).

Azevedo, fiel escudeiro de Prestes, conduziu as discussões no Paraná com mão firme, afinado com a maioria da direção do PCB nacional, de tal maneira que poucos membros saíram do PCB para o PCdoB.

Outro momento importante da Secretaria de Agliberto Azevedo foi a intensa campanha pela legalização do Partido, no final dos anos 1950; segundo vimos, incluía mudanças no nome e nos estatutos do Partido, para deixá-lo mais aceitável para a Justiça Eleitoral, que cassara seu registro em 1947.

Conduziu com tranquilidade o problema da transição da linha política, de uma mais radical apontada pelo IV Congresso para outra mais amena, de identificação do PCB com os problemas brasileiros – o chamado “socialismo moreno” –, linha

¹⁴⁷ Sobre a Declaração sobre a política do PCB de março de 1958, cf. Carone (1982, p. 175-195).

apontada pelo V Congresso do Partido: “As posições dele eram sempre em defesa das decisões do Partido, das decisões do Comitê Central, congressuais. Sempre defendia isso” (PREVIDE, 2001, p. 18). Enfim, todos os entrevistados que militaram na época em que Azevedo foi Secretário Político afirmam que ele veio e cumpriu um importante papel na reestruturação do Partido, que se encontrava abalado:

E realmente ele veio e ajudou a corrigir alguns problemas do partido. Agliberto era um bom lutador, e na condução do trabalho ele respeitava muito a disciplina partidária, o centralismo democrático, não é. E a democracia interna. E ele era muito respeitado pelo seu passado. E ajudou a desenvolver muito o partido o trabalho dele, fez com que o Partido se desenvolvesse muito, porque quando a pessoa o dirigente é acreditado, a turma acredita, trabalha com mais vontade (ibidem).

Em 1962 saiu candidato a Deputado Estadual pela legenda do PTB; embora não tenha sido eleito, foi muito bem votado nessa eleição. Azevedo ficou à frente do PCB no Paraná até 1964, quando ocorreu o golpe militar. Nesse momento ele fugiu, para não ser preso – afinal, era um dos mais destacados comunistas desde a década de 1930. Depois desse período – que já não faz parte do nosso recorte – veio para o Paraná o dirigente Élson Costa, que presidira o Partido de Goiás, na década de 1940.

Os principais acontecimentos durante o comando de Agliberto Vieira de Azevedo à frente do Comitê Estadual do Partido foram: a continuação do levante camponês do Sudoeste; a divulgação da Declaração de Março de 1958, que mudou a linha política do Partido; a campanha pela legalização do partido; o V Congresso do Partido, que referendou a Declaração de Março e mudou o nome do Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro, mantendo a sigla PCB; aconteceu a revolução Cubana, que trouxe para o Brasil a experiência das guerrilhas; foram expulsos do Comitê Central os dissidentes do V Congresso do PCB¹⁴⁸; o plebiscito para escolher o sistema de governo (presidencialismo ou parlamentarismo); diversas greves nacionais de trabalhadores nos anos de 1962 e 1963; a criação da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), sendo o comunista paranaense José

¹⁴⁸ Foram excluídos do Comitê Central do PCB, por divergirem da linha do V Congresso do Partido, os seguintes dirigentes: João Amazonas, Maurício Grabóis, Pedro Pomar, Diógenes Arruda, Lincoln Cordeiro Oest, Ângelo Arroio e Carlos Danieli.

Rodrigues dos Santos eleito primeiro Secretário-Geral dessa entidade (TONELLA, VILLALOBOS & DIAS, 1999); grandes manifestações a favor das reformas de base patrocinadas pelo Presidente da República, João Goulart, e, por fim, o golpe de 1964, que empurrou o PCB da semiclandestinidade para a ilegalidade.

Azevedo, segundo informações conseguidas em suas pasta e fichas, permaneceria no Partido até a segunda metade da década de 1970; entretanto, existem informações de que deixaria o PCB em 1984, juntamente com Luís Carlos Prestes, quando ambos voltaram do exílio e tentaram reassumir a direção do Partido; todavia, foram deixados de fora do Comitê Central, na realização do IV congresso do PCB em 1984.

Quando veio para o Paraná em 1957, deslocado pelo Comitê Central, chegou com o codinome de “Pedro”; enquanto militou, sempre foi um soldado do Partido, deixando em segundo plano carreira, família e bens materiais. Sempre viveu com pouco e nunca desanimou: veja-se um trecho de uma carta que escreveu à esposa durante uma de suas prisões: “Querida, nada de se deixar vencer. Tem sempre em mente as oportunas palavras do poeta: ‘A vida é luta renhida que aos fracos abate e aos fortes só faz exaltar. Viver é lutar’” (Azevedo *apud* FERREIRA, 2002, p. 20).

* * *

Terminamos, neste ponto, a análise do perfil sócio-econômico dos dirigentes do PCB e dos cinco secretários-gerais que estiveram à frente do Partido no período 1945-1964. No próximo capítulo faremos, rapidamente, um breve balanço histórico da trajetória e da importância do jornal do PCB do Paraná, que servia como um importante instrumento para a unificação do Partido, em torno das políticas estabelecidas no núcleo de direção estadual que ora acabamos de analisar. Abordaremos o papel histórico do jornal *Tribuna do Povo*, que durante 14 anos serviu como multiplicador das orientações da elite dirigente comunista, e também como organizador do coletivo partidário nos diversos municípios onde o Partido estava presente no Paraná.

CAPÍTULO IV – O ÓRGÃO DE IMPRENSA DO PCB: O JORNAL *TRIBUNA DO POVO*

IV.1. *Tribuna do Povo* – um jornal a serviço dos dirigentes comunistas

A discussão relativa à criação de um jornal comunista no Paraná ligava-se à campanha pela arrecadação de fundos para a imprensa popular. Acreditamos que toda a força da defesa de uma imprensa operária orientada politicamente vinculava-se à discussão clássica, aparecida na obra de Lênin, *Que fazer? Problemas candentes de nosso tempo*, que na Rússia tsarista do início do século XX envolvia setores do Partido Social-democrata Russo, em torno da questão: um jornal pode desenvolver a tarefa de organizador das massas de um partido político¹⁴⁹? Essa questão mereceu a atenção de Lênin, que respondia afirmativamente à questão: sim, um jornal pode ser o fio condutor da política do partido de vanguarda. Essa é a preocupação que trazemos para nossa análise, a fim de discutirmos o veículo de comunicação do Partido, a *Tribuna do Povo*.

Acreditamos que o opúsculo *Que fazer? Problemas candentes de nosso movimento*, escrito por Lênin em 1902, tenha tido importância fundamental para os comunistas paranaenses, ao resolverem editar no Paraná, no final da década de 1940, o jornal *Tribuna do Povo*. Ele foi um semanário de responsabilidade do PCB do Paraná, com circulação periódica por cerca de 14 anos, só interrompida pelo advento do golpe militar de 1964, que desmantelou a estrutura política do PCB no Paraná¹⁵⁰.

Como dissemos anteriormente, a abertura política que colocou fim ao Estado Novo, em 1945, restabelecendo a democracia no Brasil, possibilitou que vários setores da sociedade que se encontravam desorganizados pudessem voltar a organizar-se, inclusive o PCB, que nesse período teve o seu maior processo de crescimento,

¹⁴⁹ Esse jornal era o *Iskra* (“centelha”), que foi o primeiro jornal editado ilegalmente na Rússia, em 1900, organizado por Lênin no Partido Operário Social-Democrata Russo e que teve participação decisiva na construção do partido revolucionário da classe operária (cf. LÊNIN, 1981, p. 192-201).

¹⁵⁰ Como vimos no capítulo anterior, o racha do PCB, em 1960, ocasionou poucas defecções no Paraná – apenas alguns militantes desligaram-se do PCB e passaram a integrar o PCdoB; a grande maioria manteve-se abrigada sob o teto do velho “partidão”.

chegando a ter no Brasil perto de 200 mil filiados, além de ter consolidado uma forte estrutura diretiva e patrimonial. O advento da abertura política atraiu setores da classe média e da intelectualidade para o interior do Partido, aumentando substancialmente sua organização e conseqüentemente suas finanças, que sempre foram eixos estratégicos para a consolidação do Partido junto às camadas operárias e camponesas, em conjunto com uma grande campanha pela imprensa comunista que constituiu um parque gráfico considerável. Como demonstra Carone: “O PCB cresceu de maneira excepcional com a legalidade de 1945 [...]. É vasta a quantidade de jornais e revistas sob sua chancela, publicados em todos os estados e no Distrito Federal; são inúmeras as editoras e há toda uma orientação, não só na publicação de material próprio do Partido, como nas edições de romances e clássicos do marxismo” (CARONE, 1982, p. 5).

Dentre os diversos órgãos de imprensa, jornais e revistas nacionais, também se constituíram estruturas de imprensa em diversos estados brasileiros. No Paraná o PCB criou o jornal *Tribuna do Povo* como seu órgão oficial de divulgação. O jornal, segundo consta, foi um melhoramento de um antigo jornal chamado *Jornal do Povo*, distribuído na região de Curitiba¹⁵¹ e dirigido por históricos comunistas paranaenses¹⁵². A *Tribuna do Povo* funcionou no Paraná do final da década de 1940 até o golpe militar de 1964, como destaca o diretor do jornal na época, Hermógenes Lazier: “Eu posso garantir que de 1950 a 1964 [funcionou]. Antes eu não posso dizer, desde quando começou. De 1950 a 1964 tranqüilamente” (LAZIER, 2001, p. 23). Sobre a importância de ter-se uma imprensa funcionando dentro do Partido, àquela época, comenta Lazier: “Realmente, o Lénin tinha razão. A imprensa é de valor extraordinário na luta política. Nós tínhamos a imprensa operária, *Classe Operária*, sempre havia um jornal nacional que era o elo de ligação do Partido inteiro. *E nós, aqui no Paraná também tínhamos a Tribuna do Povo, de que fui diretor*” (*idem*, p. 21; sem grifos no original). Sua tiragem variava conforme a época: em tempos de

¹⁵¹ Essa informação é desconhecida; todavia, tudo leva a crer que o jornal *O Povo* foi gradativamente substituído pelo jornal *Tribuna do Povo* como órgão de divulgação oficial do Partido.

¹⁵² Eram diretores do jornal *O Povo* editado em Curitiba: Flávio Ribeiro e Esmeraldo Blasi Jr. Ambos dirigentes e do Partido Comunista no Paraná (Arquivo Público, fundo DOPS).

facilidades políticas chegava a ser de 5 000 exemplares – considerando a época em questão, era uma tiragem bastante alta –, distribuído pelos diversos municípios onde o Partido existia de maneira organizada.

Pretende-se analisar a contribuição do jornal *Tribuna do Povo* a partir dos seguintes aspectos: estruturação financeira – como ele era mantido; composição editorial e publicitária; perfil dos que preparavam o jornal e a existência de vínculo direto entre eles e a direção do partido; penetração do jornal no Partido e fora dele. O destaque especial é para a compreensão dos diversos aspectos que o jornal apresenta como pólo transmissor da política oficial da direção do PCB e como aglutinador e unificador nos processos de orientação política. Finalmente, interessa-nos determinar se o jornal tratava das discussões políticas que eram introduzidas pela sociedade.

O primeiro editor do jornal foi Izaurino Gomes Patriota. No Paraná era parte de um imenso parque gráfico nacional sob a responsabilidade do Partido Comunista do Brasil, que, como explicamos acima, editava, entre outros jornais, *A Classe Operária*, *Tribuna Operária*, *Novos Rumos*, *Hoje*, *Imprensa Popular*, *O Cruzeiro* etc. A questão que se apresenta, e que procuraremos aprofundar, é: com que profundidade o jornal *Tribuna do Povo* cumpria o papel de organização do Partido no Paraná? Isto é, servia mesmo de órgão unificador da política do Partido? Representava de fato as questões locais ou era um sustentáculo da política do Comitê Central do PCB? Como era a convivência do jornal com outros veículos de comunicação que eram impressos pelo Partido e eram reprodutores das resoluções partidárias nacionais? A partir dessas questões teremos um diagnóstico de qual papel de fato cumpria o jornal *Tribuna do Povo*.

IV.2. Pode um jornal ser organizador do coletivo?

As grandes mudanças de final do século XIX, que perduraram até a metade do século passado, no que se refere à representação política, foram o direito ao sufrágio universal ampliado e o surgimento dos partidos de massa. Segundo Bernard Manin: “A mudança mais evidente e que mais chamou a atenção dos historiadores do governo

representativo, diz respeito ao direito de voto: a propriedade e a cultura deixaram de ser representadas e o direito ao sufrágio universal foi ampliado. Essa mudança ocorreu paralelamente a uma outra: a emergência dos partidos de massa” (MANIN, 1985, p. 5).

Esses partidos dificilmente sobreviveriam sem estabelecer um canal de comunicação entre os dirigentes e a massa. Nesse sentido, a criação de veículos de divulgação e imprensa ganharam força, pois era por meio dos programas partidários que se davam as principais batalhas eleitorais. Assim, os jornais dessas agremiações políticas, de fins do século XIX até aproximadamente a década de 1950, foram fundamentais para a “democracia de partidos”: “Esse novo modelo não foi definido por um conceito tão preciso quanto o de parlamentarismo, e seu reconhecimento como fenômeno relativamente estável e internamente coerente foi assinalado pela criação de dois termos novos: ‘governo de partido’, entre os analistas anglo-americanos, e *Partiendemokratie*, entre os teóricos alemães” (MANIN, 1981, p. 6).

Assim, o que foi o *Manifesto do Partido Comunista*, escrito por Marx e Engels, senão um apelo para que os trabalhadores se dessem conta do novo processo que é exposto por Manin como sendo democracia de partidos? Esse novo contexto, o da democracia de partidos, conduziu à elaboração de jornais e documentos que tinham orientações gerais como forma de comunicação e de aceitação dessas idéias, não somente para os filiados aos partidos como também para os eleitores em geral, que em muitos casos não eram filiados mas comungavam de suas idéias. Ou seja, eram fruto de uma imprensa politicamente orientada, segundo Manin: “As várias associações e órgãos de imprensa mantêm laços com um dos partidos. A existência de uma imprensa de opinião tem importância especial: os cidadãos mais bem informados, os mais interessados em política e os formadores de opinião obtêm informações por intermédio de uma imprensa politicamente orientada” (MANIN, 1982, p. 18).

A questão de ser um jornal importante para a organização do coletivo dominou os debates do início do século na Rússia e os membros do Partido Social-democrata Russo que trataram da importância que tinha de fato um jornal para a organização de um partido. Essa discussão foi realizada por Lênin e por Nadjédine, em que Lênin

rebateu as críticas feitas ao jornal, procurando demonstrar qual a importância de ter-se um órgão de comunicação para preparar e sintonizar os militantes do Partido para as transformações sociais:

Trata-se precisamente de que não existe outro meio para educar fortes organizações políticas senão um jornal para toda a Rússia [...] Eu só continuo a insistir que esta ligação efetiva de união só pode começar a ser criada com base em um jornal comum [...] para toda a Rússia [...]. Se queremos a unificação não só nas palavras, é necessário que cada círculo local dedique imediatamente, suponhamos, um quarto das suas forças ao trabalho ativo da obra comum. E o jornal mostra-lhe imediatamente os contornos mais gerais [...]. A ligação efetiva começaria já a ser criada através da simples função de difusão do jornal (LENIN, 1981, p. 193, 198-199).

No caso russo a discussão não era simplesmente no sentido da criação de um jornal, mas sim de um aprofundamento de sua circulação, para que fosse um periódico mais presente em todas as cidades russas, a fim de instrumentalizar os militantes, filiados e os simpatizantes do Partido Social-democrata Russo. Continua Lênin:

Isto é, se aparecesse regularmente umas quatro vezes ao mês, e não uma vez por mês como as revistas volumosas, assegurariam não só a difusão do jornal, mas também (o que é muito mais importante) o intercâmbio de experiências, de materiais de forças e recursos. Imediatamente o trabalho organizado ganharia uma envergadura muito maior e o êxito alcançado em uma localidade encorajaria constantemente o aperfeiçoamento do trabalho e o aproveitamento da experiência já adquirida por um camarada que atua no outro extremo do país (idem, p. 199).

O resultado desse debate apontava para a transformação do *Iskra* a um jornal de proporções nacionais que chegasse a todos os rincões da antiga Rússia tsarista e fosse, de fato, um instrumento organizador coletivo.

IV.3. A construção de um jornal operário

Em diversos momentos indicamos que o Partido Comunista do Brasil no Paraná, a exemplo do que aconteceu com o Partido no Brasil, “[...] Só a partir de 1945 o PCB começou a existir como Partido” (BRANDÃO, 1997, p. 89), quando voltou a atuar legalmente, do ponto de vista da organização de um Partido com política nacional, organizado nos estados. Organizado o Partido, seguindo a orientação do

Comitê Central, deliberou por uma intensa campanha nacional para a construção de uma imprensa popular que permitisse a consolidação de um parque gráfico ligado à linha editorial do Partido. Essa campanha pela imprensa popular consistia em arrecadação de assinaturas e de dinheiro nos meios operários.

Logo depois de sua organização local, o PCB criou o *Jornal do Povo*, provavelmente no ano de 1946. Ele servia para divulgar as atividades do Partido na capital do estado, Curitiba. Porém, o rápido crescimento partidário proliferou a organização do Partido em diversos municípios, principalmente aqueles dotados de ferrovias e portos (no caso dos portos, Paranaguá e Antonina), além daqueles que se localizavam perto de cidades-pólo como Curitiba e Londrina. Havia naquela época, inclusive, além da direção estadual do Partido, duas outras organizações intermediárias, o Comitê Zona Norte, que tinha seu raio de ação a partir da cidade de Londrina e abrangia todas as cidades periféricas, e o Comitê do Sul, localizado em Curitiba e que tinha sob sua jurisdição as cidades da região metropolitana e do litoral, com destaque especial para Paranaguá. Segundo Espedito de Oliveira: “Havia o Partido no Sul e o Partido no Norte, que era para [a região de] Londrina. Nós [do Sul] íamos até Apucarana, até Castro. Para lá já havia outro comitê, que pegava todo o Norte, toda a região. Eu estive por duas ou três vezes em encontros entre esses dois comitês” (ROCHA, 2001, p. 16). O fato de essa organização ser dispersa trazia a discussão da necessidade de ter-se um órgão oficial de comunicação que ultrapassasse as cercanias da capital e atingisse os municípios onde existisse organização do Partido, com o intuito de unificar sua reconhecidamente centralizada unidade de ação. Nesse sentido, no final da década de 1940 ampliou-se o antigo jornal que tinha a orientação comunista, mudando o seu nome para *Tribuna do Povo*, que passou a ter uma circulação estadual. Como explica o dirigente comunista Wilson Previdi, ex-Presidente do PCB do Paraná: “Era impresso aqui [Curitiba] e depois era distribuído para o estado todo – pelo menos para aquelas cidades onde existiam comunistas” (PREVIDI, 2001, p. 20). Esse jornal era rodado em Curitiba e distribuído por todos os municípios onde o

Partido tinha “pontas”¹⁵³, isto é, municipais organizados. Segundo Hermógenes Lazier, diretor do jornal desde o final da década de 1950, o aparecimento do jornal era fruto das discussões da necessidade de um jornal para a classe operária, problema que Lênin e o Partido Social-democrata Russo enfrentaram no início do século XX, como já vimos anteriormente.

A *Tribuna do Povo* era um semanário rodado na antiga Gráfica Lítero-Técnica, conhecida como a Gráfica do Ceccon, militante comunista desde a década de 1940. Segundo seu diretor Hermógenes Lazier, a edição do jornal era ansiosamente aguardada pelos militantes do Partido em outros municípios, pois ali estavam contidas as orientações gerais da política elaborada pela Direção Estadual do Partido, além de informes e matérias do movimento comunista nacional e Internacional: “É lógico que o jornal tinha um valor [...]. Eu me lembro, lá em Paranaguá esse jornal era esperado! Os outros jornais não chegavam e o nosso chegava às centenas [...]. Quer dizer: havia uma equipe que saía de casa em casa, na estiva, no porto dizendo: ‘Olha a *Tribuna do Povo*, olha a *Tribuna do Povo*!’ [...]. Uma coisa de doido, em Paranaguá principalmente” (LAZIER, 2001, p. 21).

Apesar de ter tido uma periodicidade semanal por quase 14 anos o jornal sempre teve inúmeras dificuldades. Mantinha-se com a ajuda de amigos fiéis do Partido Comunista, como é o caso do próprio dono da Gráfica Lítero-Técnica, Orlando Ceccon, conforme indicou Milton Ivan Heller, dirigente do Partido no período: “O Orlando Ceccon tinha uma gráfica bastante aparelhada para a época, imprimia dezenas de outros jornais para clubes e sindicatos etc., imprimia livros, algumas revistas e essa coisa toda. Eu nunca tive curiosidade de saber, mas tenho certeza de que o Partido nunca conseguiu pagar em dia o custo da impressão. E ele [Orlando Ceccon] nunca deixou de editar o jornal” (HELLER, 2001, p. 24).

Não se pode deixar de mencionar os esforços do reconhecido dr. Jorge Karan, médico que atendia a alta classe paranaense. Karan foi durante muito tempo responsável pelas finanças do Partido. Nas suas consultas conseguia alguma ajuda

¹⁵³ Os “pontas” eram pessoas do Partido em determinados locais, onde ainda não existe a organização formal do Partido. É uma expressão de linguagem militante, que indica se existem comunistas em determinados locais.

financeira junto aos seus pacientes para as atividades do Partido e muitas vezes do jornal: “Ele era o tesoureiro do partido. Era muito bem relacionado na sociedade, tinha uma clínica médica muito concorrida. Era muito bem relacionado e muita gente acabava contribuindo para o Partido por causa do dr. Jorge, por ser uma pessoa seriíssima, pessoa muito estimada” (*idem*, p. 24). Outra fonte de recursos para o jornal era a venda de anúncios para os próprios profissionais liberais, membros da direção estadual do Partido: os advogados José Rodrigues Vieira Neto e Flávio Ribeiro, o próprio dr. Jorge Karan, dentre outros. Existia também uma Comissão de Finanças, exclusiva para arrecadar fundos que ajudavam a manter o jornal funcionando: “Agora a sustentação do jornal era feita por uma Comissão de Finanças, que naquela época era formada pelo Nelson Galvão, pelo Simon Nicoleviscki e o Isaac Milder. Eram o dr. Jorge Karan e mais alguns apoiadores” (MALHEIROS, 2001, p. 12). Muitas vezes, para arrecadar dinheiro e garantir a saída do jornal, para que ele não parasse, eram feitas campanhas e festas. Segundo a definição de um outro diretor do Partido que trabalhou jornal, o senhor Odílio Cunha Malheiros, o jornal, apesar de ser feito em uma gráfica, era modesto, de baixa qualidade gráfica para a época:

Nós já encontramos a edição da Tribuna do Povo, mas era um jornalzinho; apesar de impresso graficamente, era muito modesto. Assim, na maneira de se apresentar, inclusive tipograficamente, o nível da redação era muito baixo também. Ele não tinha uma linha editorial que a gente pudesse acompanhar. Esse jornal tinha sido criado por um grupo de estudantes que tinha começado a organização do Partido Comunista aqui em Curitiba (idem, p. 10).

Mesmo com dificuldades e muitas vezes sofrendo reveses o jornal resistiu, como no período em que passou a ser feito manualmente, por causa de um incêndio na gráfica, onde era rodado, no início dos anos 1950 (*Tribuna do Povo*, n. 224, de 25.maio.1953, arquivado na pasta n. 1 252, caixa n. 147, do fundo DOPS, do Arquivo Público do Paraná). Devido a esse incêndio, o jornal foi durante quase um ano rodado em um mimeógrafo, em que se faziam mais de mil cópias diárias do jornal, pois era questão de honra que o jornal mantivesse sua periodicidade. Afinal, era o instrumento que centenas de militantes do Partido aguardavam semanalmente para afinarem seus discursos com os da direção estadual e nacional do Partido.

Uma particularidade do jornal após 1947: com a ilegalidade e seu registro novamente cassado pelo Supremo Tribunal Eleitoral, alguns órgãos de imprensa que propagavam a política do PCB continuaram a funcionar de maneira precária, mas ainda legal e outros de modo ilegal. Como destaca Carone: “Mesmo na ilegalidade, os comunistas voltaram a agir, lançando publicações e novos jornais, defendendo suas posições e inclusive fechando acordos eleitorais com outros partidos” (CARONE, 1982, p. 6). O Paraná foi um dos poucos lugares em que o jornal continuou a funcionar. Essa postura de continuar com seus órgãos de imprensa mostra como esses jornais eram tratados com profissionalismo pelo Partido. Eram verdadeiras empresas de propaganda do PCB, muitas vezes registrados em nome de particulares. Assim, não eram incomodados pelos órgãos de repressão. Tinham vida e organização próprias, com conselhos editoriais, editores e redatores-chefes – eram equipes inteiras profissionalizadas. A *Tribuna do Povo* também constituiu no Paraná um coletivo que cuidava exclusivamente do jornal:

Nós montamos uma equipe que formada por Alcir Xavier, Regina Milder. Naquela época havia o Vasco, que era o Secretário-Geral do Comitê daqui [de Curitiba]. Fazia uma coluna de que eu não me lembro o nome – mas eu sei que ele assinava “Trovão”; fazia uma coluna bem humorística. Os outros eram o seguinte: a Regina cuidava mais da correspondência – nós tínhamos muitas correspondências de diversos municípios do Estado. Alguns permaneceram muito tempo. Mudamos a cara do jornal, o Alcides fez um título muito bonito, Tribuna do Povo, muito bem feito. Ele fazia em madeira direto, pois a gente não tinha dinheiro para o clichê (MALHEIROS, 2001, p. 4).

Apesar dos altos e baixos que o Partido e o jornal enfrentaram, conseguiram realizar uma considerável façanha histórica levando-se em conta as adversidades e também os recursos tecnológicos daquele momento – manter a estrutura de funcionamento de um jornal, semanário¹⁵⁴, por cerca de aproximadamente uma década e meia. Se isso é difícil para jornais comerciais, imagine-se para um jornal com vínculos ideológicos e, principalmente, partidários como era a *Tribuna do Povo*.

¹⁵⁴ É claro que essa periodicidade não era uma regra, mas mesmo assim o jornal nunca ficou longos períodos sem funcionar, segundo os diversos entrevistados.

IV.4. Um jornal a serviço da construção do PCB

O jornal *Tribuna do Povo* consolidou-se como órgão de informação oficial do Partido Comunista do Brasil no Paraná, mas não somente isso, pois ajudou a construir e a consolidar o Partido Comunista do Brasil no Paraná, no período posterior a 1945, com um alcance que outros jornais não tinham, dadas das condições de transportes – o que muitas vezes forçava determinados jornais a terem uma atuação localizada nos grandes centros urbanos e adjacências. Isso era diferente para a *Tribuna do Povo*, um jornal de caráter ideológico e que buscava alcançar os seus leitores no seio dos trabalhadores operários em diversos locais do estado. Assim, como vimos anteriormente, não se mediam esforços para que o jornal continuasse funcionando sem interrupções.

Nesse íterim, o jornal acabou cumprindo mais que sua função básica de informar e transmitir notas oficiais da Direção Estadual do Partido, além das resoluções nacionais emitidas pelo Comitê Central: cumpriu a função de propagar a política e, principalmente, permitir a organização dos operários, que tinham seus discursos unificados no estado inteiro quanto às posições assumidas pelo Partido no que se referia às situações política estadual e nacional. Com isso, conferia-se uma unidade para os operários, que criavam vínculos com o Partido. Assim como existia um cuidado com uma equipe específica para confeccionar o jornal, existiam também cuidados especiais na distribuição do jornal:

Todos os domingo nós saíamos com os membros do Partido para fazer o que chamávamos na época de “comando”, “comando de jornal”. O comando era a venda de jornal nos bairros. Nós distribuíamos para os grupos em vários bairros, e cada um ia para um bairro e para um local para vender o jornal do Partido. Claro que ao vender o jornal do Partido surgiam as discussões, as perguntas e o debate com as pessoas que queriam comprar e também aqueles que não queriam comprar, que eram contra. Todo domingo havia um debate com as pessoas. Nós, apesar de termos aqueles que já compravam, que eram chamados de fregueses de compra do jornal, nós batíamos de casa em casa, de porta em porta. Às vezes as pessoas tinham idéias diferentes, o que nós chamávamos de “falsos conceitos” a respeito dos comunistas. E debatíamos com eles (PREVIDI, 2001, p. 20).

O jornal era fomentador das discussões da sociedade, um instrumento que o Partido no Paraná soube aproveitar muito bem, fazendo dele um elo de comunicação

com as pessoas e com os operários. Além de caráter de massa que o Partido procurava captar com a *Tribuna do Povo*, os ensinamentos das discussões de Lênin sobre o papel organizador das massas que cumpre o jornal do Partido estavam no espírito de seus diretores e do Partido: “Esse jornal seria uma parte de um gigantesco fole de uma forja que atiçasse cada centelha de luta de classes e da indignação do povo, convertendo-a em um grande incêndio” (LÊNIN, 1981, p. 200). Os dirigentes do PCB paranaense sabiam o peso político que havia adquirido o jornal, tanto internamente, no papel de unificar a militância, quanto externamente, no sentido de preparar os operários para as manifestações que a sociedade vivia, como a campanha do “Petróleo é nosso”, a Campanha pela Paz, contra o envio de tropas brasileiras para combater na Guerra da Coreia, a campanha pela criação da Copel, pela imprensa popular e outras. Além dessas, havia as campanhas eleitorais de que o Partido participava. O jornal também servia como tribuna para relação entre os mandatos dos vereadores que o PCB tinha em vários municípios do Paraná e do mandato do Deputado Estadual José Rodrigues Vieira Neto, com a população. Eram mandatos populares que alcançavam dimensões irrestritas devido à penetração que a *Tribuna do Povo* tinha nos municípios, principalmente entre categorias organizadas como portuários, ferroviários, bancários e entre os profissionais liberais.

IV.5. Um jornal local ou nacionalmente centralizado?

O jornal do Partido no Paraná, em virtude de sua boa aceitação, acabou ofuscando o brilho de diversas outras publicações nacionais que o Partido editava, como os jornais *Novos Rumos*, *Classe Operária* e *Tribuna Operária*, dentre outros. Isso criou um mal-estar entre os organismos de Agitação e Propaganda do Partido nacional e estadual e forçou o jornal do Partido a retrair-se. Afinal, era um jornal estadual que alcançava uma projeção de destaque, deixando empilhadas nas sedes, do Partido, outras edições publicadas nacionalmente. Assim, houve, por parte do Comitê Central, um processo de esvaziamento da *Tribuna do Povo*, que, segundo o dirigente Odílio Cunha Malheiros, teve adeptos nas estruturas do próprio Partido no Paraná.

Todavia, essas desavenças eram apenas porque se atrapalhava a distribuição dos outros jornais no estado, sem contar que a *Tribuna do Povo* também reproduzia matérias e documentos nacionais do Comitê Central, entre eles vários documentos assinados pelo próprio Luís Carlos Prestes, o que fazia que os outros jornais perdessem a originalidades e o ineditismo.

Em meados de 1948 a repressão política do governo Dutra voltou-se contra os comunistas, fechando vários de seus jornais de publicação nacional: “Os parlamentares comunistas têm seus mandatos cassados; ainda no início de 1948, a polícia invade e depreda as redações dos jornais comunistas: *Tribuna Popular*, no Rio, de *Hoje* em São Paulo, de *O Momento*, na Bahia, da *Folha do Povo*, de Recife, e do *Jornal do Povo*, de Maceió, entre outros” (SEGATTO, 1981, p. 59).

No Paraná não houve a interrupção completa das atividades da *Tribuna do Povo*. Ao contrário, por não ter suas atividades fechadas pela repressão, o periódico obteve um certo fortalecimento do seu papel de retransmissor das políticas e orientações oficiais oriundas do Comitê Central.

Assim, podemos identificar, segundo seu ex-Diretor Hermógenes Lazier, que o jornal manteve-se funcionando, mesmo precariamente, por um período de quase quinze anos, reproduzindo no Paraná, além de questões pontuais da política paranaense e posicionamentos dos dirigentes do Partido. A tônica ideológica do jornal era descrita como de reprodução das resoluções do Comitê Nacional do PCB e dos documentos de Prestes.

Por outro lado, a imprensa legal passou a exhibir os comunistas e o comunismo como seus maiores inimigos, inclusive, segundo Mariani, com o desenvolvimento de uma equação política assim descrita por essa autora:

Mantendo predominantes os fios discursivos que trançam o predomínio de certo sentido: ‘O comunista é o inimigo’. Essa ‘equação lingüística’ – ‘comunista = inimigo’ – a qual fixa o lugar do mal na história do Partido no Brasil, na forma de como foi apresentada pela imprensa não partidária, se encontra um sentido sempre negativo, reiterado na forma de diferentes denominações ou como integrantes de narrativas políticas [...] um militante comunista é um inimigo (MARIANI, 1998, p. 19).

Essa prática da imprensa, descrita pela lingüista Bethânia Mariani, era utilizada pelos jornais de grande circulação ligados ao sistema, que em épocas de repressão destilavam toda sua aspereza contra o comunismo e os comunistas, criando estigmas em torno de seus líderes e de seus movimentos e também em seus órgãos de imprensa.

Assim, os comunistas só podiam contar com seus próprios meios de comunicação, que sobreviveram ao fechamento do partido. Nesse sentido, o jornal publicado pelo Partido teve enorme valia na construção do trabalho.

O jornal no Paraná consolidou-se, trazendo uma proposta de ser um órgão de informação do PCB, para as mais variadas categorias organizadas no Estado. Porém, ao longo do tempo, como observamos, esse trabalho de divulgação de informações para os trabalhadores transformou-se e alcançou outros patamares. O jornal *Tribuna do Povo* passou a constituir-se como um importante instrumento nas mãos dos dirigentes comunistas paranaenses, para aproximar e até transformar militantes em futuros dirigentes sindicais de diversos ramos de organização, como dos portos, das ferrovias, dos funcionalismo público, dos professores, dos bancários, dos metalúrgicos e dos profissionais liberais, dentre outros.

Com um discurso afinado o antes *Jornal do Povo* e depois *Tribuna do Povo* contribuíram para o crescimento que o PCB teve no período posterior a 1945. O jornal era usado como o principal instrumento no sentido de organizar o Partido, como lembra Sr. Odílio, que foi durante a segunda metade da década de 1950 editor-chefe do jornal: “Nós fazíamos a distribuição do jornal no sábado. Ele era distribuído por vários municípios. Inclusive, muitos locais de distribuição do jornal nos municípios acabaram mais tarde virando comitês municipais do partido, principalmente nas épocas que se aproximavam das eleições” (MALHEIROS, 2001, p. 12).

Como explica ele, muitas vezes os lugares de recepção do jornal acabaram virando células e comitês do partidos nos mais diferentes municípios do Estado.

Entender o Partido Comunista do Brasil e seus dirigentes no Paraná passa necessariamente por conhecer a dinâmica de funcionamentos das estruturas do Partido Comunista do Brasil no Paraná; entre elas uma das mais importante é, sem dúvida, o

seu jornal *Tribuna do Povo*. Conhecer essas estruturas é o caminho que com certeza será útil para entender o papel desenvolvido pela elite dirigente do PCB no Paraná.

CONCLUSÃO

Este trabalho apresenta-nos alguns dados interessantes que, de certo modo, vêm responder nossas perguntas a respeito da organização e principalmente dos dirigentes comunistas paranaenses. Uma primeira conclusão talvez seja a seguinte: o PCB no Paraná seguia o modelo nacional, conforme apontado por autores como Leôncio Martins Rodrigues e Ronald Chilcote. Entretanto, cremos que, principalmente, este trabalho coroa as teses de Robert Michels, pois deixa claro que o PCB, no período 1945-1964, apresentava as mesmas nuances e regras sociológicas estabelecidas para os todos os partidos e suas oligarquias ou elites pelo autor alemão.

De uma outra forma, temos aqui não uma obra completa sobre a história do Partido, mas uma contribuição no sentido de conhecer a dinâmica de funcionamento do Partido Comunista no Paraná; salvo engano, trouxemos, pela primeira vez¹⁵⁵, informações sistemáticas e sistematizadas a respeito do organismo partidário dos comunistas.

O trabalho foi estruturado em três linhas principais: a primeira consistindo em um breve levantamento histórico da trajetória política do Partido no estado, servindo de apoio para a linha principal, o perfil sócio-econômico dos dirigentes comunistas, em que foram analisados 89 dirigentes que, por algum momento entre 1945 e 1964, estiveram na direção do Partido no Paraná. Esse perfil permite-nos algumas conclusões para um receituário político do Partido. A terceira linha foi a apresentação do jornal do Partido no período considerado, a partir do pressuposto de ter sido a *Tribuna do Povo*, de fato, um elemento de ligação eficaz entre os níveis de direção do PCB e os diversos responsáveis pela implementação das políticas decididas na cúpula partidária.

Podemos apresentar a análise dos dirigentes estaduais do período 1945-1964 de dois pontos de vista: um sócio-econômico e outro em relação à atuação propriamente política do dirigente, considerando as atividades desenvolvidas como membro da

¹⁵⁵ Falamos aqui do estudo de General Ferdinando Carvalho, da 5ª Região Militar de Curitiba e Santa Catarina, que foi encomendado pelo Exército para mapear as atividades do PCB do Paraná – aliás, um estudo bom mas superficial e, de qualquer maneira, sem pretensões acadêmicas.

direção do Comitê Estadual. Fazendo um rápido balanço desses dois pontos de vista, teremos uma seguinte leitura.

A maioria dos dirigentes comunistas era nascida entre os anos de 1910 e 1920 e a metade desses dirigentes era de fora do Paraná – entre os quais diversos estrangeiros –, tendo vindo para cá por motivos de estudo e trabalho e acabaram fincando raízes no estado. A grande maioria dos dirigentes provinha da classe média, com formação escolar de nível secundário ou superior, sendo que as profissões predominantes entre os dirigentes desse período eram as de advogado, médico, comerciante, professor e ferroviário; apenas em menor número havia bancários e pequenos agricultores. Ou seja: predominantemente profissões de classe média e classe média alta. Em um quadro evolutivo, a maioria desses dirigentes tinha como ocupação anterior em grande parte a escola, isto é, eram estudantes ou mesmo operários, de profissões ligadas à produção industrial ou manual, além de diversos autônomos, como barbeiros e alfaiates.

Relativamente ao credo dos dirigentes, a fé religiosa era, para eles, era uma questão secundária, pois uma grande maioria dos dirigentes declarava-se sem religião; levando-se em conta a militância enfática dos dirigentes do Partido, interpretamos como sinal de ateísmo. Uma parcela significativa dos dirigentes dizia-se adepto do judaísmo, mas, segundo vimos, tendo que optar entre a condição de comunista e cidadão ou a de judeu, optava-se pela primeira.

Outra observação importante é a respeito do gênero dos dirigentes. Apesar de, por meio das entrevistas, percebermos que as mulheres ocupavam lugar de destaque nas organizações de festas e comemorações de datas importantes para os comunistas, foram poucas as mulheres que chegaram à direção do Partido durante o período estudado; entre as que alcançaram a condição de dirigentes estaduais, somente uma foi de fato da Direção Estadual, sendo outras duas suplentes da Direção no período em que atuaram. Por outro lado, em termos municipais a situação era diferente; aí as mulheres conseguiam ter uma participação de maior destaque.

A maioria dos dirigentes do PCB teve atuação na capital do estado, pois foi por meio da atuação centralizada que se irradiavam as políticas e diretrizes para o resto do

estado. De qualquer maneira, o resultado da centralização era que, quando o dirigente ascendia a um cargo de direção, tivesse que se deslocar para viver na capital.

Com relação à renovação dos dirigentes, constatamos ter ocorrido uma renovação muito baixa dentro dos quadros de direção. Havia um rodízio dos quadros de direção e no interior do Comitê Estadual, mas não um processo de renovação, porém sim de reacomodação dos dirigentes.

O ingresso no Partido dava-se por volta dos 25 anos de idade e o acesso ao cargo de dirigente estadual, por volta dos 30 a 35 anos. A média de permanência dos dirigentes no Partido era de entre 15 a 20 anos e a maioria iniciou a militância no Partido entre o fim dos anos 1930 e o início dos anos 1950.

Sobre a atuação dos dirigentes dirigentes estaduais em organismos intermediários de direção, a maioria teve uma dupla atuação nos dois organismos (de cúpula e intermediário, isto é, no municipal e no estadual) – e esse dado liga-se intimamente aos dirigentes estaduais que não ocuparam cargos do Secretariado Estadual. Já em relação à Direção Nacional, apenas dois dirigentes do Paraná tiveram algum cargo no Comitê Central; indicados para virem militar do PC do Paraná, vieram cinco dirigentes, sendo que dois para assumir o cargo de Secretário Político.

A atuação em organismos de base (as “células”) foi, durante os anos de legalidade (1946-1947), uma obrigação para todos os comunistas, inclusive para os dirigentes estaduais; somente em épocas em que a repressão era maior as discussões políticas ficavam mais restritas ao dirigentes partidários, que repassavam as orientações para os militantes sem que estes estivessem devidamente organizados nos organismo de base do Partido. No tocante à atuação dos dirigentes em entidades e aos cargos ocupados por eles nessas entidades, houve uma participação de quase 80% dos dirigentes estaduais em alguma entidade (sindical, estudantil ou classista), sendo que a maioria também estava à frente da direção dessas entidades. Em relação aos movimentos que aconteceram no período e que tiveram participação de quase a totalidades dos dirigentes comunistas, de apenas dois dirigentes não se têm informações que tenham participado de algum movimento em que o Partido esteve

envolvido; aproximadamente 65 comunistas ocuparam alguma função de direção nesses movimentos.

No que se refere às eleições que aconteceram entre os anos de 1945 e 1964, um total de 36 dos 89 dirigentes foram candidatos a algum cargo eletivo, pelo Partido ou por alguma outra legenda. Desses 36, sete dirigentes foram eleitos em diferentes momentos, sendo que dois em eleições anteriores a 1945 (mais precisamente na Assembléia Constituinte de 1934) e cinco foram suplentes.

Outro dado importante é que 95% dos dirigentes foram monitorados pelos órgãos de repressão, mesmo durante os anos da legalidade, principalmente durante os anos de clandestinidade e semiclandestinidade que o Partido Comunista no Paraná enfrentou. A consequência disso foi que muitos dirigentes foram presos em diversos períodos, sendo que o maior número de prisões aconteceu antes de 1945, durante os anos do Estado Novo, e depois de 1964, com a instalação do regime militar. Isso não significa que não tenham ocorrido prisões em outras datas fora desses dois ciclos de repressão, pois também houve um número razoável de prisões entre o fim dos anos 1940 e o início dos anos 1950, por ocasião da Campanha dos Partidários da Paz.

Sobre qual foi o impacto da divisão que o PCB sofreu no início dos anos 1960, podemos afirmar que quase não houve repercussão nas hostes do comunismo paranaense, o que demonstra que o Partido tinha, como já vimos, uma estrutura partidária verticalmente organizada e alinhada com as orientações da sua direção superior. Os casos de desligamento do PCB no Paraná em virtude do episódio da divisão que originou dois partidos só aconteceram posteriormente, não se referindo a muitos dirigentes (mais precisamente, dois dirigentes saíram do PCB para irem ao PCdoB).

Por fim, o jornal dos comunistas paranaense. Houve três jornais, que na verdade reduziam-se a dois, pois a *Tribuna do Povo*, entre 1946 e 1949, chamava-se de *Jornal do Povo*. O outro jornal era o *Novos Rumos*, editado nacionalmente pelo Partido e que no início dos anos 1960 dividiu o público com a *Tribuna do Povo*. Em torno de 87% dos dirigentes colaboravam com o jornal – alguns mais, outros menos. Os que colaboravam mais tinham funções executivas e assumiam tarefas com relação ao

jornal, sendo que muitos também escreviam para o jornal. A manutenção do órgão era como que sagrada: como pudemos observar, a *Tribuna do Povo* funcionou por quase 14 anos sem interrupção; apesar dos percalços que o jornal atravessou, nunca foi abandonado pela Direção Estadual, mesmo nos piores momentos de repressão política.

O jornal era um instrumento organizador do coletivo, pois por meio dele a Direção Estadual do Partido difundia sua política e suas orientações para o conjunto de municípios onde o partido estava organizado. O jornal trazia as questões que deveriam pautar as discussões dos diretórios municipais, diretórios zonais e das células do Partido, que estavam espalhadas pelos mais diversos municípios do estado; também apresentava documentos e resoluções aprovadas nos diretórios Estadual e Nacional, as orientações de Prestes e do Comitê Central.

Com o propósito de unificar a política dos comunistas paranaenses, serviu de instrumento organizador das lutas, permitindo, acima de tudo, que os comunistas do Paraná zelassem pela organização interna, conforme desejava sua direção estadual. A *Tribuna do Povo* cumpria essa função porque a Direção Estadual compreendia o papel que o jornal cumpria e designava aquele que assumia o cargo de Secretário de Agitação e Propaganda do Comitê Estadual também o responsável direto pela elaboração da pauta e da rodagem do jornal. Por esse motivo é que afirmamos que, para os dirigentes comunistas, o jornal foi fundamental para que o PCB no Paraná tivesse longa vida.

* * *

Foram quase dois anos de intensas pesquisas, entrevistas e manuseio de documentos para que pudéssemos reunir uma quantidade razoável de materiais que nos permitissem conhecer e elaborar estas páginas sobre o PCB do Paraná e seus dirigentes. Foi necessário um mergulho na história política do período para localizar onde se inseria o Partido nesse período. Nesse sentido, chegamos até aqui e podemos dizer que temos a sensação de missão cumprida; parece-nos que atingimos o objetivo de apresentar informações que sirvam como “abre-alas” para futuras pesquisas sobre o

PCB no Paraná, assim como para trabalhos comparativos sobre o PCB em outros estados e municípios.

Não pretendíamos e nem desejamos que o trabalho ora apresentado seja considerado “a” verdade sobre o PCB do Paraná. Apesar disso, temos claro que o que apontamos aqui é um trabalho pioneiro com relação ao tema do comunismo e de sua elite política dirigente no Paraná.

O fato de anteriormente não haver nada sistematizado do ponto de vista documental ou literário sobre os comunistas no estado do Paraná levou-nos a optar por um caminho que nos impediu de lidar com um problema que nos servisse de hipótese de trabalho sobre a elite política dirigente dos comunistas do Paraná; ao contrário, ao começar nossas pesquisas tivemos que fazer esta pergunta: como e quem eram os dirigentes do PCB no Estado? Isso nos levou à opção de construir um perfil sócio-econômico, mesclado com um breve histórico dos principais momentos da vida política do PCB durante o período que escolhemos.

Assim, tratar dos dirigentes comunistas não foi tão penoso quanto foi o esforço para colocar de pé um modelo de organização da elite política dos comunistas paranaenses, descrevendo o perfil social e econômico desses dirigentes que construíram o Partido no estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LIVROS E ARTIGOS ACADÊMICOS

- AMAZONAS, J.** 1999. *Os desafios do socialismo no século XXI*. São Paulo: A. Garibaldi.
- AMAZONAS, J.; GRABÓIS, M. & LÊNIN, V. I.** 1990. *30 anos de confronto ideológico: marxismo x revisionismo*. São Paulo: A. Garibaldi.
- ARRUDA, D.** 1982. *A educação revolucionária do comunista*. São Paulo: A. Garibaldi.
- BASBAUM, L.** 1976. *Uma vida em seis tempos*. Uma visão da história brasileira dos últimos quarenta anos. São Paulo: Alfa-ômega.
- _____. 1976. *História sincera da República de 1930 a 1960*. São Paulo: Alfa-ômega.
- BOURDIEU, P.** 1996. *Rações práticas*. Sobre a teoria da ação. São Paulo: Papirus.
- BOTTOMORE, T. (org.)**. 2001. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: J. Zahar.
- _____. 1965. *As elites e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar.
- BOUNICORE, A. C.** 2000. *Sindicalismo vermelho: a política sindical do PCB entre 1948 e 1952*. Cadernos AEL. Campinas: UNICAMP.
- BRAGA, S. S.** 1998. *Quem foi quem na Assembléia Constituinte de 1946*. Brasília: Câmara dos Deputados.
- _____. 2003. *Luís Carlos Prestes. O constituinte, o Senador – 1946-1948*. Brasília: Senado Federal.
- BRANDÃO, G. M.** 1997a. *Esquerda positiva*. As duas almas do Partido Comunista – 1920/1964. São Paulo: Hucitec.
- _____. 1997b. A ilegalidade mata. O Partido Comunista e o sistema partidário (1945/1964). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 33, p. 23-34, fev.
- CAMARGO, A.** 1984. Os usos da História Geral e da História de Vida: trabalhando com elites políticas. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 27, p. 5-29.

- CARONE, E.** 1982. *O PCB. 1922 a 1943*. Col. “Corpo e alma do Brasil”. São Paulo: Difel.
- _____. 1986. *O marxismo no Brasil. Das origens a 1964*. Rio de Janeiro: Dois Pontos.
- CARVALHO, J. M.** 1996. *A construção da ordem – a elite imperial & Teatro das sombras – a política imperial*. Rio de Janeiro: UERJ.
- CARVALHO, P. & ALMEIDA, F.** 1985. *PCd B (1962 – 1984). A sobrevivência de um erro*. 2ª ed. São Paulo: Novos Rumos.
- CAVALCANTE, B.** 1986. *Certezas e ilusões: os comunistas e a redemocratização da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UFF.
- CHILCOTE, H. R.** 1974. *Partido Comunista Brasileiro. Conflito e integração, 1922-1972*. Rio de Janeiro: Graal.
- COLNAGHI, M. C.** 1984. *Colonos e poder: a luta pela terra no Sudoeste do Paraná*. Curitiba. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná.
- COSTA, S. G.** 1994. *História política da Assembléia Legislativa do Paraná. V. I e II*. Curitiba: Assembléia Legislativa do Paraná.
- DIAS, G.** 1989. *O Estado Novo*. São Paulo: Ática.
- DUVERGER, M.** 1968. *Sociologia política*. Rio de Janeiro: Forense.
- ECO, U.** 1997. *Como fazer uma tese*. São Paulo: Perspectiva.
- ELIADE, M.** 1980. *O sagrado e o profano. A essência das religiões*. Lisboa: Livros do Brasil.
- FERNANDES, L.** 1990. *URSS, ascensão e queda: a economia política das relações da União Soviética com o mundo capitalista*. São Paulo: A. Garibaldi.
- FERNANDES, L. & LUSTOSA, R.** 1992. *O Socialismo vive. Documentos e resoluções do VIIIº Congresso do Partido Comunista do Brasil*. São Paulo: A. Garibaldi.
- FERREIRA, Â. M. D.** 1984. *Agricultura capitalista e campesinato no Norte do Paraná – Região de Porecatu (1940-1952)*. Curitiba. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná.
- FERREIRA, J.** 2002. *Prisioneiros do mito. Cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Niterói: UFF.

- FREIRE, R.** 1991. *O que mudou no PCB*. Brasília: Novos Rumos.
- GIRGLIOLI, P. P.** 1994. Burocracia. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N. & PASQUINO, G. (orgs.). *Dicionário de política*. 6ª ed. Brasília: UNB.
- GOMES, D.** 2000. *História do Partido Comunista em Santos*. Memórias de um partido revolucionário. Campos: Miracema.
- GORENDER, J.** 1987. *Combate nas trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões à luta armada. 3ª ed. São Paulo: Ática.
- GOULART, F.** 2002. Poema. *Revista Princípios*, São Paulo, n. 64, contra-capas.
- HELLER, M. I.** 1988. *Repressão política no Paraná*. São Paulo: Paz e Terra.
- _____. 2001. *A Copel é nossa*. Curitiba: Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.
- HELLER, M. I. & DUARTE, M. L. A. G.** 2000. *Memórias de 1964 no Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial.
- KONDER, L.** 1995. *As idéias socialistas no Brasil*. Col. "Polêmica". São Paulo: Moderna.
- KELLER, S.** 1963. *O destino das elites*. Rio de Janeiro: Forense.
- KIELLER, M.** 2002. *PCB-PCdoB*. A unidade comunista no Brasil. Curitiba: Instituto Brasileiro de Estudos e Relações do trabalho.
- KONDER, V. M.** 2002. *Militância*. São Paulo: Instituto Tancredo Neves.
- LAZIER, H.** 1983. *A estrutura agrária no Norte do Paraná*. Curitiba. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná.
- _____. 1986a. *Análise da posse da terra no Sudoeste paranaense*. Curitiba: SEGE-Biblioteca Pública do Paraná.
- _____. 1986b. *Os comunistas e a reforma agrária no Paraná*. São Paulo: Novos Rumos.
- _____. 2003. *Paraná: terra de todas as gentes e de muitas histórias*. Francisco Beltrão: Grafut.
- LEÃO, V. M. Z. L.** 1999. *Voando em um limite improvável: discutindo idéias comunistas na perspectiva de gênero*. Curitiba. Monografia (Graduação). Universidade Tuiuti do Paraná.
- LÊNIN, V. I.** 1960. *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*. São Paulo: Escriba.

- _____. 1981. Que fazer? Problemas candentes de nosso movimento. In: _____. *Obras escolhidas*. V. I. Lisboa: Avante.
- LUSTOSA, R.** 1985. *PCdoB e PCB*. Dois caminhos opostos. São Paulo: A. Garibaldi.
- MANIN, B.** 1995. As metamorfoses do governo representativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 29, p. 5-34, out.
- MARIANI, B.** 1998. *O PCB e a imprensa*. Os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989. Rio de Janeiro: Revan.
- MARX, K.** s/d. *A questão judaica*. S/l: Moraes.
- MARX, K. & ENGELS, F.** 1987. *Manifesto do Partido Comunista*. Moscou: Progresso.
- MICHELS, R.** 1982. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: UNB.
- MICELI, S.** 1986. Carne e osso da elite brasileira. In: FAUSTO, B. (coord.). *O Brasil republicano*. Sociedade e política (1930-1964). 3ª ed. São Paulo: Difel.
- MOSCA, G. & BOUTHOU, G.** 1962. *História das doutrinas políticas, desde a Antigüidade*. Rio de Janeiro: Zahar.
- OPPO, A.** 1994. Partidos políticos. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N. & PASQUINO, G. (orgs.). *Dicionário de política*. 6ª ed. Brasília: UNB.
- PANDOLFI, D. C.** 1995. *Camaradas e companheiros: memória e história do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- PEREIRA, A.** 1976. *A formação do PCB*. Lisboa: Prelo.
- REBELO, A.** 2003. *Jornal A Classe Operária*. Aspectos da história, opinião e contribuição do jornal comunista na vida nacional. São Paulo: A. Garibaldi.
- Resultados eleitorais – Paraná 1945-1982*. 1989. Curitiba: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.
- RODRIGUES, L. M.** 1986. *O PCB: dirigentes e organização*. In: FAUSTO, B. (coord.). *O Brasil republicano*. Sociedade e política (1930-1964). 3ª ed. São Paulo: Difel.
- _____. 1982. *O PCB, 1943 a 1964*. Col. “Corpo e alma do Brasil”. São Paulo: Difel.
- _____. 1990. *CUT: os militantes e a ideologia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- ROEDEL, H.; AQUINO, R. S. L.; VIEIRA, F. A. C.; NEAGELI, L. B. & MARTINS, L.** 2002. *PCB. Oitenta anos de luta*. Rio de Janeiro: Fundação Dinarco Reis.
- RUI, J. C.** 2002. Partido Comunista do Brasil, 80 anos. As primeiras décadas. *Revista Princípios*, São Paulo, n. 64, p. 22.
- SABIROV, K. H.** 1987. *O que é Comunismo?* Moscou: Progresso.
- SANTOS, W. G.** 1978. *Poder e política: crônica do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- SEGATTO, J. A.** 1981. *Uma breve história do PCB*. São Paulo: Ciências Humanas.
- SILVA, O. H.** 2000. O nascimento dos sindicatos rurais e o sindicalismo comunista no Paraná. In: VILALOBOS, J. U. G. (org.). *Revista de Geografia Social e Agricultura*. Maringá: UEM
- SODRÉ, N. W.** 1987. *O tenentismo*. São Paulo: Círculo do Livro.
- THIOLLENT, M.** 1982. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. 3ª ed. São Paulo: Polis.
- TINDADE, H.** 1978. Tentativa de reconstrução empírica de um movimento político radical. In: NUNES, E. O. (org.). *A aventura sociológica*. Objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar.
- TONELLA, C.; VILLALOBOS, J. U. G. & DIAS, R. B.** 1999. *As memórias do sindicalista José Rodrigues dos Santos*. A luta dos trabalhadores rurais do Paraná. Maringá: UEM.
- VIEIRA NETO, J. R.** s/d. *Sobre as quatro liberdades*. Curitiba: UFPR.
- VINHAS, M.** 1974. *O partidão*. A luta por um partido de massa 1922-1974. São Paulo: Hucitec.
- WEBER, M.** 1982. *Ensaios de Sociologia*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan.

FONTES PRIMÁRIAS

Anais da Assembléia constituinte de 1947. 1949. V. 1. Curitiba: Imprensa oficial do Estado.

- CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA.** 1993. 300 anos da Câmara Municipal de Curitiba 1693-1993. Curitiba: Câmara Municipal de Curitiba.
- CARVALHO, F.** 1966. *Inquérito policial-militar n. 709.* O comunismo no Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.
- _____. 1967. Relatório da 5ª Região Militar e 5ª Divisão de Infantaria. Inquérito policial-militar que apura atividades do PCB do Paraná. Curitiba: s/n.
- Inquérito policial-militar n. 444.* Operação Marumbi. 1967. Curitiba: s/n.
- PARANÁ.** Tribunal Regional Eleitoral. 1945. Ata da eleição de dezembro de 1945. Curitiba, 4.jan.1946.
- PCB.** 1958. *Declaração de março de 1958.* Declaração sobre a política do Partido Comunista Brasileiro. Rio de Janeiro: Partido Comunista Brasileiro.
- _____. 1996. *Resoluções do XI Congresso do PCB.* Rio de Janeiro: Partido Comunista Brasileiro.
- PCB.* Processo de cassação do registro (1947). 1980. São Paulo: Aldeia Global.
- Resoluções do XI Congresso do PCB.* 1996. Rio de Janeiro: Partido Comunista Brasileiro.
- Resultados eleitorais do Paraná 1945-1982.* 1989. Curitiba: IPARDES.

DOCUMENTOS E JORNAIS

- A Classe Operária.* Órgão central do Partido Comunista do Brasil, diversos números.
- Dossiê Esquerda. 1997. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 8.
- Dossiê Estado Novo. 1997. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 9.
- Estatuto do Partido Socialista Brasileiro*, março de 1997.
- Imprensa Popular.* Órgão central do Partido Comunista Brasileiro, São Paulo, jan.-fev. 2000.
- Jornal do Povo.* Órgão central do Partido Comunista do Brasil no estado do Paraná, Curitiba, diversos números.
- Livro-ata das sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná*, n. 1. s/d. Curitiba: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.
- PCB vinte anos de política.* Documentos 1958-1979.

Programa e estatutos do PCdoB, out.1990.

Revista Princípios, São Paulo, diversos números.

Tribuna do Povo, Órgão central do Partido Comunista do Brasil no estado do Paraná, Curitiba, diversos números.

Tribuna Operária. Órgão central do Partido Comunista do Brasil. Rio de Janeiro, diversos números

ENTREVISTAS

GALVÃO, N. T. 2002. *Entrevista concedida a Márcio Kieller*. Curitiba, 19-20.jul.

HELLER, M. I. 2001. *Entrevista concedida a Márcio Kieller*. Curitiba, 1-7.jul.

JUGEND, C. I. 2002. *Entrevista concedida a Márcio Kieller*. Curitiba, 13-27.abr.

LAZIER, H. 2001. *Entrevista concedida a Márcio Kieller*. Curitiba, 19-20.jul.

MALHEIROS, O. C. 2001. *Entrevista concedida a Márcio Kieller*. Curitiba, 20.jun.

OLIVEIRA, I. S. 2001. *Entrevista concedida a Márcio Kieller*. Curitiba, 31.ago. e 5.set.

PATRIOTA, I. G. 2003. *Entrevista concedida a Márcio Kieller*. Curitiba, 15.jul.

PREVIDE, W. 2001. *Entrevista concedida a Márcio Kieller*. Curitiba, 27.maio e 2.jun.

ROCHA, E. O. 2001. *Entrevista concedida a Márcio Kieller*. Curitiba, 7-13.ago.

SANTANA, H. M. 2002. *Entrevista concedida a Márcio Kieller*. Curitiba, 9-17.out.

**ANEXO I – RELAÇÃO DE PASTAS TEMÁTICAS CONSULTADAS
(ARQUIVO PÚBLICO, FUNDO DOPS)**

Pasta	Letra	Caixa	Título da pasta	Período	Consultada
121		15	PCB – Atividades comunistas	1937, 1938	Sim
180	a	21	Comitê do PCB – Curitiba		Sim
180	a	21	Fichas de sócio contribuintes	1941	Sim
180	b	21	Fichas de sócio contribuintes		Sim
264		29	Células de Curitiba		Sim
264		29	Comitê comunista da capital		Sim
270		30	Lista de Comunistas no interior do Paraná	-	Sim
274		30	PCB – comitê de Paranaguá		Sim
274	a	30	PCB – comitê de Paranaguá		Sim
274		30	Comitê Municipal de Paranaguá		Sim
280	a	31	Comitê Alemão às Vítimas da Guerra		Sim
282		31	Comitê Democrático dos Advogados		Sim
313		35	Comunista fichados até 1955	1955	Sim
1205		143	<i>Jornal Diário da Tarde</i>		Sim
1252		147	<i>Jornal Tribuna do Povo</i>	1953, 1957	Sim
1288		151	Lista de Comunistas de 1954	1954	Sim
1405		166	Movimento Paranaense dos Partidários da Paz		Sim
1465		173	Sobre o Partido Comunista Brasileiro		Sim
1465		173	Organização no Paraná		Sim
1466	d	173	Sobre o Partido Comunista Brasileiro	1950	Sim
1466	c		Sobre o Partido Comunista Brasileiro		
1466	a	173	Documentos gerais	1946, 1948, 1971, 1973	Sim
1466	d		Sobre o Partido Comunista Brasileiro		Sim
1466	c		Sobre o Partido Comunista Brasileiro	1946	Sim
1466	a		Fora do período	1970	-
1466	b			1950	Sim
1466	b	173	Atividades de comunistas no Norte do Paraná	Década de 1950	Sim
1466	d	173	PCB no Paraná	1960-1964	Sim
1468	a	174	Geral	1936, 1946, 1947, 1949	Sim
1468	b	174	Relações nominais		Sim
1468	b		Sobre o Partido Comunista Brasileiro		Sim
1468	c	174	PCB geral no Paraná	1950	Sim
1468	e	175	Sobre o Partido Comunista Brasileiro	1942,1944-1949	Sim
1468	e	174	Sobre o Partido Comunista Brasileiro	1979 a 1989	Sim
1469		175	Doutrina do PCB		Sim
1473	a	176	Relações nominais	1951,1954, 1964, 1965, 1970	Sim
1476		178	PCB de Londrina		Sim
1477		177	PCB – volume 2	1959,1960,1962	Sim

RELAÇÃO DE PASTAS TEMÁTICAS CONSULTADAS (continuação)

1478		177	PCB – volume 1	1959,1960 e 1962	Sim
1486		178	O PCB em Londrina		Sim
1489		178	PCB – geral do Paraná		Sim
1490	A		Organização no Paraná	1967, 1968, 1973, 1975, 1976	Sim
1490	B	178	Organização no Paraná	-	Sim
1497		180	PCB – Ponta Grossa		Sim
1552		147	<i>Jornal do Povo</i>	-	Sim
2276		255	<i>Jornal Tribuna do Povo</i>	1951, 1955, 1957	Sim
1941		31	Célula Centro do PCB	1945, 1947	Sim
284		31	Comitê Democrático do Bigorrilho	1945, 1947, 1948	Sim
283		31	Comitê Comunista Água Verde	1945	Sim
1229		145	<i>Jornal Novos Rumos</i>	1959, 1960	Sim
1282		150	Ligas camponesas	1948, 1949, 1952	Sim
0326		038	Congresso Paranaense dos Partidários da Paz	1949	Sim

**ANEXO II – RELAÇÃO DE PASTAS INDIVIDUAIS CONSULTADAS
(ARQUIVO PÚBLICO, FUNDO DOPS)**

	Relação de nomes a consultar	Número da ficha	Número do microfilme sem informação	Número da pasta ou caixa
1	Aurélio Meireles	Sem informação	sem informação	sem informação
2	Adão Agar Toledo do nascimento	27498	2273/01	sem informação
3	Adão Magalhães	3391	23143/01	sem informação
4	Adolfho Chinaglia	Sem informação	sem informação	058/276
5	Agliberto Vieira de Azevedo*	2874	2874/01	081/277
6	Alaor Figueredo	14049	14049/01	093/278
7	Alberto Dambinski	11.181	2263/01	103/279
8	Alcides Bittencourt	sem informação	sem informação	0131/280
9	Alcyr Xavier	46843/6639	2279/01	sem informação
10	Amazonas Brasil	5.767	2262/01	0231/286
11	Ângelo Cajardoni	6.564	2262/01	sem informação
12	Ângelo Maria Patittutti	30754		0257/287
13	Anita Cordeiro	7628	1124/01	sem informação
14	Antônio Brito Lopes	22.086	2272/01	0298/290
15	Antonio Carlos Raimundo	4.853	33602/01	sem informação
16	Antonio Mendonça Conde*	9.455	2263/01	0364/294
17	Moacir Antônio Arcoverde	2.412	2412/01	sem informação
18	Antonio Araújo Rocha	34.878	2274/01	0387/296
19	Arcelina Mochel Goto	17083	17083/01	0422/297
20	Ari Steckmann	43273	6136/01	sem informação
21	Aristides de Oliveira Vinholes			0440/298
22	Arnaldo Assunção*	2.675	2260/04	0464/299
23	Arnaldo José Sagaz	36.274	2275/01	sem informação
24	Arpad Printz	33.161	2274/01	0464/301
25	Átila Medeiros Rodrigues Silva	sem informação	sem informação	0512/302
26	Augusto Busmayer	6344/1.1177	2262/01	sem informação
27	Aureliano Mattos Moura	sem informação	2273/01	sem informação
28	Berek Krieger	20.177	2273/01	0568/305
29	Bernando Burba filho*	6.280	2262/01	0574/305
30	Carlos Previde	33.113	2274/01	sem informação
31	Chaim Israel Jugend	19.269	2272/01	0731/314
32	Claudemiro Batista*	3.954	2262/01	0756/315
33	Clemenceau Rodrigues de Oliveira	29.122	2273/01	sem informação
34	Dante Leonelli	21.148	2272/01	0819/319
35	Dario Printz*	33163	2274/01	0830/319
36	Dinarte Pereira Brasil	837	837/01	882/322
37	Durvalina Alves Batista	3.956	2262/01	0929/324

RELAÇÃO DE PASTAS INDIVIDUAIS CONSULTADAS (continuação)

38	Eduardo da Rocha Virmond	46.209	2279/01	0981/327
39	Elias Neves Miranda			1012/329
40	Elson Costa	sem informação	sem informação	1038/330
41	Mautílio Muraro	sem informação	sem informação	site PCdoB
42	Ervino Hauer Kwasinski	20.359	864/01	sem informação
43	Esmeraldo Blasi Junior	4.947	2262/01	1121/336
44	Euzébio José Martins	34.923	2275/01	1164/338
45	Expedito de Oliveira Rocha	34.923	2275/01	1174/339
46	Fernando Tristão Fernandes	13.340	2020/01	sem informação
47	Flavio Ribeiro	34.420	2274/01	1216/341
48	Francisco Antônio Leivas Otero	30.118	4330/01	
49	Francisco Batista Silveira Martins	3.964	2262/01	1230/342
50	Francisco Osvaldo Castelucci	8.228	1204/01	sem informação
51	Francisco Luiz França	14760	14760/01	1267/344
52	Gregório Bezerra	14671	14671/01	1400/352
53	Guido Previde	33.114	2274/01	sem informação
54	Hedel Jorge Azar	2.855	2260/04	1481/356
55	Herculano Torres Cruz	10552	10552/01	1561/361
56	Hermógenes Lazier*	20.722	2272/01	1567/362
57	Homero Cavalcanti Quadros	33.336	2274/01	1593/364
58	Hugo Mendonça Sant'ana	sem informação	sem informação	1608/365
59	Hiran Ramos de Oliveira	29.313	4222/2	1591/363
60	Iraci silva	40153/5774	22.75/01	sem informação
61	Izaurino Gomes Patriota	30748	2274/01	1706/371
62	Jacob Schimit*	38633	551/01	1723/372
63	Jahyr Freire	14.969	2267/01	1755/374
64	João Amazonas de Souza Pedrosa	1.477	2260/04	1778/375
65	João Batista Teixeira	44.005	2276/01	1790/376
66	João Bosco	5.451	2262/01	1799/377
67	João Saldanha	33.370	2275/01	sem informação
68	Joaquim Rodrigues Moschel*	26.157	2273/01	1930/384
69	Jodat Nicolas Curi			1936/385
70	Jorge Herlain	18316	45531	1961/386
71	Jorge Karan	19.486	2272/01	1963/386
72	José Rodrigues dos Santos	37.638	5455/02	2191/400
73	José Rodrigues Vieira Neto*	45992	6524/02	2193 e94/400
74	Julio Manfredini	23.508/23.509	2272/01	2258/404
75	Laélio Andrade	1715	2260/04	2316/407
76	Leon Roxine	35.078	2275/01	sem informação
77	Legardth Consulmagno	9.487	2263/01	2343/409
78	Luis Alberto Dalcanale	11122	1.682	2427/415
79	Luis Carlos Prestes	33.090	2274/01	sem informação
80	Manuel Alberto Azevedo Coelho	9.252	9252/01	sem informação
81	Manoel Jacinto Correa	9812	2263/01	2544/422

RELAÇÃO DE PASTAS INDIVIDUAIS CONSULTADAS (continuação)

82	Manuel Leandro da Costa Jr.	10236	2263/01	sem informação
83	Manuel Urquiza	44.969	2276/01	sem informação
84	Maria José Previde	33.117	2274/01	sem informação
85	Maria de Lourdes Coronato	9.657	1140/02	sem informação
86	Maria Olímpia Carneiro Mochel	26.160	2273/01	2630/427
87	Maurício Goldfeld	2.458		sem informação
88	Mário Urias de Mello	25.139	2273/01	sem informação
89	Maurício Grabois	17169	17169/01	2689/430
90	Miguel Pan	30.493	1130-a/02	2746/434
91	Milton Ivan Heller	18231	18231/02	2760/435
92	Milton Ribeiro Menezes	25.590	25.590	2763/435
93	Moacir Antônio Arcoverde	2.412	1.198	sem informação
94	Nascimento Marcílio Pereira	31.618	2274/01	sem informação
95	Nair Busmayer	6346 ^a	2262/01	2802/437
96	Nelson torres Galvão	15566-a	15566-a/02	2846/440
97	Newton Leopoldo Câmara	6.724	2262/01	2867/441
98	Nillo previde	33.119	2.274	2884/443
99	Nilo Izidoro Biazetto	4749/674	1	2883/443
100	Odete soares de Oliveira	29760	14.880	sem informação
101	Odílio Cunha Malheiros filho	23417	23.417/02	2927/446
102	Orlando Ceccon	8.551	2263/01	2958/447
103	Hortêmio Batista	3.972	2262/01	sem informação
104	Otávio da Silveira			3020/451
105	Otto Bracarense Costa			3023/451
106	Paulino Vieira	46.034	2279/01	3053/453
107	Raul dias	11.720	2263/01	sem informação
108	Regina Milder			sem informação
109	Oswaldo Coronato	1442	9659	3006/450
110	Simon Nicoleviscki	sem informação	sem informação	sem informação
111	Tranquilo Sarajoto	38.167	2275/01	3566/483
112	Severino Nunes	28.550	4138/03	sem informação
113	Severino Francisco Ribeiro	34.632		sem informação
114	Ubaúna Bismayer	6342	2262/01	sem informação
116	Ubirajara Moreira	26.772	2273/01	3573/484
117	Vergílio Previdi	33121/4776	4776/01	sem informação
118	Vilário Muller*	27.244	3877/02	3626/487
119	Vitor Horácio da Costa	10.387		sem informação
120	Waldemar Reikdal*	34.059/1575	33.121	2274/01
121	Walfrido Previde	33.122	1430/02	3677/490
122	Walfrido soares de Oliveira*	29.916 e 29.931	2274/01	3678/490
123	Wilson Previde	33.123	2274/01	3741/494
124	Zola Cúnico	10.969	2263/01	sem informação
125	Francisco Paciornick			1274/345
126	Zízimo de Carvalho	8.139		3774/496

ANEXO III – DIREÇÃO ESTADUAL DO PCB DO PARANÁ ANOS: 1945-1947

CARGO	NOME	PROFISSÃO	
SECRETÁRIO-GERAL SECRETÁRIO DE ORGANIZAÇÃO E FINANÇAS SECRETÁRIOS DE MASSAS SINDICAIS SECRETÁRIOS DE MASSAS ELEITORAIS SECRETÁRIO DE DIVULGAÇÃO E PROPAGANDA	1 VALFRIDO SOARES DE OLIVEIRA	FERROV/BANCÁRIO TRABALHADOR MANUAL	
	2 VILÁRIO MULLER BERNADO BURBA	BANCÁRIO	
	3 FILHO/NILO BIAZETTO	FERROVIÁRIO	
	4 ELIAS NEVES MIRANDA	ADVOGADO	
	5 FLÁVIO RIBEIRO		
DEMAIS MEMBROS DO DIRETÓRIO	6 ADÃO AGHAR TODELO DO NASCIMENTO	COMERCIO	
	7 AURELIANO MATOS MOURA	MÉDICO	
	8 DARIO PRINTZ FRANCISCO	FERROVIÁRIO	
	9 PACIORNICK		
	10 HORTÊMIO BATISTA	FERROVIARIO	
	11 JULIO MANFREDINI	FUNC. PÚBLICO	
	12 NILO PREVIDE	PINTOR	
	13 VALDEMAR REICKEDAL	FUNILEIRO	
	14 VÍRGILIO PREVIDE	COMERCIANTE	
	15 ALBERTO DAMBINSKI	FERROVIARIO	
	16 ADOLFHO GINAGLIA	MARCENEIRO	
	17 ANITA CARNEIRO IZAURINO GOMES	PROFESSORA	
	18 PATRIOTA	ADVOGADO	
	19 MARIA OLIMPIA MOSCHEL CARNEIRO	PROFESSORA	
	20 ANGELO MARIA PATITTUTTI	ALFAITE	
	21 FRANCISCO OSVALDO CASTELLUTTI	ADVOGADO	
	22 JORGE HERLAIN	FERROVIARIO	
	23 JULIO MANFREDINI	FUNC.PUBLICO	
	JORNAL DO POVO		
		DIRETOR	
		FLÁVIO RIBEIRO	ADVOGADO MECÂNICO
		ESMERALDO BLASI JR.	FERROVIÁRIO

ANEXO IV – DIREÇÃO ESTADUAL DO PCB DO PARANÁ ANOS: 1947-1950

CARGO	NOME	PROFISSÃO
SECRETARIO GERAL SECRETÁRIO DE ORGANIZAÇÃO	24 JOSE RODRIGUES VIERIA NETO	ADVOGADO
	CLEMENCEAU RODRIGUES DE	
	25 OLIVEIRA	FERROVIÁRIO
SECRETÁRIO DE ORGANIZAÇÃO E FINANÇAS	26 JACOB SCHIMIT	GRÁFICO
	27 ESMERALDO BLASI JUNOIR	OPERÁRIO
	28 JORGE KARAN	MÉDICO
SECRETÁRIOS DE MASSAS SINDICAIS SECRETÁRIOS DE MASSAS ELEITORAIS SECRETÁRIO DE DIVULGAÇÃO E PROPAGANDA	29 NILO BIAZETTO	BANCÁRIO
	DARIO PRINTZ	COMERCIANTE
	30 HOMERO CAVALCANTI QUADROS IZAURINO GOMES PATRIOTA	FUNC. PUBLICO ADVOGADO
DEMAIS MEMBROS DO DIRETÓRIO E SUPLENTE	ADÃO AGHAR TODELO DO NASCIMENTO	COMERCIANTE
	31 ANGELO CAJARDONI]	AGRICULTOR
	32 ANGELO MARIA PATITTUTTI	FERROVIARIO
	33 ANTONIO ARAUHO ROCHA	ESTIVADOR
	34 ANTONIO CARLOS RAIMUNDO	PROFESSOR
	35 ARPAD PRINTZ	FERROVIÁRIO
	AURELIANO MATOS MOURA	MÉDICO
	36 CARLOS PREVIDE	
	37 ERVINO HAUER KWASINSKI	MILITAR
	FLÁVIO RIBEIRO	ADVOGADO
	38 GREGÓRIO BEZERRA	AGRILC/MILITAR
	39 IZAURINO GOMES PATRIOTA	ADVOGADO
	40 JOSÉ COLODA	FERROVIÁRIO
	41 MANUEL L.DA COSTA JUNIOR	ESTIVADOR
	42 MARIO URIAS DE MELO	AGRICULTOR
	43 NELSON TORRES GALVÃO	BANC/CORRETOR
	44 NEWTON LEOPOLDO CÂMARA	MÉDICO
	NILO IVO PREVIDI	PINTOR/COMER
45 OTÁVIO DA SILVEIRA	MÉDICO	
46 RAUL DIAS	DENTISTA	
47 VALFRIDO PREVIDE	PINTOR	
VIRGILIO PREVIDE		
WALFRIDO SOARES DE OLIVEIRA		
48 ZOLA CUNICO	FERROV/BANCÁRIO MECÂNICO	

DIREÇÃO ESTADUAL DO PCB DO PARANÁ 1947-1950 (continuação)

JORNAL

JORNAL DO POVO - ATÉ 1949

DIRETOR

FLÁVIO RIBEIRO

ADVOGADO

MECÂNICO

ESMERALDO BLASI JR.

FERROVIÁRIO

JORNAL

**TRIBUNA DO POVO - APARTIR
DE 1949**

DIRETOR

IZAURINO GOMES PATRIOTA

ADVOGADO

ANEXO V – DIREÇÃO ESTADUAL DO PCB DO PARANÁ ANOS: 1950-1954

CARGO	NOME	PROFISSÃO
SECRETARIO GERAL SECRETÁRIO DE ORGANIZAÇÃO	49 ARI STCKEMANN	MÉDICO
	DARIO PRINTZ	FERROVIÁRIO
	NELSON TORRES GALVÃO	BANCÁRIO/CORRETOR
	JOSÉ RODRIGUES V NETO	ADGOVADO
	JORGE KARAN	MÉDICO
SECRETÁRIO DE FINANÇAS SECRETÁRIOS DE MASSAS SINDICAIS SECRETÁRIO DE DIVULGAÇÃO E PROPAGANDA	50 JACOB SCHIMIT	GRÁFICO
	IZAURINO GOMES PATRIOTA	ADVOGADO
	51 HERMÓGENES LAZIER	JORNALISTA/HISTORIADOR
DEMAIS MEMBROS DO DIRETÓRIO E SUPLENTE	ARPAD PRINTZ	FERROVIÁRIO
	DARIO PRINTZ	FERROVIÁRIO
	ESMERALDO BLASI JR.	MECANICO FERROVIÁRIO
	FLÁVIO RIBEIRO	ADVOGADO
	JOÃO BATISTA	
	52 TEIXIERA	COMERCIANTE
	53 JOAQUIM MOCHEL	ENGº AGRONOMO
	54 MIGUEL PAN	FERROVIÁRIO
	NELSON TORRES GALVÃO	BANCÁRIO/CORRETOR
	NILO ISIDORO BIAZETTO	BANCÁRIO
	55 ORLANDO CECCON	GRÁFICO
	VIRGILIO PREVIDI	PINTOR
	WALFRIDO SOARES DE OLIVEIRA	FERROV/BANCÁRIO
	DINARTE PEREIRA	
	56 BRASIL	FUNCIONÁRIO PÚBLICO
FRANCISCO LUIS		
57 FRANÇA	COMERCIANTE	
JORNAL	TRIBUNA DO POVO	
DIRETOR	HERMÓGENES LAZIER	JORNALISTA/HISTORIADOR

ANEXO VI – DIREÇÃO ESTADUAL DO PCB DO PARANÁ ANOS: 1954-1957

CARGO	NOME	PROFISSÃO
SECRETARIO GERAL SECRETÁRIO DE ORGANIZAÇÃO SECRETÁRIO DE ORGANIZAÇÃO E FINANÇAS SECRETÁRIOS DE MASSAS SINDICAIS	58 MALTÍLIO MURARO "GUSTAVO"	OPERÁRIO/EX DEP.
	59 BEREK KRIEGER	GRAFICO
	JORGE KARAN	MÉDICO
SECRETÁRIO DE DIVULGAÇÃO E PROPAGANDA	60 DANTE LEONELLI	ADVOGADO
	HERMÓGENES LAZIER	JORNALISTA/HISTORIADOR
	61 JOSÉ BRITO LOPES ODÍLIO CUNHA	ESTIVADOR
DEMAIS MEMBROS DO DIRETÓRIO E SUPLENTES	62 MALHEIROS	JORNALISTA/PROFESSOR
	ANTÔNIO MENDOÇA CONDE	AGRICULTOR
	63 ARNALDO ASSUNÇÃO	COMERCIANTE
	64 ARNALDO JOSÉ SAGAZ	-
	FLÁVIO RIBEIRO	ADVOGADO
	GUIDO PREVIDE	PINTOR
	65 JAHYR FREYRE	BANCARIO
	JOSE RODRIGUES V NETO	ADVOGADO/PROFESSOR
	66 LÁELIO ANDRADE	BANCÁRIO
	MANOEL JACINTO	CAMPONÊS/EX VER.
	CORREA	LONDRINA
	MIGUEL PAN	FERROVIÁRIO
	67 PAULINO VIEIRA	OURIVES
68 UBIRAJARA MOREIRA	ADVOGADO	
JORNAL	TRIBUNA DO POVO	
DIRETOR	HERMÓGENES LAZIER	JORNALISTA/HISTORIADOR

**ANEXO VII – DIREÇÃO ESTADUAL DO PCB DO PARANÁ ANOS: 1957-
1964**

CARGO	NOME	PROFISSÃO
SECRETARIO GERAL SECRETÁRIO DE ORGANIZAÇÃO	70 AGLIBERTO VIEIRA DE AZEVEDO	CAPITÃO DA AERONAÚTICA
	JOSÉ RODRIGUES V NETO	ADVOGADO
	DANTE LEONELLI	ADVOGADO
	JAHIR FREYRE	BANCÁRIO
SECRETÁRIO DE ORGANIZAÇÃO E FINANÇAS SECRETÁRIOS DE MASSAS SINDICAIS	71 LAÉLIO ANDRADE	BANCÁRIO
	ALAOR FIGUEREDO	AGRICULTOR
	JORGE KARAN	MÉDICO
	72 MILTON IVAN HELLER	JORNALISTA
SECRETÁRIO DE DIVULGAÇÃO E PROPAGANDA	73 EXPEDITO OLIVEIRA DA ROCHA	QUIMICO/ESCUPTOR
	MARCÍLIO NASCIMENTO PEREIRA	PEDREIRO
	HERMÓGENES LAZIER	JORNALISTA/HISTORIADOR
	74 ODÍLIO CUNHA	JORNALISTA
DEMAIS MEMBROS DO DIRETÓRIO E SUPLENTES	75 MALHEIROS	JORNALISTA
	HUGO MENDONÇA	JORNALISTA
	76 SANT'ANA	ESTIVADOR/APOSENTADO
	MILTON IVAN HELLER	JORNALISTA
DEMAIS MEMBROS DO DIRETÓRIO E SUPLENTES	77 AMAZONAS BRASIL	ADVOGADO/PROFESSOR
	ARISTIDES DE OLIVEIRA	LIVREIRO
	78 VINHOLES	GRÁFICO
	BEREK KRIGER	ADVOGADO
DEMAIS MEMBROS DO DIRETÓRIO E SUPLENTES	DANTE LEONELLI	DONA DE CASA
	DURVALINA ALVES	DIREÇÃO NACIONAL
	79 BATISTA	ADVOGADO
	80 ELSON COSTA	JORNALISTA. E
DEMAIS MEMBROS DO DIRETÓRIO E SUPLENTES	FLÁVIO RIBEIRO	HISTORIADOR
	HERMOGÊNES LAZIER	ESTUDANTE
	HIRAN RAMOS DE	CAMPONÊS
	81 OLIVEIRA	COMERCIANTE
DEMAIS MEMBROS DO DIRETÓRIO E SUPLENTES	JOSÉ RODRIGUES DOS	PROFESSOR/ADVOGADO
	82 SANTOS	
	83 JOTAD NICOLAS CURI	
	MANUEL ALBERTO	
84 AZEVEDO COELHO		

DIREÇÃO ESTADUAL DO PCB DO PARANÁ 1957-1964 (continuação)

	MANOEL JACINTO CORREIA	CAMPONÊS/EX. VER LONDRINA
85	MANUEL URQUIZA	MÉDICO
	NELSON TORRES GALVÃO	EMPRESÁRIO
86	OTTO BRACARENSE COSTA	BANCÁRIO
87	TRANQUILO SARAJIOTO	COMERCIANTE
	UBIRAJARA MOREIRA	EMPRESÁRIO
88	VITOR HORÁRIO COSTA	ADVOGADO
89	WILSON PREVIDE	BANCÁRIO
	PANVIK	
JORNAL	TRIBUNA DO POVO	
DIRETOR	HERMÓGENES LAZIER	JORNALISTA/HISTORIADOR
JORNAL	NOVOS RUMOS	
DIRETOR	AGLIBERTO VIEIRA DE AZEVEDO	ex- militar/ jornalista
	JAHIR FREYRE	bancário

ANEXO VIII – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS PERSONALIDADES POLÍTICAS DA DIREÇÃO DO PCB NO PERÍODO 1945-1964

Metodologia: reconstrução da história política do Período de 1945 1964 dividida em duas partes.

Primeira parte: história oral de diversos participantes dos diretórios estaduais no período 1946-1964.

Questão: “O senhor participou dos quadros de dirigentes do partido comunista, no Paraná, desde a segunda metade da década de 1940. Gostaríamos de ouvir do senhor um pouco sobre história do PCB nessa época, se possível evidenciando nomes que tiveram mais destaque nas fileiras partidárias e também os eventos que considera mais importantes nesses anos de existência do Partido e que possam, assim como o senhor, ajudar-nos a reconstruir a história do Partido Comunista no Paraná”.

Segunda parte: entrevista com base no roteiro de perguntas abaixo, em dois blocos:

Bloco 1 – Trajetória política do dirigente

1. Qual foi a trajetória política seguida pelo senhor até sua entrada no PCB e, dentro dele, quais posições o senhor ocupou?
2. O senhor lembra-se de qual era a composição do Diretório Regional quando o senhor fazia parte dele? E os que o sucederam?
3. Gostaria que o senhor falasse um pouco do PCB nas seguintes fases da política brasileira: o primeiro governo Vargas (1930-1934); a Intentona Comunista; o Estado Novo; o golpe de Estado de 1964. Também gostaria que destacasse o posicionamento político do PCB nas crises internas que o partido viveu: a cisão Sachetta, o racha posterior à morte de Stálin, no início da década 1960, que foi o principal racha vivido pelo PCB.

4. Na sua opinião, quais foram fatos políticos e partidários mais relevantes, que merecem destaque na história política do PCB no Paraná?
5. Não existem na literatura paranaense muitos registros documentais sobre a história do movimento comunista. Desde quando o senhor tem conhecimento da existência da organização dos comunistas e, principalmente, do Partido Comunista no Paraná?
6. Do seu período de militância no PCB, quem o senhor tem conhecimento que poderia ser útil para nossa pesquisa?

Bloco 2 – Trajetória do Partido

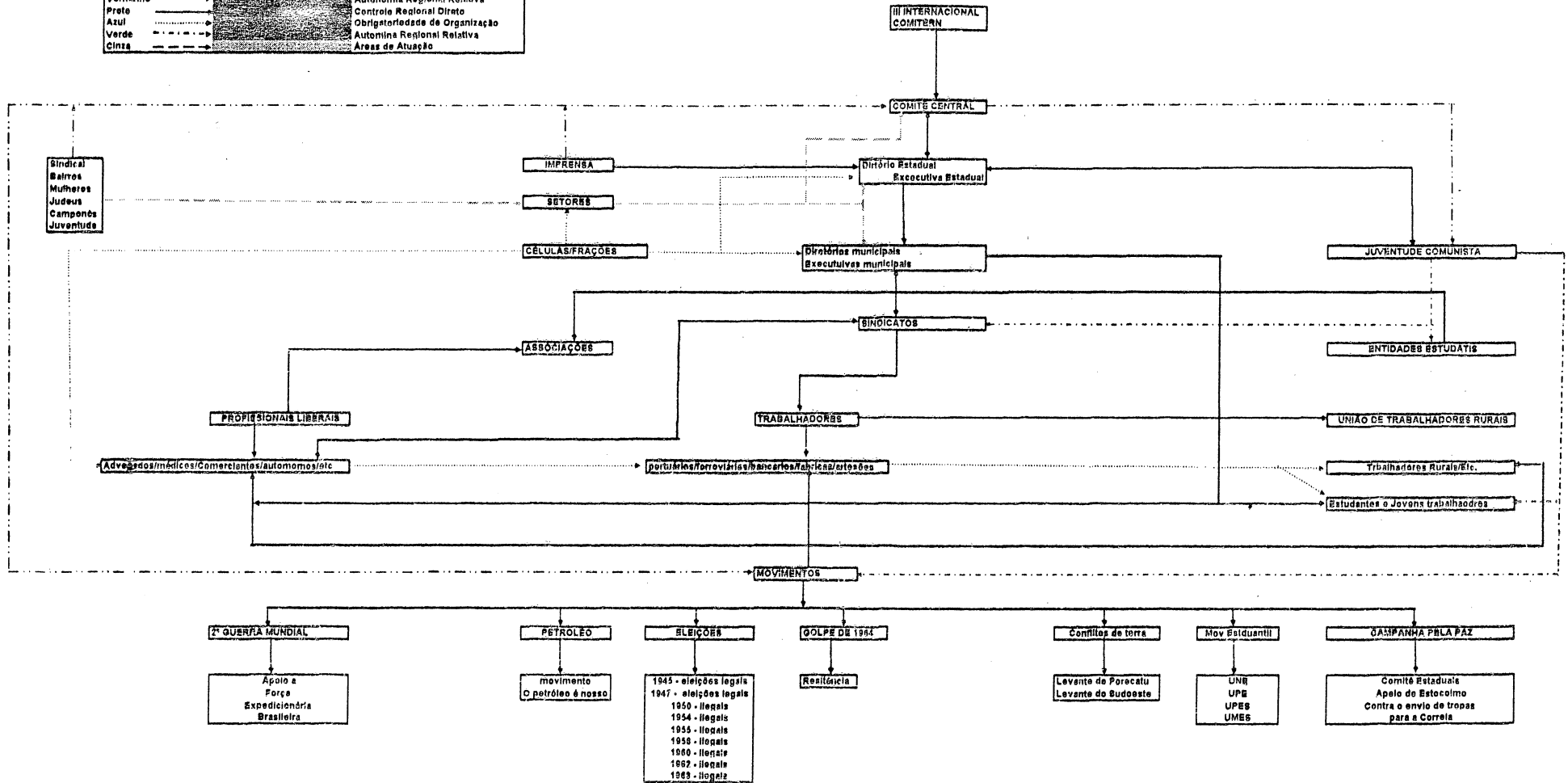
7. Quais eram as entidades e sindicatos que seguiam orientação política do PCB do Paraná e quais faziam parte do campo de influência do Partido?
8. Quais eram, nesse período, as principais bandeiras regionais levantadas pelos setores progressistas e de esquerda? Quais as influências externas, tanto nacionais como internacionais, que o Partido no Paraná sofria?
9. Existiam nessa época no Paraná outros setores que disputavam a hegemonia dos movimentos de esquerda com o PCB? Quais eram eles e quem eram suas principais lideranças?
10. Pelo pouco que se conhece da história do PCB do Paraná, dava-se bastante ênfase a três questões no Partido: imprensa, organização das bases e a questão financeira. Na sua opinião, como funcionaram no Partido esses três setores?
11. Se possível, gostaria que o senhor descrevesse onde o PCB estava organizado aqui no Paraná e quais eram os principais dirigentes municipais que o PCB tinha no Estado; se possível, gostaria que falasse um pouco sobre alguns militantes que o senhor considera de maior destaque nessa época.
12. Em 1937, o governo Vargas deu um autogolpe denominado Estado Novo (1937-1945), que desmontou a estrutura organizacional e política do PCB no Brasil. No Paraná quais foram os reflexos desse golpe para o PCB?

13. Como foi a posição do PCB do Paraná, nas diversas crises que o Partido enfrentou desde sua criação em 1922? Dentre elas a cisão Sachetta, o racha soviético e o principal racha vivido pelo PCB no início da década de 1960.
14. No Paraná essas cisões também se reproduziram? Quais grupos resultaram dessas divisões? E com qual o senhor mais se identificava?
15. Nesse período foram destacados pelo Diretório Nacional do Partido diversos dirigentes comunistas para dirigir o partido aqui no Paraná? Por quais motivos esses dirigentes foram indicados e outros substituídos na direção do Partido paranaense? Qual foi a importância de cada um desses dirigentes vindos pelas mãos do Comitê Central?
16. De 1945 a 1947 o PCB viveu um curto período de legalidade. De novo na clandestinidade conseguiu manter diversos órgãos da imprensa comunista. Como esses órgãos de imprensa eram mantidos durante a clandestinidade?
17. Com a imposição de um novo período de ilegalidade, o PCB preservou os mandatos exercidos por comunistas mesmo sob outras legendas? Quantos foram e quem foram esses parlamentares? Qual foi o posicionamento político do Partido no parlamento, no exercício desses mandatos?

**ANEXO IX – QUADRO DE FUNCIONAMENTO DA ATIVIDADES DOS
DIRIGENTES COMUNISTAS NO PARANÁ**

ORGANOGRAMA DE FUNCIONAMENTO DO PARTIDO E DAS ATIVIDADES DOS COMUNISTAS NO PARANÁ

Referência	
Vermelho	Autonomia Regional Relativa
Preto	Controle Regional Direto
Azul	Obrigatoriedade de Organização
Verde	Autonomia Regional Relativa
Cinza	Áreas de Atuação



ANEXO X – ENTREVISTAS